

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA
(ÁREA ECONÔMICA)

ESTATAL NO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA
CATARINENSE

O CASO DA COOPERATIVA REGIONAL ALFA (1957-79)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA
A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PARA OBTENÇÃO
DO GRAU DE MESTRE EM HISTÓRIA

ARLENE MARIA MAYKOT PRATES

FLORIANÓPOLIS
NOVEMBRO - 1981

TÍTULO
ATUAÇÃO ESTATAL NO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA
CATARINENSE

Arlene Maria Maykot Prates

ESTA DISSERTAÇÃO FOI CONSIDERADA ADEQUADA À OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE MESTRE PELA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA DESTA UNIVERSIDADE

Prof. Dr. Ernesto Anibal Ruiz
Orientador.

Prof. Dr. Walter F. Piazza
Coordenador

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA E APROVADA PELA SEGUINTE
BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ernesto Anibal Ruiz

Prof. Dr. Victor Antônio Peluso Junior

Prof.ª Dra. Maria Thereza Schorer Petrone

AGRADECIMENTOS

Minha sincera gratidão aos prezados mestres:

- Professor Dr. Ernesto Aníbal Ruiz pela precisa e eficiente orientação.

- Professor Dr. Victor Antônio Peluso Júnior, decano do Colegiado de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo incentivo constante e inestimável colaboração.

- Professora Dra. Marly F. Bustamante Mira, pela segura e desinteressada orientação na ordenação do trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Cooperativa Regional Alfa Ltda., de Chapecó, S.C., na pessoa de seu Presidente Sr. Aury Luiz Bodanese, não só pela farta documentação fornecida, como também pela fidalguia com que sempre me distinguiu.

Manifesto, ainda, meus melhores agradecimentos à Superintendência Regional do INCRA, cujos arquivos me foram franqueados durante dois anos de trabalho.

RESUMO

O presente trabalho é um "estudo de caso" que focaliza a Cooperativa Regional Alfa Ltda., localizada em Chapecô, no Planalto Ocidental Catarinense. Procura fornecer sugestões para melhor orientar a política de desenvolvimento cooperativista no Estado de Santa Catarina. Por isso, pode ser eventualmente considerado uma experiência em História Econômica Aplicada.

Em breve análise introdutória, focalizamos as origens do cooperativismo europeu e as diversas tentativas de seu desenvolvimento no Brasil e, especialmente, em Santa Catarina. Em seu segundo Capítulo o estudo concentra-se mais detalhadamente no processo evolutivo da Cooperativa Alfa Ltda., desde suas origens vinculada à sua antecessora, Cooperativa Tritícola d'Oeste Ltda.

Procura-se, ainda, focalizar a influência e os mecanismos utilizados pelo Banco do Brasil no estabelecimento da Cooperativa, assim como analisar sua área de ação no que se refere a aspectos de estrutura agrária, concentração da propriedade, tipos de exploração agrícola e características sociais e geográficas da região.

No desenvolvimento do trabalho, são analisados os diferentes problemas enfrentados pela Entidade em sua evolução. Sugere-se que muitos destes problemas resultaram de um movimento cooperativista orientado pelo Estado, e não da ação de grupos sociais específicos, visando à resolução de situações econômicas críticas, como ocorreu na Europa.

Finalmente, procura-se destacar os vários mecanismos usados para superar os fracassos iniciais, como também salientar os diferentes serviços oferecidos pela Cooperativa a seus associados, a despeito de sua origem anômala.

Concluindo, oferecem-se à consideração várias sugestões para aprimorar a política de desenvolvimento cooperativista.

ABSTRACT

This work is a case-study of the Cooperativa Regional Alfa Ltda., localized in Chapeco, in the Western Plateau of the State of Santa Catarina. It attempts to give some suggestions which would contribute to formulate a better policy of development for the agriculture cooperatives operating in the State of Santa Catarina. For that reason, this study is eventually an experience in applied Economic History.

A short introductory analysis shows the origins of the cooperativist movement in Europe and the different attempts to introduce cooperatives, as a specific of social and economic organization, in Brazil and, specially, in the State of Santa Catarina. Starting with the second chapter, the work is centered in the study, in detail, of the evolution of the Cooperativa Alfa Ltda., from its origins with the creation of its predecessor, the Cooperativa Triticola do Oeste Ltda. Furthermore, it discusses the mechanisms development by the Banco do Brasil to establish the Cooperative and study the area of its operation analyzing aspects related to the agrarian structure, concentration of land ownership, types of land exploitation and the social and geographical characteristics of the region.

The different problems confronted by the Cooperative in its evolution are analyzed in the development of this study. The author suggests that many of the problems resulted from the fact that in Santa Catarina the cooperative movement was a originated as a matter of public policy and was not a spontaneous development, generated by specific social groups to solve a critical economic situation, as it was in Europe.

Finally, the study tries to point out the several mechanisms used to overcome the initial failures of the Cooperative as well as the different services offered to its associates despite the fact of its problematic origin. In the conclusion, the author offers for consideration or action several suggestions to improve the public policy of cooperative development.

SUMÁRIO

ABSTRACT

RESUMO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - TEORIA E DOUTRINA COOPERATIVISTA

1.1 - Noções Conceituais	2
1.2 - Origem do Movimento Cooperativista	5
1.3 - Características da Sociedade Cooperativista	10
1.4 - Cooperativismo no Brasil	12

CAPÍTULO II - FUNDAÇÃO DA COOPERATIVA TRITÍCOLA D'OESTE LTDA.

2.1 - Política Econômica do Brasil na Década de 50	17
2.2 - A Cooperativa Tritícola d'Oeste Ltda.: Fundação	23

CAPÍTULO III - CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DO ESPAÇO DE ATUAÇÃO DA COOPERATIVA

3.1 - Evolução da Cooperativa Tritícola d'Oeste Ltda	30
3.2 - Espaço de Ação da Cooperativa Tritícola d'Oeste Ltda .	32
3.3 - Características Geográficas do Espaço de Ação da Cooperativa	40
3.4 - Estrutura Fundiária	42
3.4.1 - Regime de Exploração e Utilização da Terra	48
3.5 - Produção Agrícola dos Municípios atingidos pela Ação da Cooperchapecô/Cooperalfa	51

CAPÍTULO IV - COOPERATIVA TRITÍCOLA D'OESTE LTDA.: ATIVIDADES ECONÔMICAS

4.1 - As Transações Comerciais	58
--------------------------------------	----

4.2 - Deficiências de Ordem Econômica	61
4.2.1 - Insuficiência de Capital	61
4.2.2 - Insuficiência de Capital de Giro Próprio	64
4.2.3 - Ausência de Suporte Patrimonial	66
4.3 - Problemas de Ordem Educativa	67
4.4 - Problemas de Ordem Administrativa	74
4.5 - A Crise Final	77
 CAPÍTULO V - NOVOS RUMOS: FUNDAÇÃO DA COOPERATIVA MISTA AGRO- PASTORIL DE CHAPECÓ LTDA	
5.1 - A Recuperação	82
5.1.1 - O Papel da Extensão Rural e os Estímulos Governamen- tais	87
5.2 - Os Problemas	92
5.3 - Os Serviços	99
 CAPÍTULO VI - FASE DE CONSOLIDAÇÃO - TRANSFORMAÇÃO DA COOPER- CHAPECÓ EM COOPERATIVA ALFA LTDA	
6.1 - Integração Horizontal	104
6.2 - Vantagens da Incorporação	108
6.3 - Os Problemas	118
CONCLUSÃO	128
FONTES DE CONSULTA	134
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	136

INTRODUÇÃO

O movimento cooperativista nascido na Inglaterra em meados do século passado, tem sofrido, nestes últimos anos, considerável impulso. Não só nos países capitalistas, mas também nos socialistas, vem sendo encarado como opção válida para corrigir distorções de ordem econômica e social. Não exageram aqueles que afirmam ter o cooperativismo condições de orientar a economia do futuro, estabelecendo novas e sólidas bases para a política de produção e consumo.

No Brasil, onde o meio rural se debate com carência de capital e tecnologia, o cooperativismo deve receber adesão cada vez maior do pequeno e médio proprietário, e, acima de tudo, o incentivo total dos poderes públicos, a fim de que atinja dimensões capazes de beneficiar não só milhares de agricultores, como grande parte da economia nacional.

Diferentes autores que estudam soluções para a economia agrária brasileira, vêem no cooperativismo meio eficaz de auxiliá-la. C. Taveira, por exemplo, encontra na cooperativa de produção agropecuária forma de equacionar as dificuldades inerentes à agricultura brasileira, através de fornecimento de assistência técnica, de equipamento mecanizado, elaboração de projetos de financiamentos, armazenagem e transporte, assim como assistência social à classe rural.¹

Por outra parte, para H. Gerber, a grande utilidade das cooperativas reside na comercialização dos produtos agropecuários,

¹TAVEIRA, Carlos Cesar Guterres. *Geografia do Desenvolvimento no Brasil; problemas brasileiros*. 5.ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978. p.75.

funcionando as cooperativas de modo semelhante aos "intermediários", porém proporcionando aos próprios usuários os resultados da intermediação.²

Pinho, por sua vez, enfatiza que as cooperativas, de um modo geral, poderão ajudar a resolver numerosos problemas das áreas subdesenvolvidas em sua transição para o desenvolvimento, devido às suas características de "empresas de serviços".³

É dentro destas características de "empresas de serviços", substituindo o "intermediário" nas transações comerciais ou fornecendo infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da economia agrícola, que as cooperativas poderão ser de grande valia, principalmente durante as transformações bruscas que atingem a economia brasileira.

No Brasil, como em Santa Catarina, as cooperativas agropecuárias são praticamente as únicas entidades com que podem contar os pequenos e médios produtores rurais para neutralizar certas manifestações de caráter especulativo, e para acompanhar o processo de modernização que exige a situação atual.

Através de entrevistas informais com pessoal ligado ao movimento cooperativista em Santa Catarina, sente-se que este ainda não alcançou uma estrutura sólida e muitos obstáculos necessitam ser vencidos para que o movimento venha desabrochar em toda plenitude. É necessário intensificar estudos sistemáticos de pesquisa e

²GERBER, Henry H. Medidas práticas para superar os obstáculos à atuação de cooperativas nos países subdesenvolvidos. In: a problemática cooperativista no desenvolvimento econômico. Coletânea publicada com a colaboração da Fundação Friedrich Naumann. Bonn, São Paulo, 1973. p.50-1.

³PINHO, Diva Benevides. A doutrina cooperativa e a problemática do desenvolvimento econômico. In: a problemática cooperativista no desenvolvimento econômico. Coletânea publicada em colaboração com a Fundação Friedrich Naumann. Bonn, São Paulo, s.ed., 1973. p.45.

levantamentos históricos, para que certos aspectos e problemas que atingem o movimento cooperativista no Estado sejam realmente conhecidos.

A guisa de esclarecimento, é oportuno lembrar que o cooperativismo em Santa Catarina nasceu no início do século, por influência de imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, que se estabeleceram no Vale de Itajaí e no sul do Estado, na região de Urussanga. Familiarizados com a filosofia cooperativista desenvolvida em suas terras de origem e influenciados, através de correspondência, por parentes do velho mundo, os imigrantes, em geral desprovidos de recursos, de meios de transportes e de organizações comerciais adequadas que os amparassem, acabaram por encontrar na união de esforços o meio mais racional de fazer frente às imensas dificuldades do dia a dia.⁴

Nasceram, assim, entre outros, dois grupos de cooperativas simultaneamente nos arredores de Urussanga, por influência dos italianos João Maria Cancelier e Inácio Barzan, e no Vale do Itajaí, por influência de Giovanni Rossi.⁵

Foram entidades frágeis que nasceram e morreram com extrema facilidade. Das cooperativas agropecuárias desse período, sobreviveu apenas a Cooperativa Regional Agrária Mista de Benedito Novo Ltda., fundada em 3 de novembro de 1912 e que, em 1970, contava com quatrocentos e noventa e nove associados.

A partir de 1940, os governos federal e estadual encamparam o movimento cooperativista no Estado, com a criação da

⁴A HISTÓRIA da primeira cooperativa contada por seu fundador. *Journal da Produção, Florianópolis*, v.5, jul. 1977. p.12. Caderno especial dia internacional do cooperativismo.

⁵1900: o surgimento das cooperativas no sul de nosso estado. *Journal da Produção, Florianópolis*, v.5., jul. 1977. p.11. Caderno especial dia internacional do cooperativismo.

Diretoria de Economia e Assistência ao Cooperativismo (DEAC), subordinada à Secretaria de Viação, Obras Públicas e Agricultura (Decreto Lei nº 447, de 30 de maio de 1940). Em razão de convênio firmado com o governo federal, competia à DEAC incentivar, orientar e controlar a organização e o funcionamento das sociedades cooperativas no Estado.⁶

Surgiu, assim, um movimento cooperativista orientado de "cima", que atingiu a quase totalidade dos municípios do Estado.

Entretanto, tal movimento carecia de bases sólidas para que o resultado fosse promissor. Surgiram inúmeras cooperativas técnica e economicamente inviáveis, provocando desânimo e descrédito no meio agrícola.

Na década de 60, após campanha de "saneamento do movimento cooperativista", lançada não só em Santa Catarina, como em todo o país, passou-se a prestar assistência mais organizada, através de entidades oficiais, possibilitando o desenvolvimento de uma ação mais realista que, todavia, continuou ainda a apresentar problemas, especialmente relacionados com a apatia dos cooperados em relação às suas associações.

No presente trabalho, pretende-se estudar a problemática cooperativista no Planalto Ocidental Catarinense no período compreendido entre 1957 e 1979, através de estudo de "caso", tomando por base a "Cooperativa Regional Alfa Ltda.", de Chapecó. A análise abrangerá todo seu período formativo, com as Cooperativas Tritícola d'Oeste Ltda. e Mista Agropastoril de Chapecó Ltda., até o presente momento.

⁶BERNARDES, Jacy. *Quase um século de legislação agropecuária 1874-1963*. Florianópolis, Biblioteca Pública, s.ed. p.61-3. mimeografado.

O trabalho procura mostrar que a cooperativa nasceu através de orientação do Banco do Brasil, em obediência à política do governo brasileiro de "substituir importações", objetivando equilibrar a balança de pagamento do País. Pretende-se ainda demonstrar que o movimento cooperativista, no caso estudado, tendo origem exógena ao meio rural, não recebeu adesão entusiástica do agricultor. Por outro lado, entretanto, procura-se demonstrar que um movimento cooperativista de origem alienígena terá condições de sobreviver, na medida em que o governo, através de órgãos oficiais que prestem assistência técnica e financeira, busque romper a falta de participação do agricultor.

Do ponto de vista metodológico, a matéria recebeu três formas de análise. Uma pesquisa bibliográfica preliminar tornou possível a adequada compreensão da teoria e origens do cooperativismo nos planos internacional e nacional, bem como sua evolução histórica. Conhecidas as bases e definida a forma com que o movimento brotou no Brasil, alcançou-se o plano catarinense onde as primeiras experiências, como se disse, aconteceram ao início do século.

Numa segunda etapa, buscou-se, através de análise preliminar qualitativa de relatórios, atas, estatutos e entrevistas pessoais, utilizando-se a técnica de História Oral, definir a forma com que foi estruturada a Cooperativa. Nesta fase foi possível ainda levantar seus problemas iniciais e observar seu posterior crescimento, resultante, em parte, da incorporação de cooperativas menores que atuavam na mesma área. As principais fontes utilizadas nesta etapa foram documentos constantes do arquivo da Cooperativa, localizados em parte no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e na sede da citada Empresa, em Chapecó, no Planalto Catarinense. As entrevistas, pessoais, principalmente com os fundadores e líderes da Cooperativa, permitiram uma melhor

interpretação dos documentos localizados nos referidos arquivos.

Com base nesse levantamento, partiu-se para uma divisão do período estudado em três fases distintas, que acompanharam as alterações de sua razão social.

O terceiro tipo de análise foi do tipo quantitativo. Com base nos censos agropecuários de 1960 e 1975, partiu-se para o conhecimento geográfico da região de influência da Cooperativa, estudando sua estrutura agrária, concentração fundiária, tipo de exploração da terra e vocação agrícola da região. Esta parte foi, também, complementada com levantamento bibliográfico e análise de carta geográfica fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda dentro da metodologia quantitativa, pode ser incluída a análise contábil realizada com base no resumo de balanços de praticamente todo o período. Seu propósito foi o de, através do estudo comparativo entre os três períodos supra citados, determinar a evolução contábil da Cooperativa, assim como assinalar os principais pontos de estrangulamento da Entidade. Da análise contábil, extraíram-se tão somente as partes relacionadas com a matéria focalizada, desprezando-se aquelas não diretamente vinculadas ao estudo.

Tanto a análise qualitativa como a quantitativa proporcionaram resposta a um número de importantes problemas levantados ao início do trabalho, mas também contribuíram para definir outros tantos que permanecem ainda sem solução. É necessário lembrar, portanto, que aqui não se pretende, de forma alguma, dar solução à problemática cooperativista do período estudado, tarefa que, sem dúvida, exigiria pesquisa de maior amplitude, objeto com certeza, de futuros e valorosos trabalhos.

CAPÍTULO - I

TEORIA E DOUTRINA COOPERATIVISTA

1.1 - NOÇÕES CONCEITUAIS

A palavra cooperativismo deriva de cooperar, que significa trabalhar em comum, operar simultaneamente. Por outro lado, vale lembrar que, enquanto em uma cooperativa estes termos expressam conceitos necessários, nem todo ato de cooperar a ela está relacionado, pois poderá haver exercício de cooperação e de ajuda mútua sem o necessário vínculo àquela instituição. A cooperação dentro de uma empresa cooperativa deverá estar vinculada e sujeita a certos princípios e normas específicas que a distinguem daquelas existentes em outras formas de associação.⁷

A Aliança Cooperativa Internacional orienta que

"será considerada uma sociedade cooperativa, qual quer que seja sua constituição legal, toda associação de pessoas que tenha por objetivo a melhoria econômica e social de seus membros, através da exploração de uma empresa, na base da ajuda mútua e que observe os princípios de Rochdale".⁸

Os Pioneiros de Rochdale, entretanto, não se propuseram ditar normas que orientassem todo um movimento internacional; por isso, alterações tornaram-se necessárias, a fim de que os princípios se adaptassem a épocas posteriores. Assim, em 1966, a Aliança Cooperativa Internacional, com base nos citados "Princípios de Rochdale", aprovou as seguintes regras que deveriam reger as sociedades cooperativas: a) adesão voluntária, sem qualquer discriminação social, política, racial ou religiosa; b) sociedades democráticas; c) interesse limitado sobre o capital acionário; d) distribuição dos excedentes em finalidades comuns e de acordo com as operações realizadas

⁷DRIMER, Alice Klapan de & DRIMER, B. *Las cooperativas; fundamentos, história, doutrina*. 2.ed. Buenos Aires, Interecoop, 1975. p.15.

⁸NORONHA, A. V. et alii. *Cooperativismo*. Curso ministrado nas faculdades integradas de Guarulhos. 114p.

com a sociedade; e) promoção da educação de seus membros e do público em geral; e, f) integração cooperativa.⁹

Para A. Drimer e B. Drimer, as definições são quase sempre incompletas e suscetíveis a críticas, razão por que preferem caracterizar as cooperativas através de seus traços essenciais, tais como, associações de pessoas que organizam e administram empresas econômicas com o objetivo de satisfazer uma gama variada de suas necessidades. Baseiam-se no esforço próprio e na ajuda mútua dos associados e atendem aos interesses sócio-econômicos dos mesmos, na medida em que referidos interesses coincidam ou pelo menos não se oponham aos interesses gerais da comunidade. Regem-se por determinadas normas de caráter igualitário e equitativo que são em sua essência universais.¹⁰

A legislação brasileira adota os princípios cooperativistas recomendados pela "Aliança Cooperativa Internacional", acrescentando-lhes outras características que, todavia, não ferem mencionados princípios.

⁹DRIMER, A. K. & DRIMER, B., *op. cit.*, p. 11-30.

¹⁰Ibid., p. 16.

No Brasil,

"cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: a) adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; b) variabilidade do capital social, representado por quotas partes; c) limitação do número de quotas partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais; d) intransmissibilidade das quotas partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; e) singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade; f) quorum para funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital; g) retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral; h) indivisibilidade dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social; i) prestação de assistência aos associados, e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa; j) área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle e prestação de serviços".¹¹

Esses conceitos, princípios e características, expressam a filosofia cooperativista, que nasceu de um movimento espontâneo oriundo das classes marginalizadas pela revolução industrial e posteriormente sofreu algumas modificações objetivando sua ampliação. O estado brasileiro, desde sua primeira legislação cooperativista propriamente dita, até a de 1971, ainda em vigor, procurou seguir esses princípios, se bem que, tutelando o movimento, principalmente a partir da década de 30, tenha impedido, em boa parte, seu florescimento e desenvolvimento natural.

Essa tutela, embora dissociada da filosofia cooperativista, até certo ponto, compreensível, notadamente após o movimento

¹¹ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Legislação cooperativista. Florianópolis, ACARESC, s.d. p.1-2.

de 1930, quando o desenvolvimento de associações de base, como resposta às dificuldades inerentes às massas populacionais, deixava de merecer as simpatias do regime de exceção implantado. Deve-se notar, entretanto, que o governo do Sr. Getúlio Vargas, embora ditatorial, tinha suas bases alicerçadas no "populismo", que por sua vez necessitava mobilizar as classes mais baixas da população a colaborar com a política do Estado. Assim, não convinha ao governo o combate às associações de classe, mas sim o seu controle, que se refletiu na tutela do Estado, tanto no que respeita às cooperativas, como também aos sindicatos. Viram-se assim, uns e outros, atrelados, respectivamente, aos Ministérios da Agricultura e do Trabalho.

1.2 - ORIGEM DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA

O cooperativismo nasceu dentro do contexto de reações surgidas, no século passado, contra os excessos do liberalismo econômico e da revolução industrial, que provocaram uma série de crises no meio operário europeu, devido à ausência de legislação trabalhista e previdenciária.¹²

Com a revolução industrial e conseqüente substituição do braço humano pela máquina, as condições de vida de muitos operários europeus, principalmente ingleses, já precárias, tornaram-se insustentáveis. Os velhos artesãos e aprendizes, marginalizados pela revolução industrial, defrontando-se com a produção acelerada e simplificada das máquinas, restaram sem condições de com ela competir. A máquina, não exigindo operários especializados, nem mão de

¹² PINHO, D. B. *Economia e cooperativismo*. São Paulo, S. S. Sarcia, 1977. p. 21.

obra numerosa, deixou à margem numerosos operários que, mesmo mo destamente, sobreviviam no artesanato.¹³

Como reação à crítica situação, surgiram dois grandes grupos de doutrinas: o socialismo, com todas as variantes, baseado na abolição da propriedade privada, e o intervencionismo, limitando a liberdade excessiva através de certos grupos (estado, religião, categorias profissionais) sem no entanto abolir a propriedade privada.¹⁴

Hugon coloca a doutrina cooperativista dentro deste segundo grupo, mas é certo que foi do socialismo utópico que o cooperativismo recebeu certos princípios, através de seus precursores como Robert Owen, Carlos Fourier, Louis Blanc, Saint Simon, e outros, cujas idéias são da maior importância num trabalho como o presente.

Robert Owen (1771-1858), sem dúvida um dos socialistas utópicos que mais contribuíram para o futuro desenvolvimento do cooperativismo.¹⁵ Nasceu em Gales, seus pais foram humildes artesãos. Após iniciar-se como aprendiz nas indústrias têxteis que cresciam rapidamente na Grã-Bretanha, alcançou, sucessivamente, melhores posições, até converter-se em proprietário de uma fábrica em New-Lamark (Escócia).

Através dessa empresa procurou introduzir uma série de benefícios em favor dos operários, o que provocou, na época, certo impacto e mesmo reação por parte de outros proprietários. Dentre os

¹³ HEILBRONER, R. L. *A formação da sociedade econômica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. p.108-9.

¹⁴ HUGON, P. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo, Atlas, 1952. p.150.

¹⁵ NORONHA, A. V. et alii. *Considera Robert Owen como o "pai" do cooperativismo, já que os "Pioneiros de Rochdale" nele se inspiraram quando do estabelecimento de sua sociedade*. Op.cit., p.16.

benefícios introduzidos, merecem destaque a redução da jornada de trabalho de 17 para 10 horas, o limite máximo de 10 anos para admissão de menores, além de salutaras medidas voltadas para a assistência social, extensivas inclusive aos familiares dos operários.

Com tais medidas, Owen pretendia influenciar o governo e outros proprietários para que realizassem uma reforma gradual e pacífica. Seu exemplo, no entanto, é raramente seguido. Não encontrando apoio, dirigiu-se à América do Norte, onde, no Estado de Indiana, fundou a colônia socialista "New Harmony" que iria servir de modelo a outras instituições semelhantes tanto no velho como no novo Continente. Estas colônias caracterizavam-se pela abolição da propriedade privada em favor da exploração coletiva, tanto de produção como de consumo, distribuindo-se a renda conforme as necessidades de cada um. Por outro lado, a educação era extremamente valorizada, principalmente no que tange ao desenvolvimento físico e moral das crianças. Tais colônias, entretanto, definharam, não só por inexperiência, mas também por dificuldades próprias da vida em comum, agravadas por rivalidade e pressões externas.¹⁶

Não se pode negar, todavia, que mesmo mal sucedido, Owen desenvolveu idéias posteriormente aproveitadas pelas primeiras cooperativas, consubstanciadas nos seguintes pontos: a) adesão voluntária e democrática; b) redistribuição do capital mediante interesse limitado; c) neutralidade política e religiosa; e, d) promoção da educação.¹⁷

Outro precursor do cooperativismo moderno, segundo alguns autores, foi Carlos Fourier, nascido no Jura, França, em 1772,

¹⁶ DRIMER, A. K. & DRIMER, B. *op.cit.*, p.209.

¹⁷ *Ibid.*, *op.cit.*, p.211.

tendo, portanto, sido contemporâneo de Owen. Mas, enquanto este procurou realizar suas idéias através de obras práticas, Fourier dedicou-se especialmente à teoria, tendo morrido sem realizar suas sonhadas colônias ou "falanstérios". Não foi compreendido e aceito por seus contemporâneos, mas não há dúvida que muitas instituições atuais trazem em seu bojo suas idéias e concepções.¹⁸

Segundo sua teoria, os problemas poderiam ser resolvidos através da associação de pessoas em colônias agrícolas fechadas, os "falanstérios" que se organizariam tanto para a produção como para o consumo, relacionando-se com terceiros só nos casos de produtos indispensáveis à sobrevivência, assim como para negociar as sobras. No "falanstério", espécie de hotel cooperativo, seriam prestados serviços comuns aos associados, tais como: lavanderia, alimentação, alojamento, salas de leitura, jogos, teatro, ...¹⁹ A empresa seria integrada por cerca de 1.260 associados e 400 hectares de terra. A sociedade familiar ou individual seria substituída pela sociedade coletiva na qual a adesão deveria ser voluntária, os membros da administração eleitos democraticamente, e o trabalho não precisava ser realizado obrigatoriamente, mas sim de acordo com as aptidões e afinidades de cada um.²⁰

Fourier morreu sem ver concretizada sua obra, mas vários discípulos seus levaram avante a idéia, fundando "falanstérios", tanto na Europa como na América, todos porém fadados ao insucesso.

Em Santa Catarina, foi fundada nas proximidades de São Francisco do Sul, por iniciativa do Dr. Mure, uma colônia societária, nos moldes preconizados por Fourier. A colônia do "Sahy", como foi

¹⁸HUGON, P. *Op.cit.*, p.166.

¹⁹Neste ponto lembram as atuais cooperativas integrais como os *kibutzim* em Israel.

²⁰HUGON, P. *Op.cit.*, p.166-74.

cognominada, nasceu em 1842, com a vinda de 100 colonos franceses, na maioria operários. Falta de liderança, divergências oriundas da vida comunitária, bem como inaptações ao novo meio habitacional, que estava longe de se assemelhar ao "falanstério" prometido, contribuíram para que, a partir de 1864, a colônia fosse considerada extinta.²¹

Muitos autores não aceitam a idéia da contribuição de Fourier ao cooperativismo moderno.²² Para A. Drimer e B. Drimer, todavia, Fourier, a exemplo de Owen, desenvolveu vários princípios cooperativistas básicos, entre os quais merecem destaque o da associação voluntária e democrática, a identificação entre consumidores e produtores procurando eliminar a intermediação supérflua, e a retribuição aos trabalhadores conforme a qualidade e quantidade do trabalho.²³ Reconhecem, porém, os mesmos autores, que o fourierismo se afasta em muitos pontos do cooperativismo atual.

Louis Blanc, nasceu em 1812, na França, onde, em 1839, publicou "*L'Organization du Travail*", obra na qual expõe suas principais idéias, apontando a concorrência como fator negativo, devido à eliminação das pequenas empresas e constituição dos monopólios. Imagina então o "Atelier Social", onde a concorrência seria substituída pela associação, com o Estado fornecendo inicialmente o capital necessário ao seu desenvolvimento. Desse modo, Louis Blanc

²¹ Maiores esclarecimentos sobre a Colônia do "Sahy" podem ser encontradas em: MATTOS, J. A. *Colônia do Sahy*. In: *colonização do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, Typ. D' "O Dia", 1917. p.78-9. PIAZZA, W. F. *Fourierismo em Santa Catarina*. Blumenau em *Cadernos*, Blumenau, 13(4):63-5, abr. 1972. BOITEUX, H. *O Falanstério do Sai*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, 12: 47-90, 1 sem., 1974.

²² PINHO, *op.cit.*, p.80-1.

²³ DRIMER, A. K. & DRIMER, B. *op.cit.*, p.215.

pode ser citado como precursor das cooperativas de trabalho. Além desses, muitos outros nomes, tais como P. C. Plockboy, Edward T. Craig, Pierre Leroux, e outros, podem ser citados, porém discorrer sobre suas idéias fugiria aos objetivos do presente trabalho.

Passaremos, portanto, a nos deter nos primeiros realizadores do movimento cooperativista em si. A maior parte dos autores cita como iniciadores do cooperativismo os chamados "Pioneiros de Rochdale", cerca de 28 tecelões trabalhadores de Rochdale, modesta povoação do condado de Lancashire, Inglaterra, que em 24 de outubro de 1844 registraram uma sociedade com o nome de "Rochdale Society of Pioneers". Holyoakes, em sua obra sobre a história da citada organização, expõe todas as dificuldades iniciais passadas pela recém criada cooperativa, assim como o espírito de sacrifício e associativismo que unia os primeiros cooperados.²⁴ Na mesma obra são citadas as regras que iriam reger as atividades da associação, assim como o comportamento de seus membros em relação à entidade. Tais normas passaram posteriormente a constituir os fundamentos da doutrina cooperativista.²⁵

1.3 - CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE COOPERATIVISTA

Prochnow, apoiado na obra "Princípios Cooperativistas", de Renato Pimentel, aponta as seguintes diferenças entre uma empresa

²⁴HOLYOAKES, G. J. *História de los pioneros de Rochdale*. Buenos Aires, Intercoop, 1975. p.100. (Cadernos de cultura cooperativa, 40).

²⁵A Aliança Cooperativa Internacional, elaborou em 1966, com base nos princípios de Rochdale, as regras gerais que passam a reger o cooperativismo internacional, tendo sido tratadas no presente trabalho as p.8-9.

cooperativa e as empresas do sistema capitalista.

TABELA I^o 1

DIFERENÇAS ENTRE EMPRESAS COOPERATIVAS E EMPRESAS CAPITALISTAS

	SOCIEDADE COOPERATIVA	SOCIEDADE CAPITALISTA
tipo de sociedade	pessoas	capital
objetivo	prestação de serviços	lucro
controle	cada pessoa um voto	acionário: cada ação um voto
número de associados	ilimitado	limitado
"Quorum"	baseado no número de associados	baseado no capital
Quotas-partes	não transferíveis	é permitida a venda de ações
retorno	proporcional às operações realizadas	proporcional ao capital acionário

FONTE: PROCHNOW, J. *Fusão e incorporação de cooperativas; um estudo de caso. Dissertação de Mestrado, PUC, Porto Alegre. p.10.*

Constata-se, através da tabela I^o 1, que uma das principais características da sociedade cooperativa é o controle democrático, representado pelo voto pessoal, através do qual, independentemente do número de quotas que detenha cada associado, são tomadas as decisões.

Outro aspecto marcante das cooperativas é o que diz respeito aos seus objetivos. Nesse tipo de sociedade não se visa primordialmente o lucro, mas sim a prestação de serviços. O retorno

de capital é sempre proporcional às operações realizadas e não ao capital investido. Os associados são ao mesmo tempo "donos" e "usuários" da entidade.

Além destas características, Drauzio Padilha acrescenta: indivisibilidade das reservas em caso de dissolução da sociedade e área de ação limitada às possibilidades de administração e controle.²⁶

1.4 - COOPERATIVISMO NO BRASIL

O movimento cooperativista teve início, no Brasil, no final do século XIX e está, sem dúvida, intimamente ligado à crescente imigração européia da época.

Segundo Senna, a primeira cooperativa brasileira se estabeleceu no Estado de São Paulo, na região de Limeira, em 1891.²⁷

Na mesma época, houve outras tentativas no Paraná e em Pernambuco, porém redundaram em fracasso.

Para N. B. Oliveira, quem efetivamente introduziu formas bem sucedidas de sociedades cooperativas no Brasil foi o jesuíta suíço Theodor Amstadt, que fundou em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, uma caixa de crédito rural nos moldes das cooperativas de crédito alemães (Caixas Raiffeisen). De seu trabalho apostolar, nasceu a Cooperural, que, em dezembro de 1980, completou 79 anos, sendo considerada a mais antiga cooperativa brasileira. Esta iniciativa

²⁶PADILHA, D. L. *Sociedades cooperativas; organização, contabilidade e legislação*. São Paulo, Atlas, 1966. p.9.

²⁷SENNA, V. B. *A política de cooperativismo de eletrificação rural em Santa Catarina: o caso da cooperativa de eletrificação de Santa Maria*. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1980. p.14.

torna o Rio Grande do Sul o berço do cooperativismo no Brasil.²⁸

Ainda segundo N. B. Oliveira, o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil foi lento nos primeiros anos, devido, em especial, à falta de amparo oficial, principalmente no que concerne à legislação cooperativista.

O Decreto nº 1.637, de 1907 é considerado geralmente como marco inicial da legislação cooperativista brasileira, desenvolvida a partir de então, graças ao trabalho abnegado de uma série de idealistas entre os quais se destacam Manoel Ribas, Saturnino Brito, Di Stefano Paternó, Luciano Pereira, Adolfo Gredilha, Waldiki Moura e outros.²⁹

Anteriormente, em 1903, o Decreto nº 979, embora versando sobre sindicatos rurais, continha em seu Artigo 10º, disposições sobre a organização de cooperativas de "produção e consumo" e de "caixas rurais de crédito". Com tal dispositivo de lei, tornou-se implícito no Brasil, o reconhecimento efetivo da existência de sociedades cooperativas, assim como de sua equiparação às sociedades civis.³⁰

Limberger considera o período de 1907 (1ª legislação cooperativa com o Decreto nº 1.637) a 1932 como o de "surgimento parcial" do movimento cooperativista no Brasil.³¹

Neste período, as cooperativas possuíam ampla liberdade de constituição e funcionamento, sem subordinação a qualquer órgão estatal. Para se obter licença de funcionamento, bastaria depositar

²⁸ OLIVEIRA, N. B. *Cooperativismo*. Porto Alegre, Cebrac, 1979. p.29-30.

²⁹ *Ibid.*, p.30.

³⁰ LIMBERGER, E. *Evolução legislativa do sistema cooperativista no Brasil*. Florianópolis, Ocesc, 1978. p.2.

³¹ LIMBERGER, E. *op.cit.* p.3-6.

em duplicata, na Junta Comercial, os atos constitutivos assim como a lista nominal dos associados da entidade.

Para o mesmo autor, o período de "surgimento definitivo" inicia-se com o Decreto nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932 que reformou as disposições do Decreto nº 1.637 de 1907. Sua elaboração se deve a uma comissão constituída por Adolfo Gredilha, Saturnino de Brito e Luciano Pereira, e o diploma é apontado como a primeira lei "Rochdaleana" compatível com a verdadeira natureza cooperativa. Regulamentou o movimento cooperativista brasileiro até dezembro de 1933, quando os Decretos 23.611 desse ano e 24.627 de 1934 passaram a enquadrar o cooperativismo no sindicalismo, dentro de uma orientação corporativa através dos consórcios. Nenhuma cooperativa poderia ser fundada antes que entrasse em funcionamento um desses "consórcios". Esta situação perdurou até 1938, quando o Decreto Lei 581 de 19 de agosto daquele ano, revigorou o antigo Decreto nº 22.239 de 1932 que permaneceu em vigor até 1943.³²

Durante esse período, o movimento cooperativista brasileiro, aos poucos, passa a se submeter ao Estado e lhe fica atrelado até os dias atuais. O Estado não só polícia como passa a estimular o desenvolvimento destas organizações, tanto a nível federal como estadual, originando, a partir de então, um movimento orientado de "cima", isto é, das classes dirigentes em direção aos agricultores. É, a rigor, um cooperativismo desvirtuado. É nesse contexto que irá se desenvolver por vários anos o cooperativismo brasileiro. O movimento que, na Europa, nasceu da espontaneidade e das necessidades de toda uma classe trabalhadora, toma formas inegavelmente artificiais no Brasil. E com esses mesmos contornos ele vai

³² BÜLGARELLI, W. A nova legislação cooperativista brasileira. In: *A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico*. Coletânea publicada com a colaboração da Fundação Friedrich Naumann. Bonn, São Paulo, 1973. p.143-4.

se multiplicar em Santa Catarina.

Foi nesse clima que nasceu e se desenvolveu a entidade objeto desse trabalho, que passaremos a focalizar.

CAPÍTULO - II

FUNDAÇÃO DA COOPERATIVA TRITÍCOLA D'ESTE LTDA.

2.1 - POLÍTICA ECONÔMICA DO BRASIL NA DÉCADA DE 50

A política econômica desenvolvida na segunda metade da década de 50 é um reflexo da política econômica do pós-guerra, quando através de relatórios (relatório Simonsen, 1944-45), diagnósticos (missão Abbink, 1948 e Comissão Mista Brasil-E.U.A., 1951-53) e medidas setoriais, se procurou racionalizar e nortear o desenvolvimento da economia brasileira.

Em 1956, com base nestes estudos preliminares, foi implantada a primeira experiência em planejamento governamental propriamente dito, através do "Plano de Metas" do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-61), que com base em diversos conceitos, tais como, "ponto de estrangulamento" e "demanda derivada", iria disciplinar cerca de um quarto da produção nacional. Laffer considera o "Plano de Metas", como se disse, a primeira experiência em planejamento no Brasil, principalmente em razão de sua profundidade e complexidade, características que o distinguiram das anteriores tentativas, limitadas a medidas setoriais e esforços isolados com vistas à racionalização do processo orçamentário do país, como é o caso do "Plano Salte" (1948).³³

O "Plano de Metas" do Governo Kubitschek deu especial ênfase à política de industrialização, via "substituição de importações", ao programa energético e ao setor de infra-estrutura.³⁴ Este plano tomou por base os chamados pontos de estrangulamento, "definidos pelas limitações à capacidade de importar" e a "demanda derivada".

³³ LAFER, C. O planejamento no Brasil; observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, B. Planejamento no Brasil. 3.ed. São Paulo, Perspectiva, 1975. p.29-30.

³⁴ TAVARES, M. C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. 6.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 263p.

Assim é que estes setores deveriam absorver: energia - 43,4% do investimento inicial; transporte - 29,6% e a indústria de base - 20,4%. Ficaram relegados a um plano secundário a agricultura, com um investimento planejado de apenas 3,2% e a educação, contemplada com investimento da ordem de 3,4%.

Do minguado percentual atribuído à agricultura, parte destinava-se ao desenvolvimento da triticultura, face ao consumo crescente do cereal, conseqüência não só do aumento populacional como também da alteração de hábitos alimentares resultantes do êxodo rural.

O alto consumo do trigo, com elevadas quotas importadas, acarretava considerável ônus à balança comercial, provocando, em conseqüência, medidas necessárias à difusão de sua cultura. De conformidade com o "Plano de Metas", o governo brasileiro pretendia atingir uma produção nacional, em 1960, em torno de 1.500.000 toneladas. Todavia, nesse ano os números foram extremamente baixos, e as 370.000 toneladas obtidas constituem, inclusive, um retrocesso considerável em relação aos números de 1955.³⁶

³⁵ LAFER, C. *op. cit.*, p. 42-7.

³⁶ LAFER, C. *op. cit.*, p. 44.

TABELA IIº 1

IMPORTAÇÃO E PRODUÇÃO DE TRIGO NO BRASIL, 1949/1957

(em ton)

ANO	PRODUÇÃO	% DA PRODUÇÃO SOBRE O TOTAL	IMPORTAÇÃO	TOTAL
1949	437.506	35,2	802.655	1.240.161
1950	532.351	30,2	1.228.372	1.760.725
1951	423.646	24,4	1.305.535	1.729.181
1952	689.500	37,8	1.134.290	1.823.790
1953	771.692	32,3	1.615.250	2.386.942
1954	871.333	38,2	1.409.355	2.280.688
1955	1.101.315	39,5	1.685.691	2.786.906
1956	854.971	37,5	1.422.456	2.277.427
1957	781.143	35,1	1.440.632	2.221.775

FONTE: Desenvolvimento e Conjuntura. n.9., 1959, p.18.

Deve-se notar, porém, que a queda da produção nacional, principalmente a partir de 1956, não foi tão acentuada como nos parece através da análise da tabela IIº 1. É que, até aquele ano, os moinhos brasileiros recebiam quotas de trigo nacional e importado, a preços diferentes, estabelecidos pelo Ministério da Agricultura. Esta política provocou uma série de fraudes na comercialização do cereal, razão pela qual as estatísticas restaram seriamente comprometidas. Procurando eliminar tais problemas, e de modo especial a importação clandestina do produto de países vizinhos (Argentina e Uruguai) tendente a obter o subsídio oferecido pelo Governo Federal, o Decreto nº 40.316 de 8 de novembro de 1956 determinou que todas as operações financeiras relacionadas à compra e venda do

trigo fossem efetuadas somente através do Banco do Brasil.³⁷

Além desse organismo de crédito, que desenvolvia sua política de expansão do trigo através de mecanismos convencionais (crédito agrícola e estabelecimento de preços mínimos), o Governo Federal procurava desenvolver a triticultura utilizando também o Serviço de Expansão do Trigo (SET).

Ambos, porém, se mostraram ineficientes, redundando em fracasso as metas estabelecidas pelo Governo Brasileiro, não só a de se tornar auto-suficiente, como a de impedir o crescente volume de importação.

O Banco do Brasil, não propriamente com o objetivo de unir os agricultores em torno dos ideais cooperativistas, mas principalmente visando a simplificar suas operações no meio rural, passou, através de sua Carteira Agrícola criada em 1938, a difundir o movimento cooperativista. Era uma forma, sem dúvida racional, que encontrava a grande casa bancária brasileira, de transacionar, de maneira menos trabalhosa, no meio rural, reduzindo dezenas e, às vezes, centenas de operações minúsculas, a meia dúzia de transações, com evidentes e práticos reflexos na área administrativa. Assim, além de facilitar a comercialização, que seria realizada em massa, as cooperativas teriam ainda a responsabilidade de classificar, secar, semi-beneficiar, ensacar e armazenar o produto, operações estas que os pequenos e médios produtores, em sua maioria

³⁷Sobre o problema da triticultura brasileira na década de 50, ler: KNIGHT, P. T. *Substituição de importações na agricultura brasileira: a produção do trigo no Rio Grande do Sul. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 26(2):3-31, abr./jun. 1972. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: a PRODUÇÃO DE TRIGO NO BRASIL. Desenvolvimento & Conjuntura, Rio de Janeiro, (2):17-26, set. 1959.*

desprovidos de conhecimentos e de capital, não tinham condições de levar a efeito.³⁸

A atividade do Banco do Brasil, no entanto, não se restringiu apenas à difusão do movimento, mas também ao acompanhamento, fiscalização e, mesmo, tutela das cooperativas através do comparecimento constante de seus representantes às assembleias gerais da Cooperativa. Em tais ocasiões, além de concitar os agricultores a se unirem através destas entidades, teciam eloquentes comentários sobre os benefícios que o Banco do Brasil poderia fornecer às entidades assim formadas, como crédito integral da safra, cobertura para compra da produção ou de sementes, financiamento para construção de silos e armazéns, e outros.³⁹

Além do Banco do Brasil, o Serviço de Expansão do Trigo (SET) e a Secretaria de Viação, Obras Públicas e Agricultura do Estado de Santa Catarina, a partir dos anos 40, inicialmente através do D.E.A.C. (Departamento de Economia e Assistência ao Cooperativismo) posteriormente substituído pelo DOPr (Departamento de Organização da Produção), realizaram trabalho idêntico, levados pelos mesmos objetivos, isto é, reunir os pequenos e os médios agricultores em associações cooperativas tendo em mira a racionalização, fiscalização e padronização da produção agrícola.

³⁸Arquivo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Florianópolis, SC. Federação das Cooperativas Triticulas, 1961-1962. Em parecer apresentado à União das Cooperativas Triticulas Catarinense, em 1959, Giacomo P. Sirena, Secretário da Cooperativa diz textualmente: "O Banco do Brasil S.A. pede e insiste de mãos postas para que os agricultores e produtores de trigo se organizem em cooperativas para evitar-lhes o trabalho de prestar esclarecimentos individuais". s.p.

³⁹Arquivo da Cooperativa Regional Alfa Ltda. (COOPERALFA), Chapecó, SC. Livro de Atas das Assembleias Gerais da Cooperativa Triticula do Oeste Ltda.. Levantamento efetuado através do Livro de Atas, 1958-1962.

Através desta política, de origem governamental, surgiu em Santa Catarina um movimento cooperativista orientado de "cima" para "baixo", procurando agregar os agricultores e orientar a produção através de crédito rural, política de preços mínimos e difusão de práticas agrícolas mais rentáveis. Com a formação das cooperativas, estas seriam responsáveis pela construção de uma infra-estrutura de capital intensivo, enquanto que o governo, além de completá-la, orientaria sua política agrícola, no sentido de implantar uma infra-estrutura de capital extensivo.

Infra-estrutura de capital intensivo, como ensina Wharton, é aquela que exige vultoso capital e, se proporcionada através do Estado ou de uma entidade social, pode servir a um grupo determinado de agricultores. Neste caso, seriam enquadradas a construção de meios de armazenagem (silos e armazéns), facilidades de transportes de mercadorias através de frotas de caminhões apropriados, beneficiamento da produção agrícola, com a instalação de maquinaria, e outros.

As infra-estruturas de capital extensivo, também na opinião do citado autor, relacionam-se com menor uso de capital, estando enquadradas diretamente no campo da prestação de serviços, tais como educação rural, conservação do meio ambiente, controle de doenças e pragas agrícolas, serviço de extensão rural, e outros.⁴⁰

No caso, o Estado usaria as cooperativas como meio complementar de equipar os pequenos e médios produtores agrícolas, em um momento de transição, pois o alargamento do mercado consumidor brasileiro exigia maior quantidade de produtos para seu abastecimento.

⁴⁰ WHARTON, C. R. *Infra-estrutura para o crescimento do setor agrícola*. In: ARAUJO, P. F. L. de & SCHUH, G. E. *Desenvolvimento da agricultura*. São Paulo, Pioneira, 1977. p. 249.

A nova política, aparentemente bem intencionada, apresenta, todavia, origem defeituosa, pois a ideologia do movimento cooperativista propõe que sociedades cooperativas sejam organizadas pelos próprios usuários, como ocorreu com os iniciadores desse movimento, dando destaque especial ao caráter voluntário, autônomo e democrático de sua organização.

No presente caso, o movimento cooperativista não brotou do seio rural, nem representou a ação consciente do agricultor. Este apenas recebeu com relativa expectativa a iniciativa estatal, aguardando benefícios, mas sem consciência de que sua efetiva participação era vital para o bom êxito do empreendimento. Apenas um pequeno grupo, reunindo os que tinham maior vivência nos meios bancários e econômicos, através de contatos diretos com os agentes financeiros, demonstrou entusiasmo. Os agricultores de um modo geral, entretanto, aceitaram as novas medidas sem a necessária convicção.⁴¹

2.2 - A COOPERATIVA TRITÍCOLA D'OESTE LTDA: FUNDAÇÃO

É neste contexto que, no Planalto Ocidental Catarinense, na

⁴¹Arquivo Incra, Florianópolis, SC. Federação das Cooperativas Tritícolas 1961-61. Em relatório da Diretoria apresentado em 30 de setembro de 1962, o Presidente da Cooperativa Luiz Baldissera assim se expressou "Esta discrepância, a desconfiância, de estarem trabalhando para o sustento de uma Diretoria que fora disto poderia cuidar de outros negócios ganhando mais sem estar se encomodando com formalidades e exigências que vos pertence, tira toda vitalidade e estímulo". Adiante prossegue: "Talvez pela última vez formularei um apelo aos senhores cooperados pedindo que se unam contra a exploração intermediária, dando força solidária e um apoio irrestrito à Diretoria, fornecendo-lhes o fundo econômico necessário, sem que os mesmos tenham necessidade de apelar para os recursos privados para garantir o que é vosso".

cidade de Chapecó, centro da zona tritícola do Estado, nasceu em 14 de julho de 1957, a "Cooperativa Tritícola d'Oeste Ltda."⁴²

A Assembléia Geral da constituição da sociedade realizou-se às 14 horas daquele dia, na sede do Clube Recreativo Chapecoense, com o comparecimento de vinte associados, todos, segundo a primeira Ata da sociedade, triticultores residentes no município de Chapecó, Guatambu e Linha de São Roque.⁴³

Além dos vinte sócios fundadores, contou também a Assembléia Geral com a presença do Prefeito Municipal Plínio de Nês, do Coletor Estadual Waldir Macuco, e de pessoal técnico encarregado da difusão do movimento cooperativista na região. Entre estes últimos encontravam-se Sebastião Bonassis de Albuquerque, Chefe da Seção de Cooperativismo da Diretoria de Assistência ao Cooperativismo do Estado de Santa Catarina, Nilson Rodrigues de Figueiredo, Gerente do Banco do Brasil S.A. e Setembrino Zanchet, Chefe da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A..⁴⁴

A presença das referidas autoridades tornou-se fato constante nas Assembléias Gerais realizadas posteriormente, como se constata através do livro de Atas da citada Cooperativa, o que revela influência externa ao meio rural, induzindo e orientando o nascente movimento cooperativista na região.

Foram objetivos desta primeira Assembléia Geral: aprovação dos Estatutos da Sociedade; eleição da primeira Diretoria da Sociedade e a eleição de dois delegados para representar a Cooperativa junto à Federação das Cooperativas Tritícolas de Santa Catarina.

⁴²Arquivo Cooperalfa, Chapecó, S.C. Livro de Atas das Assembléias Gerais da Cooperativa Tritícola do Oeste Ltda. Ata de constituição da Cooperativa Tritícola do Oeste Ltda. p.1-5.

⁴³Ibid., op.cit., p.1-5.

⁴⁴Ibid., op.cit., p.1-5.

Os Estatutos haviam sido redigidos previamente, por certo atendendo ao modelo padrão fornecido pelos serviços encarregados da difusão do movimento e a sua aprovação foi unânime.

Para compor a primeira Diretoria da Sociedade foram eleitos presidente, Milton Cícero Stramare; Secretário, Renato Luiz Pereira de Souza; Conselho de Administração, Adino Tonin, Luiz Marcon e Ernesto Braum; Conselho Fiscal, Agilberto Pompermayer, Marcos Arlindo Trombetta e Orestes Antonini; Suplentes do Conselho Fiscal, Nereu Moreira da Costa, Estanislau Jaboinski e Hermínio Tissiani.⁴⁵

A eleição foi posteriormente impugnada pelo Diretor do Serviço de Expansão do Trigo (que não esteve presente à Assembléia Geral de constituição da Sociedade) por incompatibilidade do Presidente e do Secretário eleitos, que exerciam atividade liberal além da triticultura.⁴⁶

De acordo com os estatutos sociais, a empresa cooperativa então constituída pretendia unir os agricultores que se dedicassem ao cultivo do trigo, na área geográfica abrangida pela cooperativa, fornecendo-lhes artigos necessários ao desenvolvimento da triticultura, assim como promover o beneficiamento, a padronização e a venda de sua produção, tendo em vista a defesa dos interesses econômicos dos associados.⁴⁷

⁴⁵Arquivo Cooperalfa, Chapecô, S.C. Livro de Atas das Assembléias Gerais da Cooperativa Tritícola do Oeste Ltda. Ata da constituição da Cooperativa Tritícola do Oeste Ltda. p.1-5.

⁴⁶Arquivo Cooperalfa, Chapecô, S.C. Livro de Atas das Assembléias Gerais da Cooperativa Tritícola do Oeste Ltda. Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 28/9/1958. p.6-7.

⁴⁷ESTATUTO Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda. Chapecô, S.ed., 1967. 11p.

Seria, desse modo, constituída uma cooperativa mista de produção e consumo, para fornecimento aos associados não só de insu^{mos} destinados ao desenvolvimento da triticultura, como também artigos de uso pessoal e doméstico. Para tanto, propunha-se a cooperativa organizar armazéns de distribuição, sonho este aliás não concretizado, pelo menos no que toca à Cooperativa Tritícola. Somente mais tarde, com a transformação da Sociedade em "Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecô Ltda.", foi alcançado tal objetivo.

Na parte referente à comercialização, a Cooperativa pretendia, de acordo com seus Estatutos, comercializar apenas o trigo, tornando-se, portanto, um órgão de ligação entre os agricultores produtores e o Banco do Brasil, único órgão responsável pelo pagamento de todas as operações referentes às vendas deste cereal. Este aspecto, de monocomercializar, veio dificultar o crescimento e o desenvolvimento da sociedade, pois a triticultura em Santa Catarina não alcançou, depois de 1962, o relativo sucesso obtido no Rio Grande do Sul.

A administração da Cooperativa, de acordo com o Capítulo V de seus Estatutos, era exercida através dos seguintes órgãos: Assembléia Geral de associados, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A Assembléia Geral é o órgão soberano e tem poderes sobre os negócios em geral, bem como aprovar, ratificar ou não todos os atos que interessem aos associados e à Cooperativa. As Assembléias Gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas pelo Presidente da Cooperativa ou por 20% dos associados, com quinze dias de antecedência.

Sua realização deveria contar, na época, com a presença de 50% mais um associado em primeira convocação, ou, não alcançando esse limite, em segunda convocação, duas horas mais tarde, com qualquer número de sócios.

A despeito de sua soberania, os atos das Assembléias Gerais eram controlados pelos órgãos específicos do Estado, a quem eram remetidas cópias da documentação. Por isso, muitas decisões de Assembléias Gerais, como veremos adiante, não puderam ser cumpridas por ferir a legislação em vigor.

A execução das deliberações das Assembléias Gerais era efetuada por um Conselho de Administração composto por cinco associados, com mandato de dois anos. O Presidente e o Secretário eram eleitos especificamente para o cargo. Ao Conselho Administrativo cabia: estatuir regras para os casos omissos ou duvidosos, até a realização de nova assembléia; organizar o regimento interno; deliberar sobre as despesas da administração; instituir normas para a contabilidade e emprego do Fundo de Reserva; verificar os balanços e o estado econômico da cooperativa, convocar Assembléias Gerais e deliberar sobre admissão, demissão ou exclusão de associado.

Ao Presidente cabia representar a Cooperativa em todos os atos que estabelecessem relações jurídicas, assim como fiscalizar os serviços da Cooperativa e contratar, demitir ou suspender funcionários. Cabia-lhe, ainda, verificar mensalmente o saldo em caixa, redigir relatório anual e representar os cooperados, como solidários com a Cooperativa, em financiamentos e contratos.

O Conselho Fiscal, composto por três membros eleitos por um ano, exercia fiscalização nos negócios realizados pela Cooperativa, através de exame de livros, documentos, correspondência, balanços, saldo de caixa, e outros.

Assim estruturada, com a Diretoria, Conselho Administrativo e Conselho Fiscal eleitos, a Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda. foi registrada no Ministério da Agricultura sob nº 5.601 a 18 de

abril de 1958 e na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 11.450 de 16 de janeiro de 1958.⁴⁸

Nenhum documento foi encontrado a respeito de atividades econômicas desenvolvidas pela recém criada cooperativa durante este primeiro ano de existência, tudo levando a crer que sua atuação efetiva se tenha iniciado no biênio 58/59, quando foi apresentado à Assembléia Geral Ordinária o primeiro Relatório Anual da organização.

Concluindo, pode-se afirmar que a Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda., foi fundada em 1957, em plena vigência do "Plano de Metas" do Presidente Juscelino Kubtschek. Este programa não tratava, objetivamente, da difusão do movimento cooperativista no Brasil, pois, como vimos, dedicava-se, em sua quase totalidade, à implantação de infra-estrutura e da industrialização via "substituição de importações".

Inserido na política de "substituição das importações" encontrava-se o trigo, cereal cuja importação afetava seriamente nossa balança comercial.

Dentro da fracassada política de expansão da cultura do trigo, o Banco do Brasil torna-se o único órgão encarregado do pagamento das operações realizadas em torno do abastecimento do cereal. Não estando o Banco do Brasil estruturalmente organizado para realizar todas as operações, passa a difundir a união dos agricultores em cooperativas, visando a racionalizar suas operações.

Nascem, assim, pequenas cooperativas tritícolas, orientadas por aquele órgão, que no entanto não possuem bases sólidas para que possam se desenvolver.

⁴⁸A certidão de registro da Cooperativa não foi encontrada no Arquivo da Junta Comercial de Florianópolis. Porém, em vários documentos relativos a Cooperativa, constam o número e a data do registro da entidade.

CAPÍTULO - III

CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DO ESPAÇO DE ATUAÇÃO DA COOPERATIVA

3.1 - EVOLUÇÃO DA COOPERATIVA TRITÍCOLA D'OESTE LTDA.

Apesar de sua efêmera existência, a Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda. pode ser considerada como a "celula mater" da Cooperativa Regional Alfa, atualmente a maior cooperativa de primeiro grau do Estado de Santa Catarina e que vem prestando inestimáveis serviços aos agricultores do município de Chapecó e regiões adjacentes.⁴⁹

Com o objetivo de proporcionar melhores esclarecimentos e compreensão do presente trabalho, procurou-se apresentar de modo sucinto, através do fluxograma da página 34, o mecanismo de evolução da Cooperativa.

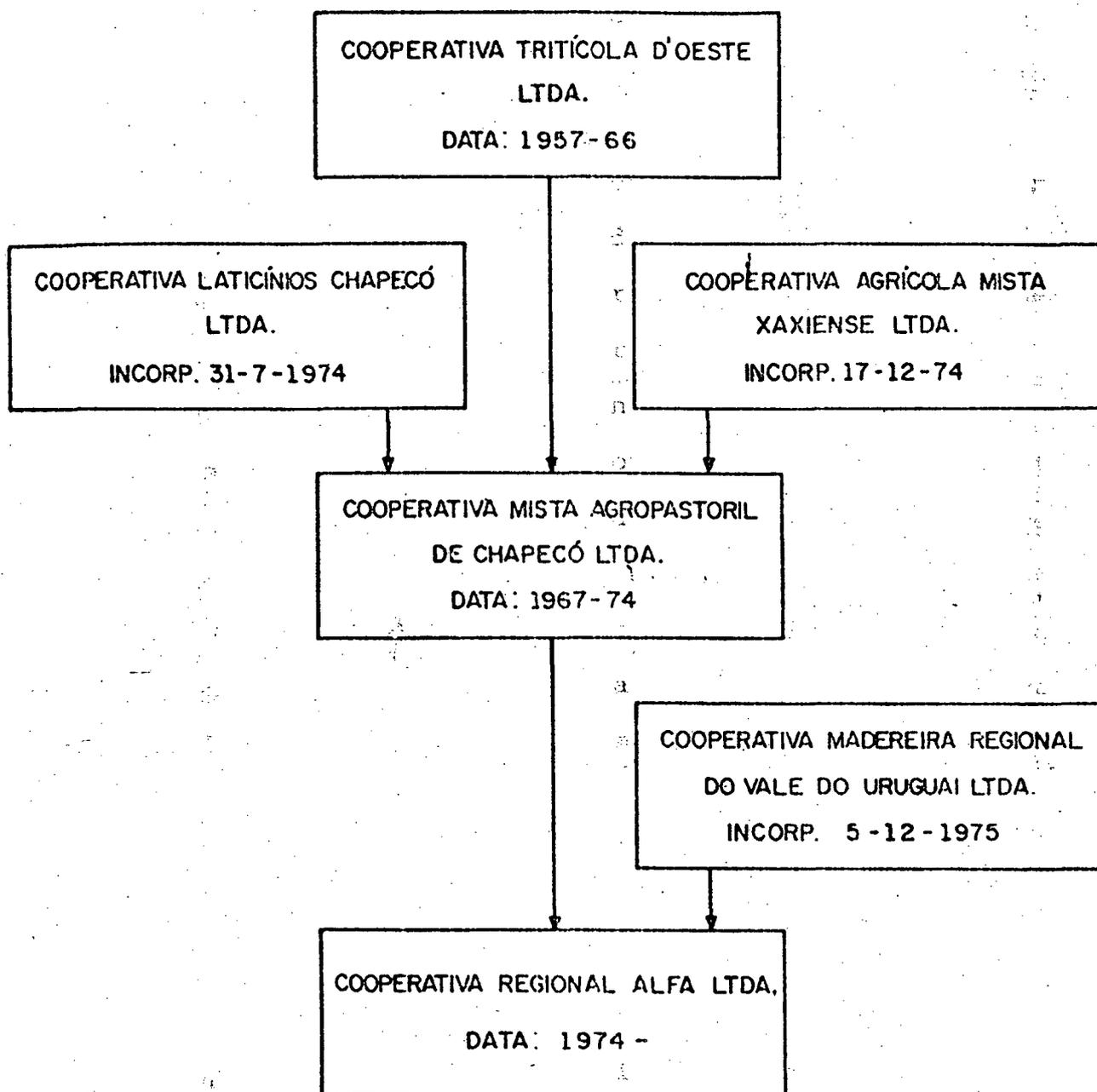
Nove anos após sua fundação, ou seja, em 1966, os responsáveis pela Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda., colocaram o registro e licença de funcionamento a disposição dos órgãos estaduais competentes. Desde logo, todavia, alguns associados iniciam um trabalho de reestruturação da entidade, que culminou em 29 de outubro de 1967 com a realização de Assembléia Geral Extraordinária, destinada a reformular os estatutos, alterar a razão social e eleger nova diretoria. Nascia a Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó, conhecida pela sigla "Cooperchapecó", que funcionou até dezembro de 1974, quando foi proposta nova alteração da razão social da sociedade.

Durante o período compreendido entre 1967 e 1974, a Cooperativa conseguiu relativo sucesso, incorporando inclusive congêneres

⁴⁹ Cooperativa de primeiro grau, isto é, que se caracteriza pela prestação direta de serviços aos associados, em oposição a federações e confederações que funcionam com filiais integrando suas atividades.

FLUXOGRAMA

ORIGEM DA COOPERATIVA REGIONAL ALFA LTDA



da região. Dentre estas destacam-se a Cooperativa Laticínios Chapeco Ltda. (Incorporação proposta em 1972 e ultimada em 31 de julho de 1974) e Cooperativa Agrícola Mista Xaxiense fundada em 1950 e anexada pela Cooperchapeco em 27 de novembro de 1974.

Como resultado desta última incorporação, reunindo duas entidades de relativa expressão, chegou-se a uma nova e definitiva razão social, passando a Cooperchapeco a partir de 17 de dezembro de 1974 a denominar-se Cooperativa Regional Alfa.

Transformada agora na maior Cooperativa Agrícola de 1º grau do Estado de Santa Catarina, a Cooperativa Alfa continua com o trabalho de incorporações, tendo anexado a 5 de dezembro de 1975, a Cooperativa Madereira Regional do Vale do Uruguai Ltda.

Cada uma das fases evolutivas por que passou em sua caminhada a Cooperativa, correspondeu também a uma alteração em seu campo de ação. São essas alterações que se pretende analisar a seguir.

3.2 - ESPAÇO DE AÇÃO DA COOPERATIVA TRITÍCOLA D'OESTE LTDA.

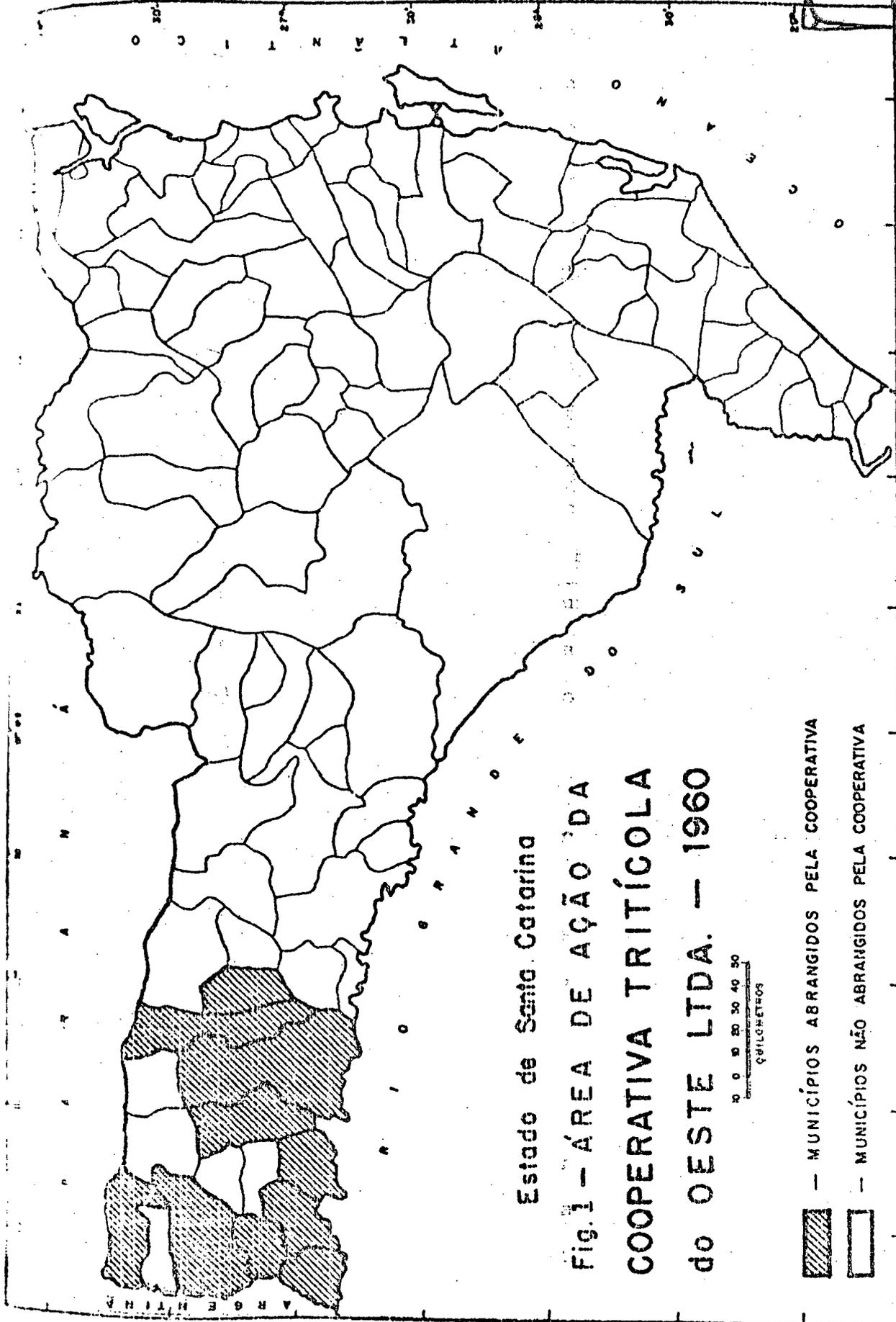
Por ocasião de sua fundação, a Cooperativa Tritícola d'Oeste Ltda. tinha, por área de ação, o município de Chapeco, onde se estabeleceu a sede da Sociedade, acrescida dos municípios vizinhos de Naxim, Xanxerê, São Carlos, Palmitos, Mondai, Descanso, Itapinga, São Miguel d'Oeste e Dionízio Cerqueira, todos anteriormente pertencentes ao citado município de Chapeco, perfazendo 14.387 km². (tabela III 9 1 e figura 1).

Em 1953, após a extinção do antigo território de Iguaçu (1946), que abrangia grande parte da área analisada, surgem movimentos reivindicatórios para criação de novos municípios. Inicialmente, em 1953, um processo de desmembramento territorial, que já dificultar, em parte, a comparação entre dados utilizados para

Biblioteca Universitária

0.254.245-2

Biblioteca Universitária
UFSC



Estado de Santa Catarina

Fig. 1 - ÁREA DE AÇÃO DA
COOPERATIVA TRITÍCOLA
do OESTE LTDA. - 1960

0 10 20 30 40 50
QUILÔMETROS

-  - MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELA COOPERATIVA
-  - MUNICÍPIOS NÃO ABRANGIDOS PELA COOPERATIVA

SANTA CATARINA

TABELA III^o 1

ÁREA DE AÇÃO DA COOPERATIVA TRITÍCOLA D'OESTE LTDA. - 1958

MUNICÍPIOS	ÁREA
CHAPECÓ	3.772 Km ²
XAXIM	1.128 Km ²
XANXERÊ	2.379 Km ²
SÃO CARLOS	957 Km ²
PALMITOS	1.467 Km ²
MONDAI	722 Km ²
DESCANSO	508 Km ²
ITAPIRANGA	474 Km ²
SÃO MIGUEL D'OESTE	1.393 Km ²
DIONISIO CERQUEIRA	1.287 Km ²
TOTAL	14.387 Km ²

FONTE: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, v. XXXII, IBGE. 423p.

analisar a área, estrutura fundiária, regime de exploração da terra, e outros, entre as décadas de 60 e 70.

Na mesma área atuavam ainda as seguintes Cooperativas: a) Cooperativa Mista Xaxiense Ltda., fundada em 1950, posteriormente incorporada à Cooperativa Agropastoril de Chapecó Ltda., sucessora da Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda., ora focalizada; b) Cooperativa Palmitos Ltda., localizada em Palmitos desde 1933, cujo objetivo principal era a colocação da produção agrícola de seus associados e fornecimento de insumos agrícolas e gêneros de primeira necessidade aos mesmos; c) Cooperativa Madereira do Vale do Uruaqui Ltda., situada também em Chapecó e posteriormente também

incorporada pela Cooperativa Agropastoril de Chapecó Ltda., d) Caixa Rural União de Porto Novo, situada em Itapiranga, onde havia sido fundada por influência dos jesuítas Padres Theodore Amstad, Max Lassberg e João Rick, difusores do cooperativismo de Crédito Rural do Rio Grande do Sul; e) Sociedade Cooperativa Caixa Rural União Popular de São Carlos no município de São Carlos; f) Banco Catarinense Cooperativa Central de Crédito Agrícola de Santa Catarina, também em São Carlos.

Note-se a tendência para a difusão do cooperativismo de Crédito Rural na região, em grande parte por influência de colonos alemães e italianos oriundos do Rio Grande do Sul, que se estabeleceram na região. Nesse Estado, o cooperativismo de Crédito Rural tomou grande impulso no início do século XX, graças ao trabalho abnegado do jesuíta Theodore Amstand.

Em 1967/68, sob a vigência do Decreto-Lei 59, regulamentado pelo Decreto 60.597 de 19 de abril de 1967, a Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda. teve seu estatuto reformulado, passando a denominar-se Agropastoril de Chapecó Ltda. Sua área de ação, por outro lado, ainda em virtude da nova legislação, deveria limitar-se ao município sede. Todavia, face ao desmembramento sofrido na década de 50 pelo município de Chapecó, com redução de sua área de 3.722 km² para 990 km², a nova entidade foi autorizada a estender-se por seis municípios vizinhos. (figura 2). Entretanto, ainda assim sua área de atuação era, a essa altura, consideravelmente inferior à de sua antecessora. (tabela III? 1 e III? 2).

Esse aspecto, aparentemente negativo, redundou em benefício para a Agropastoril de Chapecó que, atuando em área mais reduzida, passou a operar sobre bases mais sólidas e mais compatíveis com seus recursos.

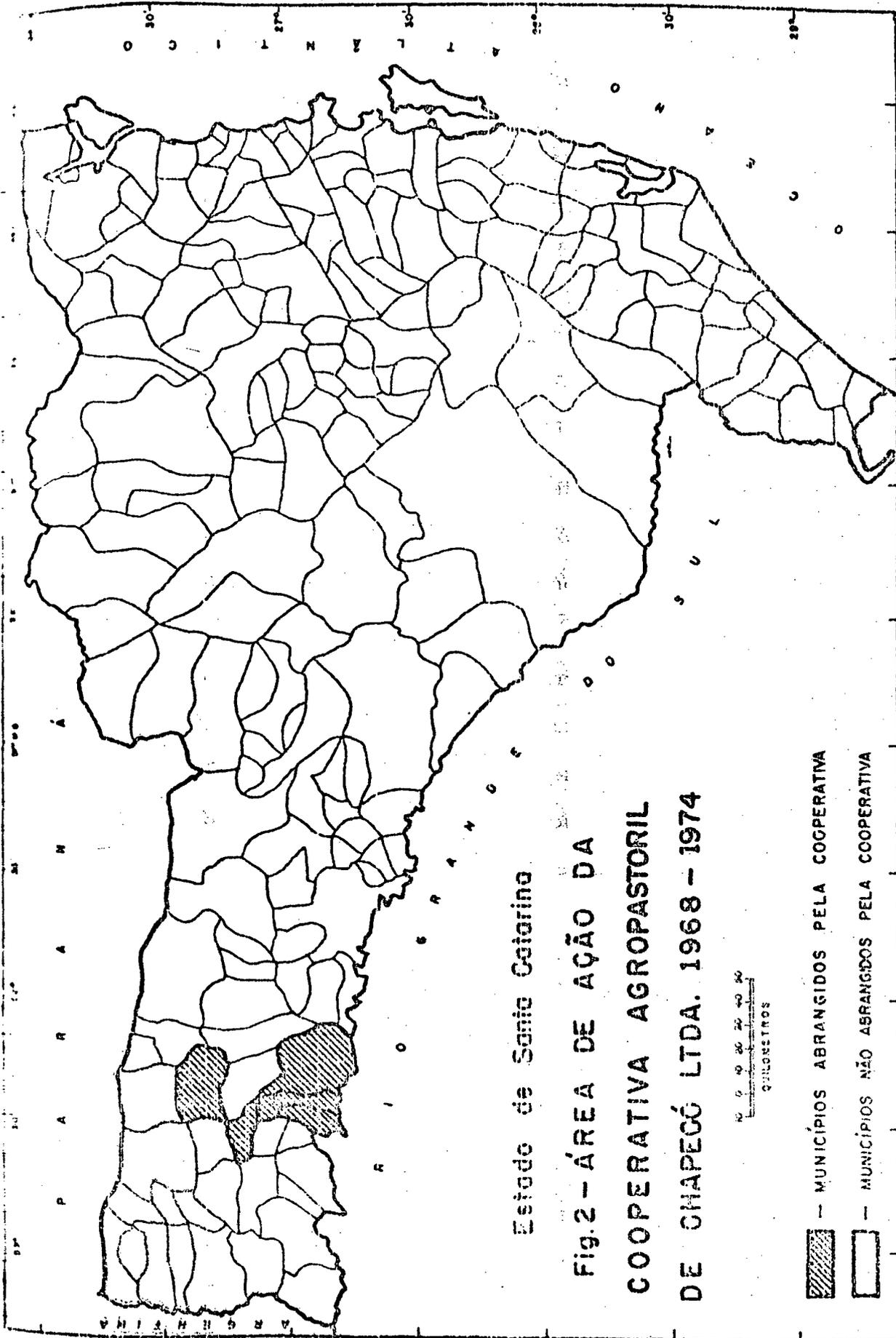


TABELA III^o 2

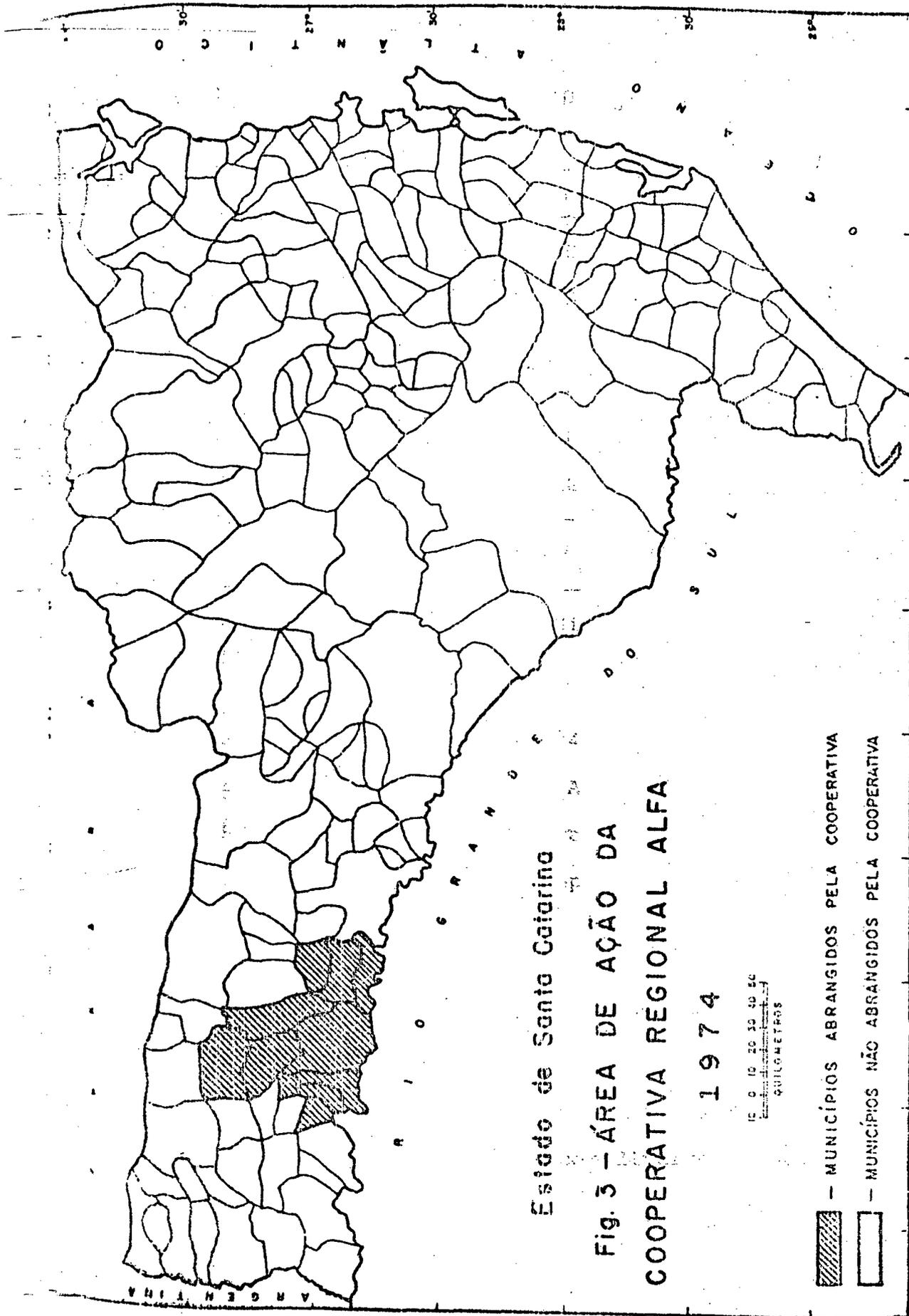
ÁREA DE AÇÃO DA COOPERATIVA AGROPASTORIL DE CHAPECÓ LTDA. - 1968

MUNICÍPIOS	ÁREA
CHAPECÓ	990 Km ²
CAXAMBU DO SUL	263 Km ²
ÁGUAS DE CHAPECÓ	120 Km ²
NOVA EREXIM	48 Km ²
QUILOMBO	623 Km ²
PINHALZINHO	152 Km ²
TOTAL	2.196 Km ²

FONTE: Sinopse Estatística de Santa Catarina 1971. Rio de Janeiro, IBGE, 1970. p.23-4.

Em 1974, após nova alteração dos estatutos e razão social, a Cooperativa Agropastoril de Chapecó Ltda., graças à incorporação de três outras congêneres, passa a denominar-se Cooperativa Região Alfa, ampliando novamente sua área de ação. (tabela III^o 3, figura 3).

Verifica-se, pela tabela III^o 3, que a área de atuação da entidade, a partir de 1974, praticamente duplicou, ficando, todavia, longe ainda da que possuía a Cooperativa Tritícola D'Oeste, evidentemente exagerada para uma Cooperativa recém-fundada, lutava com diversos problemas, inclusive baixo capital social.



Estado de Santa Catarina

Fig. 3 - ÁREA DE AÇÃO DA COOPERATIVA REGIONAL ALFA

1974

- MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELA COOPERATIVA
- MUNICÍPIOS NÃO ABRANGIDOS PELA COOPERATIVA

0 10 20 30 40 50
KILOMETROS

TABELA IIIº 3

ÁREA DE AÇÃO DA COOPERATIVA REGIONAL ALFA - 1974

MUNICÍPIOS	ÁREA
CHAPECÓ	990 Km ²
XAXIM	658 Km ²
CORONEL FREITAS	399 Km ²
SÃO CARLOS	249 Km ²
QUILOMBO	623 Km ²
SEARA	306 Km ²
ITÁ	203 Km ²
CAXAMBU DO SUL	263 Km ²
ÁGUAS DE CHAPECÓ	120 Km ²
NOVA EREXIM	48 Km ²
XAVANTINA	263 Km ²
TOTAL	4.022 Km ²

FONTE: Sinopse Estatística de Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1971. p.156-58.

TABELA III^o 4

EVOLUÇÃO DA ÁREA DE AÇÃO DA COOPERATIVA REGIONAL ALFA

1958/1979

ANO	1958	1968	1974	1979
ÁREA	14.387 Km ²	2.196 Km ²	4.022 Km ²	4.022 Km ²

A Cooperativa Regional Alfa, aumentando sua área de ação, tinha estrutura para justificar a expansão, apresentando condições de atendimento à demanda de agricultores em diversos municípios do Oeste Catarinense.

3.3 - CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DO ESPAÇO DE AÇÃO DA COOPERATIVA

A área corresponde a parte do Planalto Ocidental Catarinense, drenado pelos rios Uruguai e seus afluentes Chapecô, Sargento e Peperiguaçu. É uma área com altitudes compreendidas entre 200m e 1.000m, encontrando-se as mais acentuadas próximas à fronteira do vizinho estado do Paraná, onde as "serras" da Fartura e Capaneira servem de divisores de águas entre as bacias dos rios Uruguai e Ituaçu. As menores altitudes estão ao sul da região, junto ao rio Uruguai e baixos cursos de seus afluentes, que correm ancaixados, dissecando fortemente o planalto e emprestando à região uma topografia acidentada. A área no entanto está longe de apresentar aspecto morfológico uniforme, registrando topografia suavemente ondulada, possibilitando a mecanização da lavoura. Os declives são acentuados apenas nos vales, o que não impossibilita a utilização do solo para a agricultura.

O clima da região pode ser classificado, de acordo com Köppen, como mesotérmico brando, próprio das regiões subtropicais, sujeito a invasões periódicas de "massas de ar" frias de origem polar. O inverno é acentuadamente sensível, com temperaturas médias mensais inferiores a 15°C. Existem, entretanto, importantes diferenciações de temperatura na região, em decorrência do fator altitude. As geadas são comuns no inverno, variando de cinco a dez dias anuais ao sul da área, junto ao Vale do Uruguai, para trinta dias anuais ao norte da região, próximo à fronteira com o Paraná, onde são encontradas as maiores altitudes. Nesta área o inverno é acentuadamente frio. No verão, nas regiões mais baixas, a temperatura do mês mais quente (janeiro) mantém-se acima de 22°C, podendo portanto, ser considerado quente. Já ao norte da área, as elevadas altitudes não proporcionam, sequer, um mês com temperaturas superiores a 22°C.⁵⁰

Quanto à pluviosidade pode-se considerar a região como de clima superúmido, sem apresentar um único mês seco. O total anual de chuvas é superior a 1.750mm, ultrapassando por vezes os 2.000mm. Embora a distribuição das chuvas seja equitativa, em termos normais, podem ocorrer concentrações estacionais com máximas e mínimas extremamente irregulares, com desvios que figuram entre os menores do Brasil.⁵¹

Os fortes desvios negativos em relação a pluviosidade normal, que ocorrem em certas épocas, embora raros, são sentidos principalmente pelas populações rurais, que não estão estruturalmente preparadas para enfrentá-los.

⁵⁰ NINER, E. Clima. In: *Geografia do Brasil; região sul*. Rio de Janeiro, v.5., IBGE, 1977. p.69-70.

⁵¹ Ibid., p.35-50.

Solos - O Oeste Catarinense apresenta dois grupos principais de solos: Ciriaco-Charrua e Erechim, cuja distribuição está condicionada ao fator relevo. O primeiro relaciona-se a áreas de relevo fortemente ondulado, com declividade entre 15 e 45%. Apresenta relativa fertilidade natural, necessitando de adubação corretiva face à deficiência de fósforo. Por outro lado, a forte declividade do solo provoca acentuado processo de erosão, assim como dificulta a utilização da mecanização agrícola. Já os solos Erechim estão relacionados a áreas de relevo suavemente ondulado, bem como a áreas de fundo de vale. São profundos, bem drenados e apresentam grande fertilidade. A erosão moderada pode ser contornada por práticas conservacionistas (terraceamento). São solos que permitem, em sua maior parte, o uso de mecanização da lavoura, proporcionando, por conseguinte, o desenvolvimento de uma agricultura mais racional.⁵²

3.4 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA

O índice de Gini e a curva de Lorenz aplicados à estrutura fundiária permitem o estudo da mesma nas áreas de atuação da Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda. e de sua sucessora Cooperativa Regional Alfa Ltda. Utilizaram-se, para tanto, os dados contidos nos censos agropecuários de 1960 e 1975.

O índice de Gini para 1960 é de 0,42 e para 1975 é de 0,45, atestando equilibrada distribuição de terras e baixo índice de

⁵² LEVANTAMENTO de reconhecimento dos solos do Estado de Santa Catarina. s.l. MEC, MINTER, Governo do Estado de Santa Catarina, 1973. v.1., p.113-8, 230-5.

concentração fundiária. A situação entre os períodos de 1960 e 1975 manteve-se praticamente inalterada.

A curva de Lorenz registra afastamento da linha de equidistribuição de 2,4 cm, tanto em 1960, como em 1975, indicando, assim, baixa concentração fundiária no decorrer do período. (figura 4 e 5).

A região ocupada pela Cooperativa Regional Alfa e sua antecessora caracteriza-se pela destacada presença de minifúndios e pequenas empresas rurais com dimensões inferiores a 100 ha. Esta situação é resultante do processo de ocupação da terra desencadeado no início do século XX, principalmente a partir de 1915-1916, quando empresas colonizadoras, oriundas principalmente do Rio Grande do Sul, passaram à demarcação e venda de lotes de 25 a 30 ha a colonos descendentes de italianos e alemães estabelecidos naquele Estado.⁵³

⁵³ PIAZZA, F. W. A ocupação do oeste catarinense. Florianópolis, UFSC, s.ed. 113p.

Fig. - 4 Estrutura Fundiária na Área
de Atuação da COOPERATIVA TRITÍCOLA
do OESTE LTDA. - 1960

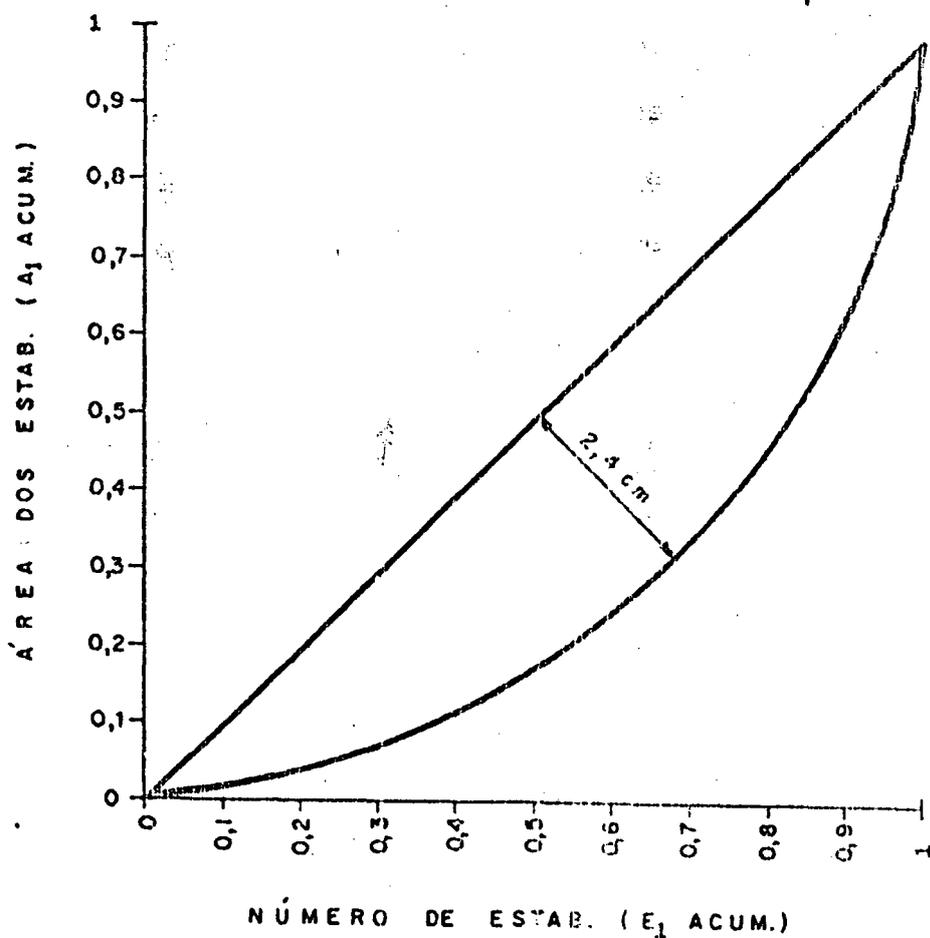


Fig.-5 Estrutura Fundiária na Área
de Atuação da COOPERATIVA REGIONAL
ALFA LTDA. - 1975

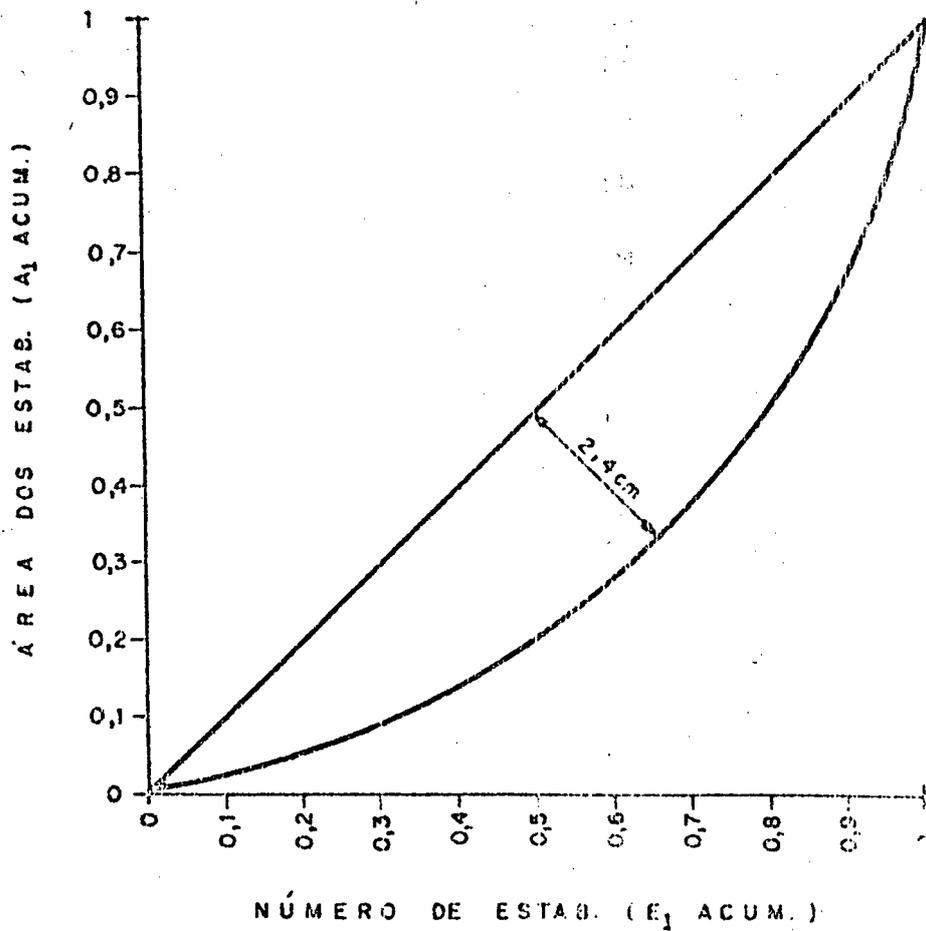


TABELA IIIº 5

ESTRUTURA FUNDIÁRIA: COOPERATIVA TRITÍCOLA D'OESTE LTDA.

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ESTABELECIMENTOS (%)	ÁREA (%)
0 a -10	33,62	8,47
10 a -100	65,07	78,14
100 a -500	1,27	10,17
500 a -1000	0,03	1,21
1000 e mais	0,01	2,01
TOTAIS	100 %	100 %

FONTE. Censo Agropecuário, IBGE, 1960.

Como se pode observar pelas tabelas IIIº 5 e IIIº 6, a pre-
dominância de minifúndios e pequenas empresas rurais é uma constan-
te.⁵⁴

⁵⁴Minifúndio - Empresa Rural - Conceito. De acordo com o Esta-
tuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/64), Minifúndio é
"todo imóvel rural com área explorável inferior ao módulo
fixado para a respectiva região e tipos de exploração nele
ocorrentes". Já, "empresa rural será toda a propriedade
agrícola com área compreendida entre uma e seiscentas ve-
zes o módulo rural". Cumpre salientar que, de acordo com o
Incra, o módulo rural para o oeste catarinense foi fixado
em 15 ha.

TABELA III^o B

ESTRUTURA FUNDIÁRIA: COOPERATIVA REGIONAL ALFA LTDA. - 1975

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ESTABELECIMENTOS (%)	ÁREA (%)
0 a -10	38,10	11,33
10 a -100	61,05	79,38
100 a -500	0,8	7,34
500 a -1000	0,045	1,45
1000 ou +	0,005	0,5
TOTAIS	100 %	100 %

FONTE: Censo Agropecuário, IBGE, 1960.

Com base nas citadas tabelas, constata-se que, entre os anos de 1960 e 1975, cresceu o número de estabelecimentos inferiores a 10 ha, o mesmo ocorrendo com a área pelos mesmos ocupada.

Por outro lado, as demais categorias dimensionais, ressalvada uma pálida exceção, na faixa de 500 a -1000 ha, sofreram redução, tanto no que tange aos estabelecimentos como no que respeita à área ocupada. Há, portanto, sinais evidentes de um processo de parcelamento da terra, acentuando o número de minifúndios na região. Inexistindo, como já se viu (figura 4 e 5), concentração fundiária expressiva, a conclusão inarredável é de que a área apresenta aspectos de saturação no que toca a população rural. A questão, segundo Lago,

"é de grande importância, já que o parcelamento excessivo tende a reduzir a possibilidade de sustentação de famílias mais numerosas, salvo quando as formas de utilização alcançam padrões técnicos que permitam grande aumento de produtividade".⁵⁵

A criação confinada de aves e suínos, foi, no Oeste Catarinense, especialmente junto às zonas de influência dos frigoríficos, a solução para o problema, a ela se associando, como contingência natural, a cultura do milho. É o famoso binômio "milho-porco".

3.4.1 - REGIME DE EXPLORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA TERRA

De acordo com o Censo Agropecuário, IBGE, 1975, os produtos rurais foram classificados em

"Proprietários - quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, fossem de sua propriedade.

Arrendatário - sempre que as terras do estabelecimento tivessem sido tomadas em arrendamento, mediante o pagamento de uma quantia fixa em dinheiro ou equivalência em produtos.

Parceiro - quando as terras do estabelecimento fossem de propriedade de terceiro e estivessem sendo exploradas em regime de parceria.

Ocupante - no caso em que a exploração se processasse em terras devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário) nada pagando o produtor pelo seu uso".⁵⁶

Além dessas categorias, são apontadas outras de pouca expressão, a rigor constituídas por aglutinação das demais.

Para melhor interpretação da matéria, reagrupamos as diversas categorias conforme a tabela III? 7, apresentando os seguintes tipos de regime de exploração da terra: exploração direta,

⁵⁵LAGO, P. F. Santa Catarina dimensões e perspectivas. Florianópolis, UFSC, 1978. 253p.

⁵⁶FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário, Santa Catarina; 1975. Rio de Janeiro, IBGE, 1979. v.1. T.19. p.21.

quando a terra pertence ao agricultor; exploração direta através de ocupação, quando a exploração se efetiva em terras devolutas, sem que o agricultor pague taxa alguma pelo seu uso; exploração indireta, aqui compreendidas a parceria e o arrendamento; exploração mista, quando a exploração apresenta características de duas das categorias citadas anteriormente.

Já em 1960, na área de ação da Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda., o regime de exploração direta da terra predominava, com 79,08% das propriedades incluídas neste grupo. Estas propriedades ocupavam cerca de 90,58% da área total das terras rurais. A esse percentual podem ainda ser acrescentados 9,4% das propriedades ocupadas correspondendo a 4,27% da área, onde o ocupante, apesar de explorar diretamente a terra, não possui título de propriedade. (tabela III? 7).

A exploração indireta abrangia apenas 10,4% das propriedades e 4,1% da área explorada, enquanto que percentagens inferiores foram encontradas para explorações mistas, onde pequenos proprietários, com áreas rurais insuficientes, acrescentam a seus estabelecimentos outras arrendadas ou ocupadas. Este grupo de ocupação mista, todavia, não ultrapassava a 1,09% dos estabelecimentos e 1,05% da área total.

TABELA III^o 7

REGIME DE EXPLORAÇÃO DA TERRA - 1960

REGIME DE EXPLORAÇÃO	% DE ESTABELECIMENTO	% DA ÁREA
EXPLORAÇÃO DIRETA	79,08	90,58
EXPLORAÇÃO DIRETA-OCUP.	9,41	4,27
EXPLORAÇÃO INDIRETA	10,42	4,1
EXPLORAÇÃO MISTA	1,09	1,05
TOTAIS	100 %	100 %

FONTE: Censo Agrícola 1960, Paraná, S.C., IBGE, T.XXI, v.II., p.116.

Em 1975, como se pode observar através da tabela III^o 8, a exploração direta, em suas duas modalidades, embora em queda, ainda predomina. A indireta, por sua vez, com ligeiro acréscimo, sofre os efeitos do problema da falta de terras, o qual tende a agravar-se com o passar do tempo.

Assim sendo, o regime de pequenas propriedades, aliado à predominância da exploração direta, deveria contribuir para o desenvolvimento e expansão das sociedades cooperativas, entre as quais a empresa em exame, já que a introdução de insumos modernos, práticas comerciais mais rentáveis, armazenagens, beneficiamento e padronização da produção seriam mais facilmente desenvolvidos através da união de esforços desses pequenos agricultores. Tal fato, entretanto, não ocorreu, pois vários outros fatores acabaram por entrar o desenvolvimento da Cooperativa em estudo, principalmente em seus dez primeiros anos de existência. Aspectos mais detalhados desse problema serão analisados no capítulo seguinte.

TABELA III^o 8

REGIME DE EXPLORAÇÃO DA TERRA - 1975

REGIME DE EXPLORAÇÃO	% DE ESTABELECIMENTO	% DA ÁREA
EXPLORAÇÃO DIRETA	73,76	86,5
EXPLORAÇÃO DIRETA-OCUP.	8,31	3,5
EXPLORAÇÃO INDIRETA	12,96	5,46
EXPLORAÇÃO MISTA	4,97	4,54
TOTAIS	100 %	100 %

FONTE: Censo Agropecuário, Santa Catarina, IBGE, T.19, p.144-53.

3.5 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA AÇÃO DA COOPERCHAPECÓ/COOPERALFA

No estudo da produção agrícola da área de ação da Cooperativa, em toda fase evolutiva, isto é, de 1957 a 1979, surgem alguns problemas que dificultam a interpretação dos dados levantados.

De início, cumpre salientar a instável divisão político-administrativa das áreas municipais. Na década de 60 a região sofreu contínuo parcelamento de suas unidades administrativas, o que torna impossível a comparação de dados entre esse decênio e o seguinte. Como ilustração, basta citar que em 1957, quando foi instalada a Cooperativa Tritícola, o município de Chapecó possuía uma área de 3.772 km², enquanto que em 1969, quando a entidade foi reestruturada, passando a denominar-se Cooperativa

Mista Agropastoril de Chapecó, o mesmo município possuía tão somente 990 km². Neste último ano, a área de ação da Cooperativa, que se estendia por seis municípios, era de 2.196 km², bem inferior, portanto, àquela de Chapecó em 1957.

Outro ponto a ser destacado é o que diz respeito à grande extensão da área operacional da Tritícola no período de 1957 a 1966, cobrindo cerca de 14.387 km², enquanto que sua sucessora atingia apenas 2.196 km². É quase impossível estabelecer um paralelo de atuação entre as duas entidades, tomando por base extensões tão desiguais, principalmente se considerarmos a dificuldade de transporte entre os núcleos produtores.

Como veremos no capítulo IV, a Cooperativa Tritícola D' Oeste Ltda. veio a fracassar e sua atuação na região foi de reduzida importância. Diante desses problemas e do difícil confronto de dados entre as décadas de 60 e 70, entendemos de pouco valor alinhar os números de produção agrícola da primeira década de atuação da Cooperativa. Partimos, assim, para um estudo mais detalhado dos dados da década seguinte, ou seja, de 1970 quando a Cooperativa iniciou fase de recuperação e expansão.

Em 1970 existiam na área de ação da Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó Ltda., 9.471 propriedades agrícolas que se dedicavam principalmente ao cultivo de milho, feijão e trigo. (tabela III? 9).

TABELA III? 9

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICOLAS CULTIVADOS NA AREA DE AÇÃO DA
CODPERCHAPECO/COOPERALFA - 1970/79

	1970		1972		1973		1974		1975		1976		1977		1978		1979	
	AREA (ha)	QTD. (ton)																
MILHO	47.772	103.638	31.800	86.420	51.660	107.466	78.114	217.762	148.500	382.655	140.513	475.613	178.980	481.848	170.660	270.764	173.620	327.649
FEIJOAO	22.776	16.717	34.400	22.356	26.093	18.558	92.740	20.960	45.710	47.541	38.390	19.871	51.220	35.349	48.305	35.526	58.887	49.059
TRIGO	6.363	5.647	9.580	5.517	4.840	3.450	4.573	3.190	6.340	1.818	3.510	1.214	1.678	365	340	319	1.944	955
SOJA	5.555	3.166	6.500	7.656	16.699	13.412	31.300	39.420	62.500	75.450	61.800	71.352	61.100	64.462	66.800	53.210	80.410	67.188

FONTE: 1979/1974, I.B.G.E.
1973/1972, I.T.E.P.
1970, I.B.G.E.

O aumento de produção, principalmente do milho, soja e feijão, a partir de 1975, está relacionado com a ampliação da área de ação da Cooperativa, que passou de 2.196 km² em 1974, para 4.022 km² em 1975, após a incorporação da Cooperxaxim (fluxograma, p.31). Nessa ocasião a Cooperachapecó alterou sua razão social, passando a denominar-se, como já vimos, Cooperativa Regional Alfa Ltda.

Através da análise da tabela III? 9, pode-se observar que o milho sempre foi, no transcorrer do período, o produto "rei" da região, com aumentos contínuos de área de cultivo e produção. Além de representar o principal produto agrícola da região, constituiu-se em elemento básico para o desenvolvimento da suinocultura e da avicultura, pois, como se sabe, participa em alta porcentagem na alimentação animal. A região produziu em 1975, 4.523.065 frangos e 644.340 suínos, respectivamente, 17,6% e 18,3% da produção estadual.

Enquanto o milho e o feijão permaneceram com produção apreciável e quase estabilizada, o mesmo não ocorreu com o trigo, que perdeu terreno a cada ano. Por outro lado, a soja passou a assumir papel destacado na região, principalmente a partir de 1973/74. Vale lembrar, entretanto, a bem da verdade, que a acentuação da expansão dessa leguminosa a partir de então, está mais relacionada com a conjuntura internacional do que propriamente com a atuação da Cooperativa. O preço da tonelada da soja sofreu, nesse período, um aumento real da ordem de 500%, o que, por certo, teve influência direta na expansão de sua cultura no Brasil.

Essa excepcional cotação do produto, resultou, sem dúvida, da frustada safra americana, somada ao fracasso da pesca no Peru. Como se sabe, no campo da ração animal, soja e farinha de

peixe são preciosos componentes. Os citados países, por sua vez, cada um em sua área, tiveram sempre considerável destaque no vasto comércio mundial do produto. Por coincidência, num mesmo período, um e outro foram mal sucedidos em sua produção acabando por colocar em destaque a soja brasileira.

Analisando a tabela III? 10, a seguir, nota-se que a produtividade agrícola da região sofreu grandes flutuações, chegando a alcançar dados promissores, como ocorreu com o milho em 1976, quando atingiu 3.384 kg/ha. Porém, dois anos após, essa produtividade caiu para 1.586 kg/ha, decrescendo em mais de 50%. Tudo leva a crer que o aumento de produtividade na região, em certos anos, resultou mais da alta de cotações do produto no mercado do que propriamente de uma ação da Cooperativa no sentido de provocar, através de adequadas técnicas, aumento da produtividade agrícola na região. Senão vejamos: a alta produtividade alcançada pelo milho em 1976, teve como causa a elevação do preço do produto por tonelada em 1975, quando alcançou, segundo dados da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA), o maior preço real de toda a década de 70. Fato idêntico ocorreu com a soja no biênio 73/74, quando a alta produtividade coincide com os mais elevados preços reais alcançados. Conclui-se, portanto, como foi dito que o aumento da produtividade esteve mais relacionado com a alta cotação do produto nos mercados interno e externo, fato que, sem dúvida, levou o agricultor a utilizar tecnologia mais intensiva naquele ano ou no subsequente.

TABELA IIIº 10

PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA NA ÁREA DE AÇÃO DA COOPERCHAPECO/COOPERALFA - (kg/ha)

PRODUTOS	1970	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
MILHO	2.189	2.717	2.080	2.787	2.276	3.384	2.692	1.586	1.887
FEIJÃO	733	649	711	640	1.040	517	690	735	833
SOJA	626	900	1.253	1.259	1.207	1.154	1.055	796	1.112

FONTE: 1970, 1974/79, I.B.G.E.
1972/1973, I.T.E.P.

CAPÍTULO - IV

COOPERATIVA TRITÍCOLA DOESTE LTDA: ATIVIDADES ECONÔMICAS

4.1 - AS TRANSAÇÕES COMERCIAIS

Registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 16 de janeiro de 1958, sob nº 11.450, a Cooperativa no mesmo ano passou a operar regularmente, com ano comercial que se estendia de 30 de setembro a 29 do mesmo mês, do ano seguinte.

Ao término do primeiro ano de exercício, isto é, em 29 de setembro de 1959, a Cooperativa contava já com duzentos e vinte associados aos quais prestava os seguintes serviços: a) recebimento para posterior entrega ao Banco do Brasil, do trigo produzido; b) fornecimento aos associados de sementes de trigo e milho híbrido.

A partir de 1961/62, as atividades tornaram-se mais diversificadas, pois embora estruturada em função da triticultura, a empresa realmente operou com trigo somente até 1961, quando partiu para comercialização de feijão, milho e suínos (tabela IVº 1). Passou igualmente a fornecer, a partir de 1960/61, a seus cooperados, além de sementes, produtos veterinários e sal mineral. (tabela IVº 1).

Sem recursos para edificação da sede própria, a entidade alugou, provisoriamente, uma sala situada à Avenida Dr. Nereu Ramos, s/nº, por CR\$ 1.500,00, ali instalando escritório, almoxarifado e depósito.⁵⁷

Embora funcionasse regularmente, no período de 1958/1964, a cooperativa apresentou uma série de problemas, comuns, por certo, entre as cooperativas da época e provavelmente entre muitas das que operam atualmente. Com base nos relatórios da Diretoria, apresentados às Assembléias Gerais, atas destas últimas e no resumo

⁵⁷ Arquivo Cooperalfa, Chapecó, S.C. Livro de Atas do Conselho de Administração da Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda. Ata número 5 do Conselho de Administração de 7/2/1965. p. 11-4.

TABELA IVº 1

VALOR DAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS REALIZADAS PELA COOPERATIVA TRITÍCOLA D'OESTE LTDA (Cr\$)

PRODUTOS	1958/59	1959/60	1960/61	1961/62	1962/63	1963/64
Trigo	69.816,00	-	100.142,70	-	-	-
Feijão	-	-	-	7.043,00	81.948.040,60	141.608.061,00
milho	-	-	-	-	1.409.601,30	5.594.877,00
Sal Mineral	-	-	93.431,40	121.732,60	-	36.850,00
Prod. Veter.	-	-	32.150,40	87.481,00	339.743,00	123.655,00
Sementes	180.404,80	-	233.712,20	56.579,00	-	209.100,00
Suínos	-	-	159.031,20	223.646,40	641.176,20	-

FONTE: Resumo dos Balanços da Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda., 1958/59 a 1964/65.

OBS.: No que se refere às transações comerciais, a Entidade se manteve inativa no bienio 1964/65.

de balanços arquivados no Incra, conseguimos detectar uma série de obstáculos que sem dúvida viriam a abalar o bom andamento da organização no anos posteriores. Três ordens de problemas cercearam a expansão da Empresa Cooperativa: deficiências de ordem econômica, administrativa e educacional.

4.2 - DEFICIÊNCIAS DE ORDEM ECONÔMICA

4.2.1 - INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL

O capital social da Cooperativa, tanto o registrado como o realizado, sempre foi insuficiente (tabela IV 9 2), sendo em 1959 equivalente a US\$ 6.748,27 e US\$ 521,39, respectivamente.⁵⁸ A luta contra a exigüidade de capital foi uma constante durante todo o período, o que pode ser observado tanto através dos diversos relatórios da Diretoria, como das atas das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias. As causas dessa insuficiência de capital não são difíceis de identificar. Não bastasse o baixo valor das quotas partes, seriamente comprometido pela crescente inflação, muito pesava na balança a fraca adesão dos agricultores ao movimento. Mesmo sem ter o registro do número total de associados, sabe-se, considerando o valor das quotas partes e o total do capital social registrado, que o número de componentes da entidade nunca foi superior a 274. Para agravar o problema, era baixa a integralização das quotas partes, com um capital social realizado sempre inferior a 36,5% do capital social registrado (tabela IV 9 2). Com baixo capital social, a Cooperativa não poderia dinamizar suas atividades, principalmente no que concerne à prestação de serviços aos associados, como transporte e armazenagem da produção.

Em diversas oportunidades, manifestou a Diretoria Executiva o ânimo de erguer sede própria e silos para armazenagem de grãos, bem como adquirir frotas de caminhões para transporte da

⁵⁸ Faz-se referência a dólares, para que se possa melhor relacionar com o valor real do capital, pois à época era muito alta a inflação.

TABELA IVº 2

EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA COOPERATIVA TRITÍCOLA D'OESTE LTDA.
(CR\$)

ANOS	CAPITAL REGISTRADO	À REALIZAR	REALIZADO	%	REALIZ. EM US\$
1959	1.237.700,00	1.142.071,60	95.628,40	7,72	521,39
1960					
1961	1.505.700,00	1.156.536,70	349.163,30	23,19	1.261,65
1962	1.697.000,00	1.319.549,60	377.450,40	22,24	922,97
1963	2.624.000,40	1.679.224,80	944.775,60	36,00	1.724,33
1964	2.654.000,00	1.689.224,80	964.775,20	36,35	781,20
1965	2.741.000,00	1.756.404,00	984.596,00	35,92	486,82
1966	2.741.000,00	1.756.404,00	984.596,00	35,92	445,52

FONTE: Resumo de Balanços da Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda., 1959/66, Arquivo
Cooperativa Regional Alfa, Chapecó, S.C.

safra produzida. No entanto, os escassos recursos impediam a concretização dessas importantes providências.⁵⁹

Durante a Assembléia Geral Extraordinária de 11 de abril de 1959 discutiram os associados, a possibilidade de construção de moinho de trigo próprio. Na época, o Sr. Ely Silva, Gerente do Banco do Brasil da cidade de Chapecô, pôs à disposição da entidade os favores da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial daquele banco (C.R.E.A.I.), apontando, no entanto, a necessidade de ver constituído um patrimônio social estável, com a finalidade de servir de base de garantia ao empréstimo. Para esse fim, foi aprovado, por unanimidade na citada Assembléia, aumento de capital social, visando atender às necessidades do empreendimento.⁶⁰

Apesar da resolução tomada, percebe-se, ao analisar a tabela IV? 2, que o intento não foi conseguido, pois o aumento do capital social, ao menos no que toca aos quatro primeiros anos, foi insignificante.

⁵⁹Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Federação das Cooperativas Triticolas 1961-1962. Relatório da Diretoria 1960-61. s.p.

⁶⁰Arquivo Cooperalfa, Chapecô, S.C. Livro de Atas das Assembleias Gerais da Cooperativa Triticola do Oeste Ltda. Ata da Assembléia Geral Extraordinária 11/1/1959. p.16.

4.2.2 - INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO

A expressão Capital de Giro é utilizada como sinônimo de "Capital Circulante" ou "Capital de Trabalho". Indica a parte do patrimônio da empresa que sofre constante movimentação, como por exemplo as disponibilidades e os valores realizáveis.⁶¹ É, por conseguinte, o total de volume de recursos injetados em uma empresa, com a finalidade de dinamizar suas operações. O Capital de Giro de uma sociedade pode ser: a) próprio, isto é, parte dos recursos próprios da empresa que não foram imobilizados; b) de terceiros, ou seja, recursos de outros, injetados na empresa, com finalidade de reforçar sua atividade econômica, principalmente quando os recursos próprios são insuficientes ou foram imobilizados em alta proporção.

Para uma melhor análise da situação, estabeleceu-se comparação entre o Patrimônio da Cooperativa (patrimônio líquido mais fundos) e o Ativo Total, ou seja, todo o capital existente na empresa. O objetivo era o de observar a percentagem do Ativo Total representada por Capital Próprio.

⁶¹FRANCO, H. *Estrutura, análise e interpretação de balanços*. 13. ed. São Paulo, Atlas, 1978. p.190.

TABELA IVº 3

COMPARAÇÃO ENTRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO E FUNDOS E O
ATIVO TOTAL DA COOPERATIVA TRITÍCOLA D'OESTE LTDA.

ANO	% DE CAP. DE GIRO PRÓPRIO	PATRIMÔNIO LIQ. E FUND. (CR\$)
1959	49,39%	116.528,40
1960	-	-
1961	15,90%	411.363,30
1962	41,95%	439.650,40
1963	2,8 %	1.008.475,60
1964	12,6 %	2.252.675,20
1965	32,9 %	2.272.496,00
1966	52,28%	3.054.346,90

FONTE: Resumo de Balanços da Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda., 1959/66, Arquivo Cooperalfa, Chapecô, S.C.

Como se pode observar através da tabela IVº 3, a Cooperativa necessitou de mais de 50% de Capital de Giro de terceiros, em seis dos sete anos analisados. A alta percentagem de recursos de terceiros foi observada principalmente em 1963 e 1964, quando apenas 2,8% e 12,6%, respectivamente, do capital existente na cooperativa lhe pertenciam. Os anos com maiores percentagens de recursos próprios foram os de 1959 e 1966, quando a entidade estava a iniciar ou encerrar suas atividades, necessitando portanto, pequeno Capital de Giro, devido à falta de dinamismo em suas operações comerciais. A baixa percentagem de Capital de Giro Próprio, nos anos de maior atividade da empresa, leva a concluir sobre a precariedade de recursos de que dispunha, em razão do baixo capital social e das dificuldades concernentes à sua integralização.

2.3 - AUSÊNCIA DE SUPORTE PATRIMONIAL

Ainda com relação a problemas de ordem econômica, pode-se salientar a ausência de suporte patrimonial necessário à obtenção de incentivos creditícios.

TABELA IVº 4

ATIVO DA COOPERATIVA TRITÍCOLA D'OESTE LTDA. (em CR\$)

DATA	ATIVO CIRCULANTE	ATIVO PERMANENTE	ATIVO R.L.P.	ATIVO TOTAL
1959	222.154,20	13.740,00	-	235.894,20
1960	-	-	-	-
1961	2.572.671,70	13.740,00	-	2.586.411,70
1962	1.062.070,60	13.740,00	-	1.075.810,60
1963	32.207.776,70	1.383.864,80	2.157.518,70	35.749.160,20
1964	16.344.720,10	1.582.686,00	-	17.927.406,10
1965	2.842.478,10	1.853.626,00	2.216.917,20	6.913.021,30
1966	485.451,00	3.358.956,00	1.996.986,00	5.841.393,00

FONTE: Resumo dos Balanços da Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda., Arquivo Cooperalfa, Chapecó, S.C.

Como se pode observar através da análise do ativo da Cooperativa citada (tabela IVº 4), seu ativo permanente, até o ano de 1962, era de apenas CR\$ 13.740,00, o que correspondia a uma pequena quantidade de móveis existentes no escritório da empresa. Somente em 1963 seu ativo permanente aumentou gradativamente, com a aquisição de um terreno no valor de CR\$ 550.000,00, assim como de uma quantidade de material de construção e ferramentas, alcançando o total de CR\$ 1.383.864,80.

Porém, neste mesmo ano, um desastre na armazenagem da produção recolhida entre os associados provocou nova onda de desânimo, impedindo que a sociedade progredisse.⁶²

Praticamente durante os cinco primeiros anos de existência, a empresa não logrou adquirir bens permanentes que pudessem garantir a captação de incentivos creditícios a longo prazo, necessários aos investimentos já apontados. Desse modo, obteve, tão somente, crédito a curto prazo, utilizado principalmente para repasse aos associados por conta da entrega de mercadorias.⁶³

Quando finalmente veio a adquirir certo patrimônio fixo que poderia garantir financiamentos a longo prazo, problemas de natureza administrativa acabaram por desajustar a vida da sociedade, provocando grande desalento, que viria contribuir, decisivamente, para a desativação da empresa, a partir de 1965.

4.3 - PROBLEMAS DE ORDEM EDUCATIVA

Um grande número de problemas que atinge o movimento cooperativista brasileiro tem por causa o despreparo do cooperado. A educação cooperativista é indispensável ao bom funcionamento e organização desses órgãos como a seguir enumeramos.

⁶² Relatório da Diretoria, apresentado em 30 de setembro de 1953, fala sobre o desastre decorrido na comercialização do feijão, ponto que será analisado posteriormente.

⁶³ Arquivo Cooperalfa, Chapecó, S.C. Resumo de balanços da Cooperativa Tríticola do Oeste Ltda. de 1959, 1960 e 1961.

a) os associados desempenham funções de deliberações, direção e controle interno da empresa; b) de seu preparo e de seus conhecimentos depende a superação dos obstáculos que se opõem à consolidação destas organizações.

No caso específico, a criação da Cooperativa não foi espontânea, como já foi salientado no Capítulo II, mas induzida por órgãos oficiais com o intuito de organizar e facilitar as operações de comercialização. Os agricultores precisavam ser atraídos ao movimento, e os apelos dirigidos pelos órgãos oficiais não foram suficientemente fortes para motivá-los. Um dos artifícios utilizados nesse sentido foi o de prometer à Cooperativa a administração única e exclusiva do silo do Ministério da Agricultura em construção no município de Chapecó.⁶⁴ Além do silo, havia promessas de empréstimos para financiamento de safra, compra de veículos para transporte de mercadorias, importação de reprodutores, e outros, desde que os agricultores formassem, através da entidade, um patrimônio estável, com a finalidade de garantir as operações de crédito.⁶⁵ De concreto, muito pouco ou quase nada foi cumprido, apenas operações relacionadas ao recebimento de produtos agrícolas pelo preço estabelecido. Em torno desses problemas, o secretário da Cooperativa, Plínio Sirena, em parecer apresentado à União das Cooperativas Tritícolas Catarinenses, em 1959, assim se expressou:

⁶⁴DRIMER, A. K. & DRIMER, B., *op.cit.*, p.433.

⁶⁵Arquivo Cooperalfa, Chapecó, S.C. Livro de Atas das Assembleias Gerais da Cooperativa Tritícola do Oeste Ltda. Ata da Assembleia Geral de 15/11/1959. p.22.

"Pela forma andante, a Cooperativa, ao invés de trazer benefícios aos seus associados, todos na primeira vista dizem serem sacrificados com as despesas de organização, administração, para receberem a mesma coisa que os demais".

E mais adiante:

"O Banco do Brasil pede e insiste para que os agricultores e produtores de trigo se organizem em cooperativas para evitar-lhes o trabalho..... Com vistas ao presente, e para estimular o movimento cooperativista não tentam criar uma quota de benefício para o sócio da Cooperativa, descontando a mesma proporção ao que não é sócio".⁶⁶

Com isso percebemos claramente a falta de espontaneidade do movimento e o despreparo doutrinário de seus associados, que se uniram em virtude das promessas do Banco do Brasil, apenas com o fito de obter algum benefício.

O despreparo em relação à doutrina e à filosofia cooperativista vai se refletir em diversos outros aspectos e oportunidades, e, de modo especial, no reduzido comparecimento de associados às Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias.

Com base no livro de Atas das Assembléias da Cooperativa, procedemos a um levantamento que nos levou à tabela IV? 5.

⁶⁶Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Federação das Cooperativas Triticolas 1961/62. Parecer apresentado à União das Cooperativas Triticolas Catarinenses em 1959. s.p.

TABELA IVº 5

PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS AS ASSEMBLÉIAS GERAIS
DA COOPERATIVA TRITÍCOLA D'OESTE LTDA. - 1957/1964

DATA	Nº DE ASSOCIADOS PRESENTES	CONVOCAÇÃO
14/7/1957	20	1ª
28/9/1958	40	2ª
11/4/1959	38	2ª
31/10/1959	15	nº insuficiente
15/11/1959	17	2ª
28/11/1959	62	3ª
2/2/1960	17	2ª
15/10/1961	12	2ª
28/10/1961	9	2ª
10/11/1962	13	2ª
7/12/1963	30	2ª
12/12/1964	4	nº insuficiente

FONTE: Livro de Atas da Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda. (*)

A falta de conhecimento da filosofia cooperativista, seus princípios e sua legislação leva fatalmente o agricultor ao desinteresse por sua associação. Não que ele premeditadamente se afaste do órgão, mas, totalmente desinformado, acaba por se manter à distância, ignorando que esse alheamento, cedo ou tarde, trará desastrosas conseqüências para o empreendimento. Se não há um grupo dirigente e bem intencionado à frente do órgão, esse desentrosamento paralisa o movimento a curto prazo. Analisando a tabela IVº 5,

(*) Não se conseguiram informações sobre o número total de associados durante o período.

verificamos que o comparecimento dos associados às Assembléias era bastante baixo, sempre inferior a 50%, o que forçava, de acordo com a legislação, a realização das reuniões invariavelmente em segunda convocação, por deficiência de quorum. Assim, as Assembléias deixavam de representar a vontade dos associados, para espelhar a vontade de um pequeno grupo, que, ou impunha suas decisões aos demais ou, como quase sempre ocorria, temeroso de assumir a responsabilidade, tornava-se inoperante. Como exemplo podemos citar o episódio da Assembléia Geral Extraordinária de 28 de outubro de 1961, quando a decisão de compra do terreno urbano para a construção da sede da entidade foi suspensa, face ao reduzido número de associados (apenas nove presenças). Nova tentativa, em 10 de novembro de 1961, quando se pretendia expandir as atividades da empresa, malogrou em razão do baixo número de presenças à reunião.

Além do baixo índice de comparecimento de associados às Assembléias, outros problemas surgiram, denotando claramente ausência de educação cooperativista. Se bem que as Cooperativas são criadas com o objetivo de proporcionar serviços a seus associados, não é menos verdade que estes, por sua vez, devem zelar pelo patrimônio da associação, uma vez que este patrimônio pertence a toda uma comunidade. Só através da defesa do patrimônio coletivo estaremos praticando um verdadeiro cooperativismo, pois de outra forma, uns seriam prejudicados em relação aos outros.

No exemplo ora estudado, nota-se, desde o início, uma ausência de cuidados em relação ao pequeno patrimônio da recém-criada associação, numa evidente demonstração de desinteresse, falta de preparo e de espírito associativo.

Enfrentando uma série de dificuldades, entre as quais avultava a carência de "capital" necessário ao bom andamento dos negócios, a Cooperativa conseguiu formar um pequeno patrimônio constante principalmente de sacos e sacolas para embalagens de produtos

agrícolas, principalmente o trigo, objeto de suas principais transações comerciais. No entanto, muitas vezes essas embalagens eram indevidamente apropriadas pelos associados, que acabavam por lhes dar outro destino. Em seu relatório referente ao exercício de 1959, o Presidente da Cooperativa assim se exprime:

"Pedimos mais colaboração dos associados, no sentido de demonstrar que são realmente cooperativistas, e evitar maiores preocupações à Diretoria nos controles de entrega e recebimento, tanto de trigo, como das bolsas vazias, como ocorre no ato presente, onde se registra a falta de quase (600) seiscentos sacos vazios distribuídos e não retornados, em sua maior parte pertencentes ainda ao exercício anterior e equivalente a um prejuízo de CR\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros).⁶⁷

Os associados, neste caso, utilizavam a embalagem não como um patrimônio da Cooperativa que também lhes pertencia, mas como utensílios de uma empresa que lhes era estranha. Este fato, evidentemente, está relacionado ao "cooperativismo induzido" e não ao espontâneo, onde cooperados sentem a necessidade do esforço coletivo, em prol da comunidade.

Outro grave problema, próprio da falta de conhecimento do ideal cooperativista, está ligado à comercialização direta de produtos pelos associados, por certo atraídos por vantagens mercantis. Apesar da norma expressa do Artigo 21 do Estatuto da entidade, determinando a obrigatoriedade de entrega da produção à Cooperativa, e da sanção contida no artigo 26, letra "e" do mesmo documento, penalizando com exclusão o associado faltoso, havia freqüente desobediência à determinação, com a comercialização de produtos sem a intermediação da entidade. No relatório da diretoria, de 1959,

⁶⁷ Arquivo Inera, Florianópolis, S.C. Federação das Cooperativas Triticolas, 1961/62. Relatório da Diretoria da Cooperativa Triticola d'Oeste Ltda, 1959. s.p.

já citado anteriormente, o Presidente Ernesto Braun manifestava seu desalento: "Da parte dos associados, foram registrados várias abstenções na entrada da sua produção, acusando-se mesmo a retirada de bolsas vazias, sem retornarem, nem as bolsas e muito menos o trigo".⁶⁸

Essa abstenção tornou-se ainda mais intensa quando, logo a seguir, foi aprovada em Assembléia Geral a retenção de 5% do valor da mercadoria comercializada, para fazer face às despesas com a administração do órgão, registrando-se, então, desvio de cerca de 30% da produção dos associados.

Como já se salientou anteriormente, o trigo era comercializado unicamente através do Banco do Brasil, que pagava às Cooperativas ou a produtores particulares, preço único, tabelado para o produto. Com o desconto de 5%, efetuado pela Cooperativa, os associados tinham prejuízo imediato de CR\$ 50,00 a CR\$ 60,00 por sacco. Em consequência surgia o comércio paralelo, objetivando desviar o trigo das Cooperativas. Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 1 de dezembro de 1959, partiu-se para instituição de multas de CR\$ 50,00 a CR\$ 60,00 por sacco de cereal comercializado à revelia da entidade. Os casos acima, embora pareçam simples ocorrências, constituem sinal evidente de falta de embasamento e de consciência cooperativista típica de um movimento criado sem outras preocupações senão a de orientar a produção agrícola e facilitar as operações de comercialização em regiões de rápidas transformações.

A cooperativa entrou em nova fase, quando, abandonando a

⁶⁸ *Ibid.*, op. cit., s.p.

⁶⁹ Arquivo Inca, Florianópolis, S.C. Federação das Cooperativas Trilícolas, 1961/62. Parecer apresentado à União das Cooperativas Trilícolas Catarinenses em 1959. s.p.

comercialização especializada de trigo, iniciou a comercialização de milho, feijão e suínos, principalmente a partir de 1962. No entanto, outro perigo passava a rondar a entidade, pois a falta de experiência dos administradores levaria a empresa a percorrer caminhos tortuosos principalmente no transcorrer de 1963 e 1964.

4.4 - PROBLEMAS DE ORDEM ADMINISTRATIVA

Como já vimos no Capítulo II, a Cooperativa Tritícola exercia atividades através da Assembléia Geral de Associados, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. O Conselho de Administração possuía uma Diretoria Executiva, composta de um Diretor Presidente, um Gerente e um Secretário, tendo por finalidade executar as decisões do Conselho de Administração e das Assembléias Gerais.⁷⁰

Já se observou, anteriormente, que o comparecimento de associados às Assembléias Gerais era sempre baixo, deixando, conseqüentemente, as deliberações relativas aos negócios a cargo de uma minoria, que geralmente compunha os Conselhos de Administração e Fiscal da Entidade.

Nestas condições, o papel deliberativo dos associados através das Assembléias Gerais era bastante restrito.

Além desse problema, também relacionado à deficiência administrativa, podem ser salientados os já referidos e decorrentes da

⁷⁰ Estatuto da Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda., Arquivo INCRA, pasta "Alfa 09". Florianópolis, S.C.

inexperiência da administração no campo comercial. Como ilustração, basta citar a aquisição, em 1959, por parte da Cooperativa, de CR\$ 606.540,00 de sementes de trigo de má qualidade, que não germinaram, provocando duplo prejuízo, à entidade e ao agricultor.⁷¹ Vale lembrar que nenhuma ação foi realizada por parte dos administradores para tentar amenizar os prejuízos, o que gerou sem dúvida, desconfiança e incredulidade dos associados com respeito à atuação dos órgãos administrativos. Em 1963, novamente a in experiência no campo comercial se fez sentir, quando a Cooperativa, na esperança de auferir melhores resultados, se lançou ao comércio do feijão. Aliás, a comercialização do feijão começou a tomar vulto a partir de 1961, de início timidamente, para se tornar no período de 1962 a 1964 a principal atividade da empresa. No entanto, a falta de conhecimentos aprofundados no ramo, assim como a precariedade dos equipamentos do silo pertencente ao Ministério da Agricultura e cedido à Cooperativa em 1962, acarretaram novo desastre econômico, este último sem dúvida o principal responsável pela desativação da entidade a partir de 1965. Não tendo sido ensacado em época adequada, o feijão foi atingido pela umidade, o que provocou sua fermentação. Parte da produção que foi aproveitada só alcançou o mercado de São Paulo tardiamente, quando não mais obteve preço em virtude da penetração da safra oriunda do norte do País. Nestas condições, permaneceram estocados, em São Paulo, cerca de

⁷¹Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Federação das Cooperativas Triticolas, 1961-62. Relatório da Diretoria da Cooperativa Triticola d'Oeste Ltda, 1959. s. p.

umas mil e quatro sacas de feijão, causando à Cooperativa um prejuízo de ordem de CR\$ 2.157.518,70.⁷² A situação tornou-se ainda mais grave com o desconto do Imposto de Vendas e Consignações incidente sobre tais operações.⁷³

Insucessos desta monta acabaram por agravar a situação da Cooperativa, acentuando ainda mais o desinteresse do cooperado. A Assembléia Geral Ordinária marcada para o ano seguinte (1964) não pôde ser realizada por absoluta falta de "quorum", registrando um insignificante comparecimento de quatro associados. A partir de então, as atividades da Cooperativa mantiveram-se praticamente paralizadas, como pode ser observado através dos resumos de balanços de 1965 e 1966. A comercialização do feijão ainda foi levada a efeito durante os anos de 1963 e 1964, mas praticamente para cobrir as despesas com empréstimos efetuados durante o ano de 1963. Pagas as dívidas, saldadas os compromissos, a Cooperativa manteve-se em inatividade durante os anos de 1965 e 1966. O número de associados, assim como o capital registrado e capital realizado permaneceram praticamente inalterados durante o biênio 1965/66. (tabela IV? 2). O ativo circulante decresceu progressivamente, enquanto que o ativo permanente sofreu ligeira ascensão, em virtude da utilização efetuada com a compra de terreno e material de construção. (tabela IV? 4). Esse fato permitiu, a partir de 1968, que a Cooperativa viesse a se reestruturar sob bases mais sólidas.

⁷² Arquivo Cooperalfa, Chapecó, S.C. Resumo do balanço da Cooperativa Tritícola d'Oeste Ltda., 1963.

⁷³ Arquivo Cooperalfa, Chapecó, S.C. Livro de Atas das Assembleias Gerais da Cooperativa Tritícola d'Oeste Ltda. Ata da Assembléia Geral Ordinária de 7/12/1963. p.44-50.

4.5 - A CRISE FINAL

A situação da Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda. não era a única na região. Wilson Santa Catarina, em artigo publicado no periódico "Cooperativismo Catarinense", falando sobre "Diagnóstico e Perspectivas do Movimento Cooperativista da Região Oeste", assim se expressa:

"... surgiram inúmeras cooperativas, não somente na região, mas também em todo o Estado, quase todas in viáveis, técnica e economicamente, as quais foram, pouco a pouco, se diluindo e se desgastando nas mãos de dirigentes despreparados e inescrupulosos, fazendo com que surgisse o desânimo e o descrédito do movimento, causando um verdadeiro caos econômico-social no Estado e na região".⁷⁴

No caso, longe estamos de admitir que agissem incorretamente os dirigentes da Tritícola. Mas não há dúvida em que, no que tange ao despreparo e inexperiência, parecem apropriadas as palavras do articulista.

Em meio a esse caos, teve início, em 1964, orientado pelos Governo Federal e Estadual, um movimento denominado "Saneamento do Cooperativismo Catarinense". Sua executora foi a Diretoria de Organização da Produção (DOPr), que decidiu expurgar do seio do movimento mormente os aventureiros e desonestos. Além de inquéritos policiais, foram determinadas intervenções, eis que o trabalho do DOPr era eminentemente punitivo, face à falta de condições para a prevenção de irregularidades, por carência de pessoal técnico.

Todavia, como só acontece nessas ocasiões, com o joio, não raro, vai também o trigo, e, em matéria de cooperativismo, não poderia haver exceção. Diversas entidades havia, cujos diretores, se

⁷⁴ SANTA CATARINA, W. Diagnóstico e perspectiva do cooperativismo da região planalto e meio oeste catarinense. Cooperativismo Catarinense. Florianópolis, 22:8-10, jul., 1972.

bem que inexperientes e despreparados, eram íntegros e possuíam razoável dose de boa vontade. Orientavam com escrupulo, mas desordenadamente, entidades que, devidamente recuperadas, poderiam ser de real utilidade. Parece certo que entre essas precárias associações estava a malfadada Cooperativa Triticola D'Oeste Ltda., que, a despeito de todos os seus problemas, poderia, com rejuvenescedora injeção de técnica, ser suficientemente recuperada. Tal não ocorreu, todavia. E a nossa entidade, como veremos a seguir, acabou por sobrar.

Como resultado dessa política, das trezentas e cinquenta e uma cooperativas existentes no Estado em 1967, restaram apenas cento e oitenta e cinco, visto que cento e sessenta e seis delas tiveram seu registro cancelado.⁷⁵

A despeito das dificuldades financeiras, a empresa, em 1964, ainda teve fôlego para hipotecar solidariedade à "Comissão da Terceira Reunião Regional das Cooperativas", pleiteando isenção do Imposto de Vendas e Consignações. Nesta ocasião, a entidade solicitou ao Governo Estadual liberação do mesmo tributo para cooperativas de consumo e produção agrícola que comercializassem exclusivamente com associados, assim como a redução de 25% para aquelas que operassem com terceiros.⁷⁶ Buscavam, assim, os dirigentes, num verdadeiro esforço, obter apoio financeiro necessário à sobrevivência da empresa. Desatendida em suas reivindicações, manifestou-se

⁷⁵ZANCHIN, N. Estatística do cooperativismo brasileiro. *Boletim Econômico*. Florianópolis, 42:5, fev., 1969.

⁷⁶Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Pasta Alfa 10. Suplemento de Convocação da Assembleia Geral Ordinária de 1964. s.p.

ancamente a Diretoria contra o descaso governamental, pondo à mostra as deficiências da política cooperativista.⁷⁷ A situação tornou-se, então, insustentável e, a 9 de janeiro de 1965, a Assembleia Geral devolveu à CIBRAZEN (Companhia Brasileira de Armazenamento) os silos que esta última construira e que confiara aos seus associados à sua administração, ficando, assim, a Cooperativa sem condições de armazenar a produção de seus associados. Partia, assim, definitivamente, para a inatividade.

Já agonizante, a Cooperativa, nesse mesmo ano, em medida extrema, procurou, através de consulta aos associados, sentir se chegara ou não a hora de cerrar as portas. Os questionários continham os seguintes quesitos: 1) Continua a prestar fé na Cooperativa? 2) Concorda com a construção do armazém e sede da Cooperativa? 3) Concorda com a transformação da Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda., em Cooperativa Mista D'Oeste Ltda.? 4) Autoriza a alteração dos estatutos? 5) Qual o valor da quota de capital que pretende submeter e integralizar? 6) Quer sua demissão de associado desta Cooperativa?⁷⁸ A Assembléia, de 9 de janeiro de 1965, na qual se deveria o resultado da consulta, compareceram apenas vinte e seis associados, número considerado irrisório para as deliberações propostas. E, como era total o desinteresse, tudo se estagnou.

Era o fracasso de uma empresa alicerçada sobre bases falsas. Poder público, que tão bem soube difundir, através de meios

⁷⁷ Em ata da Assembléia Geral realizada a 9 de janeiro de 1965, registra-se a contestação que deverá ser feita pelo Diretor Presidente da Cooperativa, em relação à cobrança de ICV em todas as transações de entrega e aquisição de mercadorias entre a Cooperativa e seus associados, uma vez que tais operações, ou seja, "o ato cooperativo", não são operações de venda ou compra.

⁷⁸ Arquivo Cooperalfa, Chapecó, S.C. Livro de Atas das Assembleias Gerais da Cooperativa Tritícola do Oeste Ltda. Suplemento do Edital de convocação da Assembleia Geral de 9/11/65. p.53.

diversos, um movimento de grandes proporções (o Estado contava em 1965 com trezentas e nove cooperativas) acabou por criar um verdadeiro "cemitério" dessas entidades. O mesmo governo que induzira a formação de tais empresas não lograra fazê-las funcionar, pois a massa de agricultores se mantivera alheia ao movimento que não nascera de seu interior, e sem a presença do Estado, de seus incentivos, de seus benefícios e de sua orientação, o agricultor que, inseguro e desconfiado, fora levado a aceitar o movimento, dele acabaria por se afastar.

Desativada, a Cooperativa só viria a dar sinal de vida em fins de 1966, e de forma melancólica. Seu Presidente, em modesto mas significativo ofício, "devolvia" aos poderes públicos o registro que, nove anos antes, sob as mais diversas promessas, recebera dos órgãos constituídos.⁷⁹

⁷⁹Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Pasta Alfa 10. Ofício dirigido do DOPa pelo Senhor Plínio Sirena, Secretário da Cooperativa Trilicola do Oeste Ltda. em 16/12/1966. S.p.

CAPITULO - V

**NOVOS RUMOS: FUNDAÇÃO DA COOPERATIVA MISTA
AGROPASTORIL DE CHAPECÓ, LTDA.**

5.1 - A RECUPERAÇÃO

A despeito de não operar efetivamente desde 1965, e de seu registro ter sido posto à disposição da DOPr, em dezembro de 1966, a Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda., em realidade, nunca teve suas atividades totalmente paralizadas. Assim é que, em 29 de outubro de 1967, foi convocada Assembleia Geral Extraordinária para tratar da reforma estatutária e eleição da nova diretoria. Na oportunidade, como em várias outras, encontravam-se presentes Setembrino Zanchet, Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, Alvancir Fico, representante do Ministério da Agricultura, Volmar Pivatto, representante da DOPr, assim como Carlos Lock, Inspetor da ACARESC. Este último, após tecer comentários sobre a situação irregular da Cooperativa, se propôs a efetuar campanha entre os agricultores, com a finalidade de angariar novos associados.⁸⁰

Com a presença de trinta e sete associados, realizaram-se eleições para nova diretoria, bem como promoveu-se a alteração da razão social da entidade que passou a denominar-se "Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó Ltda.". Para atender à nova legislação, assim como à reestruturação que se fazia necessária, foram alterados os Estatutos Sociais, especialmente na parte relativa à área de ação da entidade e à sua transformação em cooperativa mista, congregando maior número de agricultores.

Para compor o Conselho Administrativo da Sociedade no triênio

⁸⁰ Arquivo Cooperalfa, Chapecó, S.C. Livro de Atas das Assembleias Gerais da Cooperativa Tritícola do Oeste Ltda. Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 29/10/1967. p. 62-3.

seguinte, foram eleitos: Aury Luiz Bodanese, Orlando Jacob Cella, Alcides Biffi Fin, Miguel Casemiro Covalleski e Olívio Baldissera.⁸¹

O Conselho recebia da antiga Cooperativa Tritícola os seguintes pertences: a) uma máquina de escrever com adaptação para contabilidade; b) uma máquina de calcular Everest; c) um bureau de fôrmica; d) um terreno urbano, situado à rua Nereu Ramos, na cidade de Chapecô, com 2.400 metros quadrados de área; e) uma balança de peso específico, e outra com capacidade para 500 Kg; f) 18.000 tijolos depositados na Cerâmica Chapecô; g) um motor de baixa rotação; h) uma contabilidade mecanizada, além de pequenos equipamentos.⁸²

Em 8 de março de 1968, aproximadamente cinco meses mais tarde, Aury Luiz Bodanese, Diretor Presidente da entidade, oficiou ao Diretor do já citado DOPr, solicitando autorização para que a Cooperativa funcionasse sob novos estatutos e nova razão social.⁸³

Por questões de reformulações legislativas aliadas a processos burocráticos extremamente lentos, a nova Cooperativa foi autorizada a funcionar pelo INDA somente em 31 de janeiro de 1969.⁸⁴

⁸¹Arquivo Cooperalfa, Chapecô, S.C. Livro de Atas das Assembleias Gerais da Cooperativa Tritícola d'Oeste Ltda. Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 29/10/1967. p.62-3.

⁸²Arquivo Cooperalfa, Chapecô, S.C. Relatório da Diretoria da Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecô referente ao biênio 1967/68.

⁸³Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Pasta Alfa 10. Ofício 1-68 enviado por Aury L. Bodanese ao Diretor do DOPr em 8/3/1968.

⁸⁴Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Pasta Alfa 10. Ofício expedido por Marinato D. Paiva, encarregado do cooperativismo do INDA, comunicando à Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecô Ltda., em 5/2/1969, autorização para funcionamento.

Vale lembrar que em 1966, através do Decreto Lei n. 59, regulamentado pelo Decreto n. 60.597 de 19 de abril de 1967, o movimento cooperativista brasileiro foi submetido a rígido controle estatal, o que deu origem a expressão usada por Waldírio Bulgarelli "Centralismo Estatal".⁸⁵ Estabeleceram-se, sob a égide desse decreto, diversas limitações às sociedades cooperativistas, entre as quais destacam-se a prévia autorização para funcionamento, expedida na época pelo INDA, bem como a limitação da área de ação das cooperativas de primeiro grau à região municipal. Referida lei proibiu, ainda, às cooperativas de realizarem operações com terceiros, não só quanto à comercialização, como também quanto ao recebimento em dinheiro.⁸⁶ Em virtude dessas inovações, os processos de licença eram por demais morosos, exigindo uma série de medidas envolvendo o INDA e o DOPr. Foram inúmeras as cooperativas que deixaram de obter registro face às pesadas despesas com correspondência, viagens, e outros. Os arquivos do INCRA, sucessor do INDA, assinalam casos em que o registro foi deferido dois anos após as primeiras providências, não raro, quando os associados já se encontravam desinteressados e a cooperativa desfalcada do minguido capital inicial. Nestes casos, com freqüência sobrevinha o cancelamento das atividades que, a rigor, nem mesmo se haviam iniciado. No que toca à Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó Ltda., a autorização para funcionamento chegou, como se disse, a 31 de janeiro de 1969, isto é, após dez meses de exaustiva troca de correspondência entre Aury Luiz Bodanese, em nome da Cooperativa, a Diretoria do INCRA de Santa Catarina e a Divisão de Cooperativismo do INDA no Rio de Janeiro, que exigia fossem contidas em Estatuto todas as

⁸⁵BULGARELLI, W. *op.cit.*, p.145.

⁸⁶*Ibid.*, p.145-50.

exigências da nova lei cooperativista em implantação. Em consequência, os estatutos aprovados em Assembléia de 29 de outubro de 1967 foram reformulados em vários pontos, satisfazendo finalmente à legislação.

Em 3 de março de 1969, a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina expediu certidão comprovando o arquivamento dos documentos relativos à reforma da citada cooperativa.⁸⁷

O dinamismo do novo Conselho, liderado por Aury Luiz Bodanese, não permitiu, entretanto, que a burocracia oficial ligada à fiscalização e difusão do cooperativismo entravasse os trabalhos dessa nova fase da já sofrida Cooperativa.

Mesmo antes da concessão da licença de funcionamento, os trabalhos se iniciaram, e, no ano de 1967, instalou-se a associação, provisoriamente, em armazem cedido pelo Sr. Neiro Bernardi, próximo à Cibrazem. No mesmo ano, percebendo as deficiências de ordem administrativa que haviam atingido a antiga Cooperativa Tritícola, a Direção contratou os serviços profissionais do economista Odilon Serrano, para prestar assessoramento ao Diretor Presidente Aury L. Bodanese e ao Diretor Gerente Jacob Cella.⁸⁸

Em tempo integral, passaram a dedicar-se à recuperação da entidade, não somente angariando novos associados e reunindo os antigos, mas também fornecendo-lhes gêneros de consumo e sementes fiscalizadas de trigo e milho híbrido. Assumiu, inclusive, a nova direção, o encargo de receber para o Banco do Brasil, mediante comissão de associados ou não, até abril de 1968, a safra de feijão,

⁸⁷Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Pasta Alfa 10. Certidão n. 29.795 de 2/3/1969.

⁸⁸Arquivo Cooperalfa, Chapecô, S.C. Relatório do Conselho de Administração da Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecô Ltda., apresentado em 30/4/1968.

trigo e soja.⁸⁹

Com essas atividades, obtiveram uma sobra líquida de NCR\$ 42.016,28, sem contar o numerário destinado à reorganização da entidade.

Além desse trabalho, tratou a Diretoria do preparo de novos Estatutos Sociais, afim de que, em tempo hábil, fossem encaminhados ao DOPr e ao INDA para oficialização do novo registro.⁹⁰

O dinamismo do novo Conselho Administrativo, agora melhor assessorado, é evidenciado através de várias medidas propostas e aprovadas em Assembléia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 1968, quando a Cooperativa já contava com quinhentos e trinta associados. Entre estas medidas enumeramos: a) aplicação das sobras verificadas após cada exercício, deduzidos os devidos fundos previstos nos Estatutos, na aquisição de novas "quotas", na proporção da entrega de produtos pelos associados, que fornecia à sociedade embasamento para reforço de sua estrutura econômica; b) obtenção para os associados de empréstimos de adiantamento de lavouras, a serem repassados aos associados, e instituição de uma taxa de retenção de 3% incidente sobre o valor dos empréstimos, igualmente como reforço à estrutura financeira da Cooperativa, devendo tais taxas ser escrituradas na conta de "Fundo de Desenvolvimento Econômico; c) contratação de serviços profissionais de médico veterinário para atendimento aos rebanhos, mediante contribuição de ordem de NCR\$ 1,00 de cada associado; e, d) compra de veículo para

⁸⁹Arquivo Cooperalfa, Chapecô, S.C. Relatório do Conselho de Administração da Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecô Ltda., apresentado em 30/4/1968.

⁹⁰Ibid., op.cit.

serviços gerais de transporte, necessários ao bom andamento da cooperativa.⁹¹

Desse modo, quando obteve do INDA, em 1969, licença para funcionar, já ia a Cooperativa, em realidade, a meio caminho, como bem atesta o relatório apresentado à Assembléia Geral Ordinária em 30 de abril de 1969, quando já contava a entidade com mil e cinquenta associados e um capital subscrito de NCR\$ 215.150,00, quase totalmente integralizado.

5.1.1 - O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL E OS ESTÍMULOS GOVERNAMENTAIS

Não devemos olvidar o papel dos extensionistas da ACARESC, principalmente Carlos Locks, que desenvolveu intensas campanhas junto aos agricultores, demonstrando as vantagens do cooperativismo, o que resultou em maior número de adesões. Assim é que o quadro de associados da Cooperativa cresceu consideravelmente, não só em virtude de tais campanhas, mas também devido ao bom êxito da organização, como veremos adiante.

⁹¹Arquivo Cooperalfa, Chapecô, S.C. Relatório do Conselho de Administração da Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecô Ltda., apresentado em 30/4/1968.

TABELA V^o 1

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE ASSOCIADOS DA
COOPERATIVA MISTA AGROPASTORIL DE CHAPECÓ LTDA.

ANO	SÓCIOS ADMITIDOS	DEMITIDOS	EXCLUÍDOS	TOTAL
1967				37
1968	1.019	6	00	1.050
1969	920	64	00	1.906
1970	180	129	00	1.957
1971	65	157	00	1.865
1972	80	192	212	1.541
1973	108	209	00	1.440
1974	177	72	00	1.615

FONTE: Relatório da Cooperativa Regional Alfa, 1975. (*)

A partir de 1969, com o registro e licença definitiva de funcionamento, a "Cooperchapecó", como ficou sendo conhecida, obteve apoio e incentivo de órgãos oficiais, traduzidos principalmente em financiamento para construção de silos e armazéns próprios. A entidade, então legalmente constituída, possuía patrimônio que podia ser oferecido em garantia, além de número considerável de associados, mil e doze, não sempre presentes às assembleias, mas confiantes na ação de seus diretores.

(*) A demissão do associado é levada a efeito unicamente a seu pedido, enquanto que a exclusão poderá se efetuar por morte da pessoa física, incapacidade civil não suprida ou falta no atendimento aos requisitos estatutários. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Legislação cooperativista. Florianópolis, ACARESC, s.d. p.15.

Em janeiro de 1969 o governo do Estado tomou importante medida em favor da atividade cooperativista, concedendo, através da Lei 4.226, bonificação de 20% sobre o ICM recolhido às entidades filiadas às cooperativas centrais. Com essa providência, além da outorga do benefício fiscal, incentivava o poder público esta dual a integração horizontal de numerosas e pequenas entidades, fortalecendo consideravelmente o movimento.⁹²

Como fruto dessa medida, a Cooperativa Agropastoril de Chapecó, em 1969, filiou-se à Fecotrigo, com subscrição de NCR\$ 21.031,00, bem como à Cooperativa Central do Oeste Catarinense Ltda., subscrevendo quotas no valor de NCR\$ 5.000,00 a serem integralizadas com incentivos fiscais.

Foi graças a esses incentivos que a Coopercentral entregou, em 1970, vinte e dois veículos às suas filiadas, entre elas a Cooperativa Agropastoril de Chapecó Ltda.

Outra importante iniciativa do governo estadual nesse campo, foi a criação do "Fundo de Armazenagem e Cooperativismo", através do qual foram financiadas as primeiras quinze unidades de armazenagem e beneficiamento de cereais, envolvendo recursos da ordem de NCR\$ 400.000,00."

"O mais importante foi o efeito germinativo determinado pelo Fundo, provocando o início das operações de crédito cooperativo, no Estado. A partir de então, as agências creditícias passaram a operar com as cooperativas, financiando a implantação de novas unidades e ampliando a infra-estrutura, armazenagem e comercialização dos produtos agrícolas".⁹³

⁹²INCENTIVOS fiscais às cooperativas. Boletim econômico. Florianópolis, 45:36-9, mai., 1969.

⁹³MORAES, A. de O. Cooperativismo: as razões de uma experiência bem sucedida. Cooperativismo catarinense, Florianópolis, 9:5-7, abr., 1971.

No elenco de medidas governamentais, merece realce, ainda, a criação do "Fundo de Estímulo à Produtividade", que passou a subsidiar o transporte de calcáreo e fertilizante, assim como os juros relacionados com a compra de máquinas agrícolas, mudas de árvores e reprodutores selecionados.⁹⁴

Foram decisões que, em conjunto, promoveram o desenvolvimento de numerosas cooperativas que se debatiam em dificuldades financeiras.

A 2 de fevereiro de 1969, Carlos Lock, representante da ACARESC e Setembrino Zanchet, Chefe da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, expuseram em Assembléia da Cooperativa Agropastoril de Chapecô, as vantagens de construção de armazém para produtos dos associados, recolhidos pela entidade, enfatizando que o empreendimento, de grande utilidade na região, seria pago por si próprio, através dos lucros advindos.⁹⁵

Apesar da reduzida presença de associados, apenas sessenta e três, a idéia recebeu aprovação unânime e o Conselho Administrativo recebeu carta branca para escolha de local e busca de fundos para o empreendimento (depósito para 300.000 sacas e equipamentos). A Assembléia Geral decidiu ainda outorgar poderes ao Conselho de Administração para a venda do terreno da Cooperativa localizado à rua Nereu Ramos, no centro de Chapecô, com 2.400m², ou sua permuta por outro, com área superior a 20.000m², em localização mais compatível, assim como obter junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, em convênio com a ACARESC,

⁹⁴Arquivo Cooperalfa, Chapecô, S.C. Livro de Atas de Assembléias Gerais. Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Cooperativa Agropastoril de Chapecô Ltda., de 2/2/1969. p. 73-6.

⁹⁵Arquivo Cooperalfa, Chapecô, S.C. Livro de Atas de Assembléias Gerais. Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecô Ltda., de 2/2/69. p. 73-6.

financiamento com prazo de doze anos, mais dois de carência. Embora outorgados esses poderes, a contratação de financiamento ficaria condicionada à posterior elaboração de orçamento e aprovação da Assembléia Geral.

Fôra dado um voto de confiança ao novo Conselho Administrativo. Do bom êxito desse empreendimento dependeria, em grande parte, o futuro da organização agora reestruturada. Qualquer falha levaria sem dúvida a sociedade a uma dissolução, desta vez irreversível. Tal entretanto não ocorreu, e, em 18 de fevereiro de 1970, através de nova Assembléia Geral Extraordinária, foram tomadas as primeiras providências para efetiva concretização da obra.

Com eficiente assessoramento de funcionários do Banco do Brasil, da ACARESC e de representantes do DOPr, a Assembléia Geral autorizou o Conselho Administrativo a realizar o financiamento para a construção de armazém e equipamentos, no valor de NCR\$ 920.500,00, obtidos através de empréstimos no BRDE. Para tanto, promoveu-se na citada Assembléia significativo aumento de capital social, obrigando-se cada associado a subscrever no mínimo uma "quota" no valor de NCR\$ 1.000,00, representada por dez notas promissórias vencíveis anualmente e endossadas ao BRDE como garantia de financiamento.⁹⁶

Verifica-se, a essa época, que, além do trabalho do Conselho Administrativo operando em tempo integral, a assistência prestada pelos representantes de órgãos oficiais torna-se mais eficaz, orientando trabalhos relacionados principalmente com a obtenção de financiamentos. Administração firme, aliada a assessoramento de

⁹⁶Arquivo da Cooperativa Chapecô Ltda., S.C. Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 18/2/1970. Livro de Atas da Cooperativa Agropastoril de Chapecô Ltda.

de órgãos oficiais, já que o movimento fora induzido, vem se tornar a mola propulsora do futuro crescimento da entidade.

5.2 - Os PROBLEMAS

TABELA Nº 2

PARTICIPAÇÃO DE ASSOCIADOS NAS ASSEMBLÉIAS GERAIS DA
COOPERATIVA MISTA AGROPASTORIL DE CHAPECÓ LTDA.

DATA DA ASSEMBLÉIA	Nº TOTAL DE ASSOCIADOS	Nº DE ASSOCIADOS PRESENTES	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
29/10/1967		37	
28/7/1968	530	141	26,6%
12/8/1968	538	47	8,7%
2/2/1969	1.012	63	6,2%
28/7/1969	1.096	385	35,12%
18/2/1970	1.714	518	30,2%
8/6/1970	1.914	191	9,9%
10/7/1970	1.919	692	36,06%
24/7/1971	1.951	221	11,3%
25/9/1971	1.948	148	7,5%
3/6/1972	1.850	33	1,7%
22/7/1972	1.816	63	3,4%
16/3/1973	1.765	192	10,8%
27/7/1973	1.543	404	26,1%
21/12/1973	1.474	46	3,1%
22/7/1974	1.464	162	11%
27/11/1974	1.517	399	26,3%

FONTE: Levantamento efetuado através do Livro de Atas da Cooperativa Mista Chapecó Ltda. Arquivo Cooperativa Regional Alfa Ltda., Chapecó, S.C.

Obtidos os primeiros sucessos, a entidade passa a desenvolver-se, de início modestamente, embora, em poucos anos, venha a se tornar o principal órgão de comercialização de produtos agrícolas de sua área de ação. Isto não ocorreu sem dificuldades, e muitos dos problemas da cooperativa anterior permaneceram nesta segunda etapa, problemas esses que não chegaram a abalar o ânimo de seus dirigentes e associados.

Entre os problemas de mais difícil solução, encontra-se o relacionado com a sempre precária participação direta dos associados nas Assembléias Gerais.

Como se constata através da Tabela Vº 2, a percentagem de participação dos associados nas Assembléias sempre foi reduzida, nunca ultrapassando 37%. Em conseqüência, as Assembléias invariavelmente se realizavam em terceira convocação, em obediência à nova lei cooperativista de 1966.

Comparando a situação da Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó Ltda. com a de sua antecessora, nota-se que, em números absolutos, o comparecimento, na maioria das Assembléias, foi bastante superior na Agropastoril Chapecó, isso porque o número de adesões ao movimento tornou-se mais acentuado. Se a situação, sob esse aspecto, permanecia desalentadora, a verdade é que a falta de participação não chegava a desencorajar o Conselho Administrativo, que lutava para soerguer a estrutura de um estabelecimento que em futuro próximo iria ser apresentado como exemplo de uma bem sucedida empresa cooperativista.

Outro problema observado na análise efetuada no Capítulo anterior sobre a Cooperativa Tritícola D'Oeste Ltda. referia-se à precariedade de recursos próprios, advinda tanto da fraca adesão ao movimento, como da dificuldade de integralização das quotas partes subscritas. Também sob esse aspecto as alterações merecem destaque. Veja-se a situação da nova cooperativa, neste particular, na

tabela Vº 3, onde se apresenta a evolução do quadro social e capital subscrito da Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó Ltda.

TABELA Vº 3

EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIAL E CAPITAL SUBSCRITO DA
COOPERATIVA MISTA AGROPASTORIL CHAPECÓ LTDA.
(CR\$)

ANO	NÚMERO DE ASSOCIADOS	CAP. SOCIAL SUBSCRITO	CAP. SOCIAL INTEGRALIZADO	%
29/10/1967	37	2.741,00	984,60	35,8%
30/4/1968	345	67.980,00	28.848,87	42,4%
30/4/1969	1.050	215.150,00	205.660,50	95,5%
30/4/1970	1.906	1.792.150,00	321.847,00	17,9%
30/4/1971	1.957	2.128.480,00	424.699,64	19,9%
30/4/1972	1.865	2.623.965,05	779.894,00	29,7%
30/4/1973	1.541	2.132.423,00	811.220,50	38,0%
30/7/1974	1.440	2.019.318,00	1.343.151,50	66,5%

FONTE: Cooperativa Regional Alfa Ltda. Balanço geral, exercício 1979. p.20.

Comparando a tabela Vº 3, com a tabela IVº 2, observa-se que a integralização do capital subscrito realizou-se com maior brevidade, graças, principalmente, ao trabalho de orientação aos agricultores efetuados pela ACARESC, que muito contribuiu inclusive para a obtenção de crédito rural. O uso de crédito cooperativo orientado demonstrou sua eficiência na obtenção de resultados tanto no desenvolvimento do patrimônio da Cooperativa, como no desenvolvimento de técnicas agrícolas levadas a efeito pelos agricultores e na integralização de "quotas" partes. O técnico assessorou a elaboração e a aplicação, bem como supervisionou os planos de repasse aos

associados da cooperativa, o que previne abusos e distorções no uso desse tipo de incentivo.

Os arquivos da ACARESC só registram o aditivo ao convênio de assistência administrativa elaborado com a Cooperativa Mista Agro pastoril de Chapecô Ltda., datado de 15 de abril de 1972. Sabe-se entretanto, através das diversas Atas de Assembléias Gerais e de Relatórios da Diretoria, que esta assistência remontava à data da reestruturação da entidade. Entre as principais cláusulas do aditivo ao convênio citam-se:

- 1) a ACARESC colocará à disposição da Cooperchapecô um de seus técnicos, engenheiro agrônomo, o qual executará os serviços de assistência técnica agrônômica à cooperativa e a seus associados;
- 2) a assistência técnica aqui prevista compreende a orientação técnica dos agricultores em suas atividades agrícolas, elaboração de planos de financiamento aos mesmos, supervisão, assessoramento aos dirigentes da Cooperativa em assuntos relacionados ao fornecimento de insumos, maquinaria e recebimento de safras, usando os métodos normais de extensão rural;
- 3) o técnico continuará a pertencer aos quadros funcionais da ACARESC, submetendo-se às normas administrativas;
- 4) a Cooperchapecô contribuirá para ACARESC mensalmente, até o dia cinco do mês subsequente à realização dos serviços, com uma verba correspondente ao custo do técnico, compreendendo salários, encargos sociais, enquanto que as despesas com veículo, referente a combustível e manutenção, também correrão por conta da Cooperchapecô".⁹⁷

Deduz-se da leitura da cláusula 2 do presente aditivo que a ACARESC deu assessoramento à Cooperativa em diversos pontos, principalmente no que se refere à captação de incentivos creditícios, o que sem dúvida contribuiu em muito para o desenvolvimento da entidade, que, como já se disse, cresceu não graças ao desenvolvimento do espírito cooperativista de seus associados, mas devido à

⁹⁷Arquivo ACARESC, Setor Cooperativismo, Florianópolis, S.C. Pasta Cooperalfa. Aditivo ao Convênio Administrativo entre a Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecô Ltda. e a ACARESC, 1972. s.p.

alteração total da política administrativa adotada. A Diretoria, por certo, orientada e melhor assessorada, optou por empréstimos a curto e longo prazo, utilizando-os em investimentos de capital fixo e semi-fixo, assim como no repasse de operações de produtos agrícolas fornecidos pelos associados.

Sem dúvida, também foi graças à nova orientação recebida, que medidas diversas foram tomadas no sentido de fortalecer o capital social da empresa, o qual, como foi observado anteriormente, era insuficiente para dinamizar a sociedade. Nesse sentido, foi estabelecido, por associado, um mínimo de trinta e três "quotas" partes no valor de NCR\$ 5,00 cada uma, assim como a retenção de 1% do valor das vendas dos produtos dos componentes da empresa. Com vistas, ainda, ao mesmo objetivo, decidiu-se implantar o sistema de capitalização de sobras com sua transformação em novas "quotas", na proporção das operações realizadas com a Cooperativa.⁹⁸

Como se observou anteriormente, em 1970 foi decidido que cada associado deveria adquirir uma "quota" parte no valor de NCR\$ 1.000,00, representada por notas promissórias endossadas ao BRDE, ao mesmo tempo em que se deliberou a retenção de 3% do valor dos empréstimos repassados aos agricultores associados.

Observa-se, assim, um crescimento constante, tanto no capital social, como na integralização das "quotas" partes, o que, se não chega a ser suficiente para que a Cooperativa possa estruturar-se e bem servir aos associados, serve como ponto de partida para garantir a captação de incentivos creditícios, agora facilitados também pela elaboração de planos por agrônomos da ACARESC.

⁹⁸Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Pasta Alfa 09. Estatuto da Cooperativa Agropastoril de Chapecó Ltda., 1968. s.p.

Todavia, se de um lado cresce o patrimônio e dinamizam-se os serviços, vê-se ainda a Cooperativa na dependência de capitais de terceiros. Isso pode ser observado, tanto no que se refere ao capital de giro, como em empréstimos para financiamentos de instalações e equipamentos diversos.

TABELA V^o 4

PERCENTAGEM DE CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO DA
COOPERATIVA MISTA AGROPASTORIL LTDA.

ANO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO + FUNDOS	ATIVO TOTAL	% CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO
1969	CR\$ 322.967,42	CR\$ 1.840.491,63	17,54
1970	CR\$ 614.360,05	CR\$ 6.941.234,12	8,8
1971	CR\$ 1.096.978,70	CR\$ 18.009.992,00	6,09
1972	CR\$ 1.350.159,00	CR\$ 15.202.254,16	8,8
1973	CR\$ 1.649.974,50	CR\$ 10.852.770,63	15,2

FONTE: Resumo de Balanços da Cooperativa Agropastoril Chapecó Ltda. Arquivo Cooperativa Regional Alfa Ltda., Chapecó, S.C. (*)

Observa-se, através da tabela V^o 4, que o capital de giro próprio da Cooperativa sempre foi reduzido, nunca ultrapassando os 18% do capital de giro total, o que traduz a fragilidade dos recursos econômicos próprios. Os financiamentos, principalmente no setor de repasse aos associados, são responsáveis por esta situação.

(*) A percentagem de capital de giro próprio foi calculada através da relação entre o patrimônio líquido + fundos e lucros e o ativo total da empresa, multiplicado por 100.

Em teoria, costuma-se afirmar que uma empresa cooperativa de produção agropecuária não necessita de capital de giro em grande escala, pois seu trabalho consiste em recolher e colocar os produtos de seus associados. Na prática isso não ocorre, pois os agricultores têm poucos recursos, não podendo, em consequência, esperar que a Cooperativa coloque sua produção, para receber o numerário correspondente. A associação efetua, então, empréstimos para cobrir este lapso de tempo, adiantando ao associado o equivalente ao preço do mercado corrente. Nestas condições, a Cooperativa se comporta como uma empresa de comércio capitalista, devendo, em muitos casos, concorrer com estas, em pé de igualdade. Este fato explica a necessidade de grandes empréstimos bancários para suprir a deficiência de capital de giro próprio.

A insuficiência de recursos não é observada apenas em relação ao capital de giro, mas em todo o ativo real da empresa, pois a participação de capital próprio, advinda da integralização das "quotas" dos associados em relação ao ativo real, é ainda bastante reduzida.

Através da tabela V? 5, constata-se que a Cooperativa movimenta a quase totalidade do seu ativo com capitais de terceiros, sendo de pouca expressão a participação dos associados. Estes em realidade limitam-se a entregar seus produtos à associação, na medida em que esta, através de empréstimos de repasse por vezes vultosos, proporciona-lhes o necessário financiamento. Neste ponto, a Cooperativa tem que competir, em igualdade de condições, com outras empresas comerciais.

TABELA Vº 5

PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO DO ASSOCIADO EM RELAÇÃO AO
ATIVO REAL DA COOPERATIVA MISTA AGRÓPASTORIL DE CHAPECÓ LTDA.

ANO	CAP. INTEGRALIZADO	ATIVO REAL	% DE PARTIC. DO ASSOC.
1969	CR\$ 205.660,50	CR\$ 1.076.809,90	19,09%
1970	CR\$ 321.847,00	CR\$ 4.448.790,90	7,23%
1971	CR\$ 424.699,64	CR\$ 11.053.645,00	3,84%
1972	CR\$ 779.894,00	CR\$ 10.235.647,00	7,61%
1973	CR\$ 811.220,50	CR\$ 7.954.343,00	10,19%

FONTE: Resumo de Balanços da Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó Ltda., Arquivo Cooperalfa, Chapecó, S.C. (*)

5.3 - Os SERVIÇOS

Já em 1972, malgrado insuficiente capital, que levou o Conselho de Administração a reduzir os estoques de mercadorias para poder cumprir suas obrigações, a Cooperativa procurou dinamizar suas atividades, tentando romper o ciclo vicioso que atingia o cooperativismo brasileiro. Através de empréstimos sucessivos, adquiriu uma frota de caminhões e construiu armazéns, na época, de capacidade ociosa. Segundo boletim de inspeção do "COFA" (Coordenação da Organização de Produção e Abastecimento), referente ao período de 10 de dezembro de 1971 a 22 de junho de 1972, a Cooperativa prestava os seguintes serviços: a) fornecimento de insumos modernos e gêneros de primeira necessidade; b) transporte da produção do

(*) % de participação do associado obtida através da fórmula:

$$= \frac{\text{Cap. Integraliz.}}{\text{Ativo Real}} \cdot 100$$

associado até a Cooperativa, através de uma frota de veículos própria; c) sistema de secagem, pré-limpeza, limpeza e comercialização da produção; d) departamento de Assistência Técnica, em convênio com a ACARESC, que cedeu um agrônomo para dar assistência aos associados; e, e) funcionamento de quatro armazéns, com capacidade de de 315.000 sacas, isto é, muito além da quantidade de produtos entregues por seus associados, ficando com grandes espaços ociosos.⁹⁹

Objetivando melhor servir à sua área de ação, a Cooperativa abriu postos de recebimento de mercadorias junto às principais zonas de produção. Assim, surgiram os postos em Alto da Serra, Planalto Alegre, Sobradinho, Tarumãzinho e Nova Erechim!¹⁰⁰

Ainda em 1972, a Cooperativa adquiriu um trator para auxiliar a destoca nas lavouras de seus associados, assim como maquinaria destinada a beneficiamento e empacotamento de leite, face à incorporação da Cooperativa Laticínios Chapecó Ltda., operação essa que, autorizada pela Assembléia Geral em 22 de julho desse ano, é oficializada em 1974.¹⁰¹

Os serviços de comercialização atingiram o recolhimento e colocação da safra de trigo, feijão, milho e soja, assim como fornecimento aos associados de generos de primeira necessidade, inseticidas, fungicidas, adubos e calcáreo, além de sementes fiscalizadas de trigo, milho e soja.¹⁰²

⁹⁹Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Livro Copa 21. Boletim de Inspeção da Copa de 22/6/1972 a 10/12/1972. s.p.

¹⁰⁰Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Livro Copa 21. Boletim de Inspeção da Copa de 22/6/1972 a 10/12/1972. s.p.

¹⁰¹Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Pasta Alfa 10. Processo relativo à incorporação da Cooperativa Laticínios Chapecó Ltda., 1972-1974. s.p.

¹⁰²Levantamento efetuado através de Relatórios da Diretoria da Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó Ltda. de 1968 a 1974.

A partir de 1974, a Cooperativa iniciou fase de acentuada ex pans ão. Têm início, neste ano, atividades relacionadas ao ramo fri gor í f i c o, ao mesmo tempo em que é instalado um posto em Paranaguá, com o objetivo de facilitar o escoamento de mercadorias para o ex ter ior, através daquele porto.¹⁰³ Dentre estas mercadorias, salienta se a soja, que começa a assumir papel preponderante na pauta de exportações da empresa. Neste período, consolida-se a incorporação de várias outras cooperativas pela Cooperchapecô, que altera novame nte sua razão social e seus estatutos, ampliando sua área de a ç ã o. Embora careça de uma melhor participação dos associados, pro ble ma que, não é demais repetir, resulta da falta de espontaneidade de do movimento, a empresa cresce, atendendo à comunidade, graças à melhor orientação dos serviços de extensão rural, sanando, senão todos, parte considerável dos problemas que atingiam o movimento cooperativista no Estado, como deficiência de transporte, armazenagem, financiamento e gerência administrativa das cooperativas.¹⁰⁴

Aliás, neste período, que sucedeu à campanha de "saneamento" do movimento cooperativista no Estado, várias foram as entidades congêneres que apresentaram fase de expansão. O número de coo pe ra t i v a s, inclusive, apresentou, em cinco anos, crescimento de ordem de 150%. Em 1970, as cooperativas catarinenses comercializaram cerca de 175 mil toneladas de cereais e outros produtos, com uma rede de armazéns com capacidade para beneficiar 110 mil toneladas de pro du tos agropecuários.¹⁰⁵

¹⁰³ Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Pasta Alça 10. Ata do Conselho Administrativo da Cooperativa Mista Agropastoril Chapecô Ltda., de 24/6/1974. s.p.

¹⁰⁴ ZANCHIN, N. V. & ZANUZZI, N. Anteprojeto para cursos de gerentes de cooperativas. Boletim Econômico. Florianópolis, 34: jun., 1968.

¹⁰⁵ MORAES, A. de O. Cooperativismo: as razões de uma experiência bem sucedida. Cooperativismo Catarinense. Florianópolis, 9:5-7, abr., 1971.

Alberto de Oliveira Moraes apresenta como razões desse sucesso, de modo especial, a assistência técnica desenvolvida pela "COPA" e "ACARESC", e os incentivos governamentais ao movimento cooperativista. Na época, em Santa Catarina foram instituídos pelo governo estadual: a) Fundo de Armazenagem e Cooperativismo destinado a financiar quinze unidades de armazéns e beneficiamento de cereais, com a finalidade de provocar efeito germinativo; b) Política de Incentivos Fiscais, posta em prática através da Lei 4.266 de 13 de janeiro de 1969; c) Fundo de Estímulo à Produtividade, com a finalidade de subsidiar o frete gasto com o transporte de calcário e fertilizantes, bem como os juros relacionados com a compra de máquinas agrícolas, mudas de árvores frutíferas e reprodutores selecionados.¹⁰⁶

Pelo visto, constata-se que o êxito da Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó Ltda., muito embora resultante, em grande parte, da visão e dinamismo de seus dirigentes, que souberam aproveitar as oportunidades surgidas, não se constituiu, efetivamente, em caso isolado no cooperativismo catarinense, mas sim um exemplo que retrata a situação do movimento no Estado, movimento esse que, embora dirigido, veio a sobreviver em razão de orientação e assistência adequadas.

¹⁰⁶ MORAES, A. de O. *Cooperativismo: as razões de uma experiência bem sucedida. Cooperativismo Catarinense. Florianópolis, 2:5-7, abr., 1971.*

CAPÍTULO - VI

**FASE DE CONSOLIDAÇÃO - TRANSFORMAÇÃO
DA COOPERCHAPECÓ EM COOPERATIVA REGIONAL
ALFA ("COOPERALFA") 1974-1979**

6.1 - INTEGRAÇÃO HORIZONTAL

Caracteriza-se o período, como se salientou anteriormente, por acentuada expansão da empresa, não só decorrente do comércio da soja, leguminosa que assume papel preponderante na agricultura da região, como também em razão de seguidas incorporações de pequenas e médias cooperativas.

A atual legislação brasileira admite a integração horizontal de empresas cooperativas através da fusão e da incorporação. Pela fusão, duas ou mais cooperativas formam nova sociedade que lhes sucederá em direitos e obrigações. Pela incorporação, uma sociedade absorve o patrimônio da outra, os associados, assume as obrigações e se investe no direito de uma ou mais cooperativas.¹⁰⁷

Vários são os estudos que preconizam a fusão ou incorporação de cooperativas, tendo em vista seu fortalecimento econômico. Milton L. Manoel, do Departamento de Economia Política da Universidade de Kansas de Agricultura e Ciências Aplicada, em trabalho publicado em 1960, assim se refere: "*Quanto maior for o número de unidades produzidas ou manipuladas por um dado total de capital e um dado ativo de instalações, tanto mais baixa será a média de custo por unidade produzida*".¹⁰⁸

Prochnow, em Dissertação de Mestrado apresentada na PUC de Porto Alegre em 1978, demonstra a importância da fusão ou incorporação de cooperativas, realizando estudo comparativo entre a

¹⁰⁷ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Legislação cooperativista*. Florianópolis, ACARESC, s.d. p.20-1.

¹⁰⁸ MANOEL, Milton L. *Argumentos para incorporação de cooperativas*. DAC, Secretaria da Agricultura, Série Integração, n. 1102, São Paulo, 1976. In: Prochnow, Lenz. *Fusão e incorporação de cooperativas; um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, PUC, Porto Alegre, 1978. p.234.

"Cravil", Cooperativa Regional Agropecuária Alto Vale do Itajaí Ltda., resultante da fusão de um certo número de pequenas cooperativas da mesma área, e um grupo de cooperativas dissociadas do litoral do Rio Grande do Sul, situadas nos municípios de Osório, Santo Antônio da Patrulha e Mostardas.¹⁰⁹

A partir de 1976 vários são os órgãos oficiais que se propõem dinamizar o movimento cooperativista através da integração horizontal (fusão ou incorporação) ou vertical (centrais, federações e confederações) de cooperativas.¹¹⁰

A integração horizontal não busca tão somente o fortalecimento da estrutura econômica das cooperativas, mas visa também a eliminar a concorrência de pequenas ou médias cooperativas que se degladiam em áreas comuns ou muito próximas.

Como já salientamos no Capítulo III deste trabalho, no Oeste Catarinense proliferaram diversas cooperativas, algumas com sérias dificuldades financeiras e reduzido número de associados, fadadas ao fracasso, mas que operavam como concorrentes de cooperativas vizinhas, como é o caso da Cooperativa Mista Xaxiense Ltda., fundada em 1950 e da Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó Ltda.

Em 1972, em Assembléia Geral Extraordinária realizada com sessenta e três associados, a Ccooperchapecó tentou incorporar a Cooperativa Laticínios de Chapecó Ltda., porém a operação só foi ultimada em 31 de julho de 1974, quando a primeira implantou seu Departamento de Laticínios. Essa experiência, contudo, resultou infrutífera, extinguindo-se o Departamento em agosto de 1975, por inviabilidade econômica.¹¹¹

¹⁰⁹PROCHNOW, J. *Fusão e incorporação de cooperativas; um estudo de caso.* Dissertação de Mestrado, PUC, Porto Alegre, 1978. 270p.

¹¹⁰Ibid., p.238-39.

¹¹¹Arquivo INCRA, Florianópolis, S.C. Pasta Alfa 09. Ata do Conselho Administrativo da Cooperativa Regional Alfa, de 26/8/1975. A.P.

A Cooperativa Laticínios de Chapecó Ltda. era deficitária, possuindo apenas noventa e quatro associados. Conseqüentemente, a incorporação não deu lugar a grandes alterações de patrimônio, atividades e número de associados da cooperativa incorporadora. Porém, a 28 de outubro de 1974, em Assembléia Geral Extraordinária que teve a presença de apenas setenta e nove dos mil e seiscentos e vinte associados, foi proposta a incorporação da Cooperativa Mista Agrícola Xaxiense, efetivada a 27 de novembro de 1974.¹¹²

Com essa operação, reunindo duas entidades de expressão buscava-se, além da natural redução de gastos administrativos, conquistar melhores mercados, maiores facilidades de financiamentos e, sem dúvida, mais prestígio junto aos órgãos oficiais.¹¹³

Através da união de esforços, procurou-se estruturar financeiramente as duas empresas, não só para obter maiores benefícios na área de financiamento, como também para eliminar a concorrência, ampliando as possibilidades de comercialização.

¹¹²Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Pasta Alfa 10. Processo relativo à incorporação da Cooperativa Mista Agrícola Xaxiense, 1974. s.p.

¹¹³Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Pasta Alfa 09. Relatório final da Comissão Mista das Cooperativas Mista Agrícola Xaxiense Ltda. e Agropasteril de Chapecó Ltda., 1974. s.p.

TABELA VIº 1

PARALELO ENTRE AS DUAS COOPERATIVAS

CARACTERÍSTICAS	COOPERCHAPECÓ	COOPERXAXIM
Fundação	29/10/1967	15/1/1950
Associados	1.700	1.200
Associados ativos	990	600
Capacidade de armazenagem	300.000 sc	150.000 sc
Patrimônio líquido real	CR\$ 3.642.393,10	CR\$ 1.036.452,21
Imobilização total	CR\$ 4.547.001,96	CR\$ 2.392.593,96
Exig. a curto e longo prazo	CR\$ 25.874.360,96	CR\$ 12.088.969,49
Real. a curto e longo prazo	CR\$ 41.642.043,39	CR\$ 15.826.864,62
Cap. social subsc.	CR\$ 2.019.318,00	CR\$ 1.343.411,00

FONTE: Relatório final da Comissão Mista das Cooperativas Mista Agrícola Xaxiense Ltda. e Agropastoril de Chapecó Ltda., Livro "Alfa 09", Arquivo INCRA, Florianópolis, S.C., s.p.

Em 17 de dezembro de 1974, ainda com baixa participação de associados (menos de 2%) são alterados os estatutos e a razão social da entidade incorporadora, que passou a denominar-se "Cooperativa Regional Alfa" e adotou a sigla comercial de "Cooperalfa",

com área de ação abrangendo os municípios de Chapecô, Xaxim, Coronel Freitas, Quilombo, Seára, Itá, Caxambu do Sul, Águas de Chapecô, São Carlos, Nova Erechim e Xavantina, em uma extensão total de 16.000 propriedades agrícolas, 500.000 ha de terras e 350.000 habitantes.¹¹⁴

Transforma-se, ainda, na maior cooperativa agrícola de primeiro grau do Estado de Santa Catarina. No ano seguinte é proposta a incorporação da "Cooperativa Madeireira Regional do Vale do Uruguai Ltda.", com a aprovação em Assembléia Geral Extraordinária de 5 de dezembro de 1975.¹¹⁵

A partir das diversas incorporações, consolida-se o prestígio da "Cooperativa Regional Alfa Ltda.", que passa a ser citada como exemplo de empresa cooperativista em Santa Catarina.

6.2 - VANTAGENS DA INCORPORAÇÃO

A Cooperativa cresce, tanto no que toca à prestação de serviços, como na capacidade de armazenagem e comercialização.

Na área de prestação de serviços, observa-se uma crescente expansão da frota de veículos, principalmente caminhões de carga, para transporte de mercadorias dos associados.

¹¹⁴Arquivo Cooperativa Regional Alfa, Chapecô, S.C. Livro de Atas das Assembléias Gerais. Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Cooperativa Mista Agropastoril Chapecô Ltda., de 17/12/1974. v.2. p.20.

¹¹⁵Arquivo Cooperativa Regional Alfa, Chapecô, S.C. Livro de Atas das Assembléias Gerais. Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Cooperativa Regional Alfa Ltda., de 5/12/1975. v.2. p.26v.

TABELA VI" 2

FROTA DE VEÍCULOS DA "COOPERALFA" 1973/74 - 1979

ANO	1973/74	1974	1975	1976	1977	1978	1979
CAMINHÕES	11	17	26	50			82
CAMIONETAS	5	11	15	2			
JEEPS	1	1	1	1			1
OUTROS		1	2	4			18
TOTAL		30	44	57			101

FONTE: Relatórios da Diretoria de 1973/74 - 1979, Arquivo INCRA. Pasta 09.

Com isso, a Cooperativa praticamente resolve o problema de transporte de mercadorias na zona rural e, em muitos casos, é a única entidade a recolher produtos agropecuários em diversos municípios de sua área de ação.

O serviço de transporte é aprimorado com a ampliação da rede de postos de recebimento de mercadorias, situados em pontos estratégicos, onde se concentra maior volume de produtos. Em 1969, a "Cooperchapecô" possuía, além do posto Central ou matriz, mais quatro postos de distribuição e recebimento de mercadorias situados respectivamente em Sobradinho, Planalto Alegre, Caxambu do Sul, Alto da Serra. Em 30 de abril de 1974, o número de postos sobe a seis com a inauguração dos situados em Nova Erexim e Tarumãzinho; em 1975, logo após a incorporação da Cooperativa Mista Xaxiense Ltda., esse número vai a nove, com inaugurações em Jardinópolis, Itaberaba e Formosa. Na mesma época encontravam-se em fase de construção mais três, situados respectivamente em Santiago, Águas de Chapecô e Entrerrios. Neste mesmo ano foi também criado um posto em São Paulo, integrando as regiões produtoras com os principais

centros consumidores. Nos anos seguintes, o número de postos subiu respectivamente para dezoito em 1977 e vinte em 1979.¹¹⁶

Além dos postos, a Cooperativa passou, a partir de 1977, a instalar uma rede de supermercados conhecidos pela sigla "Superalfa", que, juntamente com os postos de recebimento de mercadorias, a sede de Chapecô e o silo graneleiro de Quilombo, este último com capacidade para armazenamento de 300.000 sacos, irão perfazer um total de vinte e nove unidades.¹¹⁷

Em consequência do aumento da frota de caminhões e do número crescente de unidades de recebimento e armazenagens da produção, cresce significativamente o volume de produtos entregues pelos as sociados à sua Cooperativa.

¹¹⁶ Levantamento efetuado através dos relatórios da Diretoria e balanços da "Cooperalfa".

¹¹⁷ *ibid.*

TABELA VI? 3

PRODUTOS RECEBIDOS PELA COOPERATIVA "ALFA"
DE 1973 a 1979 (em ton)

PRODUTOS	73/74	1974	1975	1976	1977	1978	1979
MILHO	6.537	11.651	20.706	41.432	70.347	27.835	32.922
SOJA	2.681	9.596	17.902	16.834	15.584	10.221	8.796
FEIJÃO	2.592	3.378	20.182	6.560	7.325	11.425	9.134
TRIGO	--	1.139	1.250	2.913	395	115	388
ARROZ	51	4	103	2.114	2.159	92	226
SUÍNOS	--	--	1.769	2.783	3.343	5.182	6.571

FONTE: Balanço Geral da Cooperativa "Alfa", Demonstrativo da Comercialização, 1973/74, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, Livros Copa 21, "Alfa" 09 e 10, Arquivo INCRA, Florianópolis, S.C. (*)

O decréscimo geral da comercialização no decorrer da safra de 1978 relaciona-se com a grande estiagem que assolou a região oeste de Santa Catarina naquele ano. Entretanto, observando a tabela VI? 3, nota-se que a grande maioria dos produtos entregues pelos associados foi comercializada pela Cooperativa e, em muitos casos, a quantidade comercializada ultrapassa a entrega. Este fato prende-se a um pequeno estoque armazenado, sobra do ano anterior.

(*) Os dados referentes a 1974 são de apenas oito meses.

O milho, a soja e o feijão, são os principais produtos comercializados, contribuindo com mais de 90% do total comercializado.

TABELA VIº 4

PRODUTOS COMERCIALIZADOS PELA COOPERATIVA REGIONAL "ALFA"
1973/74 a 1979 (em ton)

PRODUTOS	73/74	1974	1975	1976	1977	1978	1979
MILHO	5.796	11.318	20.706	23.075	79.684	34.681	34.190
SOJA	1.794	10.322	17.900	11.340	15.588	10.220	8.793
FEIJÃO	2.567	2.360	20.058	5.145	5.535	10.660	14.243
TRIGO	--	1.139	1.114	1.454	414	93	349
ARROZ	51	4	103	222	3.619	159	226
SUÍNOS	--	--	1.769	2.783	3.343	5.182	6.571

FONTE: Balanço Geral da Cooperativa "Alfa", Demonstrativo da Comercialização, 73/74, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, Livro Copa 21, "Alfa" 09 e 10, s.p., Arquivo INCRA, Florianópolis, S.C. (*)

Note-se, por outro lado, o papel que a soja passou a desempenhar na pauta das negociações a partir de 1974. (tabela VIº, 4).

Enquanto que o milho e o feijão destinam-se principalmente ao mercado interno, com exportações de pequena monta, a soja destina-se principalmente ao mercado externo. Em 1976, foram exportadas 11.000 toneladas de soja procedentes da cooperativa, através da filial do porto de Paranaguá, com destino aos Estados Unidos, União

(*) Os dados referentes a 1974 são de apenas oito meses.

Soviética e Alemanha, no valor de CR\$ 28.769.850,00.¹¹⁸

TABELA VI^o 5

COMERCIALIZAÇÃO DA SOJA EFETUADA PELA COOPERATIVA "ALFA"

1974/1979 (em ton)

ANO	QUANTIDADE	% SOBRE O TOTAL DA COMERCIALIZAÇÃO DA COOPERATIVA
1974	10.322	41%
1975	17.900	29%
1976	11.340	25,75%
1977	15.588	21,8%
1978	10.220	16,75%
1979	8.796	13,66%

FONTE: Cálculo obtido com base nos Demonstrativos de Comercialização da Cooperativa "Alfa", anos de 1974/1979, Arquivo INCRA, Florianópolis, S.C.

Embora ocupe, desde 1973/74, o primeiro lugar em volume de produção, o milho, no que toca ao valor da comercialização, foi preterido pela soja em 1974, 1975 e 1976. Todavia, já a partir de 1977, volta a liderar, em todos os aspectos, o movimento comercial da Cooperativa.

¹¹⁸Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Pasta Alfa 09. Relatório do Conselho de Administração, 1976. s.p.

TABELA VIº 6

VALOR DA COMERCIALIZAÇÃO EFETUADA PELA COOPERATIVA "ALFA"

1972/1978 (em 1.000 cruzeiros)

PRODUTOS	72/73	73/74	1974	1975	1976	1977	1978	1979
MILHO	1.071	2.711	9.680	15.880	25.423	110.763	84.120	148.293
SOJA	458	2.464	19.390	30.040	39.374	55.667	42.910	63.989
FEIJÃO	3.977	6.359	5.859	47.686	17.102	34.961	83.587	140.304
TRIGO	6	--	1.371	1.178	1.059	1.161	792	3.505
ARROZ	--	32	--	137	--	7.364	535	2.173
SUÍNOS	980	2.468	3.162	8.155	18.276	37.461	71.831	196.296

FONTE: Balanço Geral "Alfa", Demonstrativo da Comercialização, 72/73 a 1979, Livros "COPA" 21 e "Alfa" 09 e 10, Arquivo INCRA, Florianópolis, S.C. s.p.

Outro aspecto interessante é a contínua e regular ascensão do comércio de suínos, que passou, em 1979, a ocupar o primeiro lugar no movimento de vendas da Cooperativa. Saliente-se que, mesmo em 1978, quando o País foi atingido pela peste suína africana, que afetou a pecuária brasileira em diversos pontos, provocando não só a queda de preços do produto, como também a ruína de muitos suinocultores, a região não só esteve livre do problema, como a Cooperativa logrou manter o preço, promovendo inclusive reajuste de CR\$ 0,50 por quilo do produto, beneficiando mil e quinhentos e oitenta e um suinocultores associados.¹¹⁹

¹¹⁹ Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Pasta Alfa 09. Relatório do Conselho de Administração, 1978. s.p.

TABELA VI^o 7

PORCENTAGEM DOS PRODUTOS ENTREGUES PELOS ASSOCIADOS A COOPERATIVA "ALFA", EM RELAÇÃO AOS TOTAIS ESTADUAIS E AOS TOTAIS DAS MICRO REGIÕES EXTREMO OESTE E VALE DO RIO DO PEIXE - 1977

PRODUTOS	QUANTIDADE (ton) ENTREGUE À ALFA	% SOBRE O EST. SANTA CATARINA	% SOBRE AS MICRO REGIÕES EXT.OESTE E VALE RIO PEIXE
MILHO	70.347	2,63%	3,31%
SOJA	15.584	3,27%	3,78%
TRIGO	395	9,24%	12,59%
FEIJÃO	7.325	5,44%	8,88%
ARROZ	2.159	0,64%	2,59%

A Cooperativa Regional Alfa atuou em 1979 através de trinta e uma unidades, das quais vinte e nove situadas em Santa Catarina, uma em São Paulo e uma em Paranaguá, alcançando um volume de vendas no valor de CR\$ 888.581.961,00 e colocando à disposição da Assembléia Geral Ordinária daquele ano CR\$ 2.605.460,00, que foram capitalizados.

Construíram-se as instalações da indústria de derivados de milho, com área de 3.490m², em um investimento da ordem de CR\$ 40.947.980,00, parcialmente financiado pelo Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE) e Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC).¹²⁰

¹²⁰ Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Pasta Alfa 09. Relatório do Conselho de Administração, 1979. s.p.

TABELA VIº 8

COMERCIALIZAÇÃO DE COOPERALFA EM RELAÇÃO A
PRODUÇÃO DOS MUNICÍPIOS SOB SUA AÇÃO (1979-ton.)

PRODUTOS	PRODUC.	QUANTIDADE COMERC.	% DE COMERC. EM RELAÇÃO AO TOTAL PRODUZIDO
MILHO	327.649	34.190	10,4
FEIJÃO	49.059	14.243	29,0
TRIGO	955	349	36,5
SOJA	67.188	8.793	13,0

FONTE: I.B.G.E.

Com estas instalações, a Cooperativa pôde, em 1979, comercializar cerca de 10,4% do milho produzido em sua área de ação, assim como 29% do feijão e 13% da soja (tabela VIº 8).

Segundo o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), existiam, em 1979, 16.171 propriedades rurais na região. Considerando-se que o número de associados da Cooperativa, neste mesmo ano, era de 5.574 (tabela VIº 9), conclui-se que apenas 34,4% dos proprietários haviam-se associado à Empresa, e esta, apesar do crescimento constante, longe estava ainda de congregar a maioria dos agricultores da região. É bem verdade que há hoje uma tendência de aumento constante de adesões ao movimento, porém até a presente data podemos considerar a situação apenas satisfatória.

Além dos serviços de comercialização, expandem-se, nesta etapa, os serviços prestados pelo Departamento Técnico, instalado em 1972. São criados novos setores como: a) atendimento e diagnóstico médico veterinário; b) serviços de vacinação e farmácia; c) orientação sobre projetos para obtenção de crédito rural orientado. Continuam, a assistência técnica relacionada ao recolhimento de amostra de solo para posterior envio ao laboratório de análise, vistoria em lavouras de associados e produção de sementes, atividades estas desenvolvidas em sintonia com a "EMPASC".

Recentemente, isto é, a partir de 1979, a Cooperativa iniciou cursos de assistência e treinamento, procurando melhorar o nível de vida e a renda dos associados. O "Projeto Alfalar", com o objetivo de capacitar esposas e filhas de associados nas áreas de corte-costura, horticultura, culinária, educação para saúde e iniciação em assuntos relativos a administração rural, é um exemplo dessa iniciativa.

Outra realização visando ao mesmo objetivo relaciona-se com a implantação, também em 1979, do curso de atendente de saúde. Esse, destinava-se a preparar quarenta moças da região para prestar serviços preliminares da atividade "paramédica". Ainda neste mesmo ano, a Cooperativa passa a patrocinar a distribuição do "Jornal do Agricultor" com dois mil e quinhentos exemplares, editados pela FECOAGRO (Federação das Cooperativas Agrícolas de Santa Catarina), de que é filiada.¹²¹

¹²¹Relatório da Diretoria, exercício 1979. Cooperativa Regional Alfa Ltda., Balanço Geral. Arquivo Inera, Florianópolis, S.C. p.2-3.

6.3 - Os PROBLEMAS

Os dados acima, sem dúvida alentadores diante dos insucessos passados, não significam, todavia, ausência de problemas. A incorporação de unidades menores sem dúvida fortaleceu a estrutura econômica da empresa, aumentou o número de associados e proporcionou melhores condições para obtenção de financiamentos. Entretanto não solucionou o grave problema relativo ao baixo índice de comparecimento dos associados às Assembléias Gerais, e sua insuficiente participação no ativo real da Cooperativa.

TABELA VI? 9

PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA REGIONAL "ALFA"
EM ASSEMBLÉIAS GERAIS (1974/1979)

DATA DA ASSEMBLÉIA	NÚMERO DE ASSOCIADOS	ASSOCIADOS PRESENTES	%
15/4/1974	1.464	55	3,7
22/7/1974	1.444	152	10,5
22/7/1974	1.469	162	11,0
28/10/1974	1.620	79	4,8
17/12/1974	2.759	46	1,6
31/3/1975	3.155	37	1,1
31/3/1975	3.042	718	23,6
15/3/1976	3.863	1.047	27,1
1/3/1977	4.765	1.524	31,9
1/3/1977	4.765	200	4,1
26/12/1977	5.180	112	2,1
13/3/1978	5.187	699	13,5
22/3/1979	5.574	1.732	31,1
27/3/1980	6.309	672	10,7

FONTE: Levantamento efetuado através do livro de Atas das Assembléias Gerais da Cooperativa Regional Alfa.

Como podemos observar através da tabela VI? 9, o comparecimento dos associados às assembléias gerais permaneceu baixo, e as reuniões ocorreram invariavelmente em terceira convocação. No que concerne às incorporações, não parece, tão pouco, terem estas influenciado negativamente na participação do associado às Assembléias. Se compararmos a tabela VI? 9, com sua equivalente relativa ao período 1967/1974, não notaremos grande diferença no que toca às percentagens de comparecimento dos associados. Isto leva a concluir que não é o tamanho agigantado da sociedade, como pensam alguns, o responsável pelo baixo índice de freqüência às Assembléias.

O problema merece estudos mais profundos, e quatro hipóteses podem ser lançadas como causas prováveis desse procedimento: a) grandes distâncias entre a sede da cooperativa e o local de moradia do associado; b) deficiência dos meios de transporte na região rural; c) falta de canais de comunicação que atinjam a massa da população agrícola; d) desinteresse do associado pelo movimento, uma vez que este foi induzido.

Visando a sanar o problema dessa baixa presença às Assembléias, o presidente da Cooperativa passou a realizar a partir de 1975 Comitês Educativos, com a finalidade, obrigações e direitos recíprocos.¹²² A partir de 1976, a presidência passou a realizar reuniões nos diversos postos, estreitando os contatos com o agricultor e integrando-o intensamente na vida da Cooperativa. Não podemos afirmar que as medidas alcançaram êxito total, mas, sem dúvida, verificou-se significativo progresso, eis que, dos quatro mil e setecentos e oitenta associados em 1976, dois mil seiscentos e quarenta compareceram efetivamente às reuniões, com média de cento e vinte pessoas em cada encontro.¹²³ Foi uma tentativa válida, visando a proporcionar ao agricultor condições de expor seus problemas à Diretoria, mantendo contato na própria região de trabalho, em ambiente mais acolhedor e menos estranho.

Ainda com vistas ao problema, foi fundada e passou a operar em 1978, uma Unidade de Comunicação da Cooperativa, que instalou dezenove Conselhos nos diversos postos, elegendo duzentos e quarenta e um líderes de comunidade, representantes dos demais associados. Nesse esquema, foram realizadas cento e vinte e uma reuniões

¹²²Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Pasta Alfa 10. Relatório da Diretoria da Cooperativa Regional Alfa, 1975. s.p.

¹²³Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Pasta Alfa 10. Relatório da Diretoria da Cooperativa Regional Alfa, 1976. s.p.

comunitárias, das quais participaram dezesseis mil novecentos e quarenta e duas pessoas, entre associados, familiares e outros.¹²⁴

Os conselheiros-líderes, por sua vez, passaram a reunir-se periodicamente com a Diretoria, levando a esta os principais problemas dos associados. Em 1979, a Diretoria reuniu-se quarenta e seis vezes com os Conselheiros-líderes, que, por sua vez, realizaram cerca de trinta e dois encontros comunitários, abordando temas relacionados a conscientização cooperativista e maior participação do associado na vida administrativa da Cooperativa.¹²⁵

No mesmo sentido, foi celebrado convênio com a ACARESC, em 23 de maio de 1979, com a finalidade de associar os clubes 4-S (projeto desenvolvido pela ACARESC trabalhando a população agrícola de jovens menores de dezoito anos) à Cooperativa. Um dos principais objetivos do convênio era o de propiciar mentalidade cooperativista mais ampla e prática, visando a desenvolver o associativismo rural, através de debates e troca de idéias entre a população jovem, para que fossem aclarados diversos aspectos do cooperativismo e da Cooperativa. Na prática, o clube 4-S se associaria à Cooperativa, pagando CR\$ 5.000,00 de "quota" parte, à razão de CR\$ 500,00 por ano. O sócio do clube entregaria sua produção a este, que a encaminharia à Cooperativa. A Cooperalfa, por sua vez, descontaria 1% do valor da mercadoria comercializada, para capitalização, montante que seria anotado nas fichas de cada sócio do clube. As sobras seriam distribuídas conforme decisão da Assembleia Geral, dentro dos princípios cooperativistas. Ao completar

¹²⁴Relatório da Diretoria da Cooperativa Regional Alfa. Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Pasta Alfa 10, 1978. s.p.

¹²⁵Relatório da Diretoria da Cooperativa Regional Alfa. Arquivo Incra, Florianópolis, S.C. Pasta Alfa 10, 1979. s.p.

dezoito anos, o associado do clube 4-S poderia se associar a Cooperalfa, pagando apenas 20% da "quota" parte. Neste momento, sua ficha de capital seria transferida para a Cooperalfa.¹²⁶

Todas essas tentativas, buscando conscientizar as populações rurais sobre os benefícios oriundos do desenvolvimento de associações cooperativistas, são ainda bastante recentes, para que possam ser analisados seus resultados. Observa-se, entretanto, que até 1979, o índice de comparecimento dos associados às Assembléias continuava baixo, apesar das diversas medidas tomadas visando intesificar o seu interesse. Em consequência, o poder de decisão praticamente permanece nas mãos de uma minoria presente, que acompanha de perto o cotidiano da entidade.

Outro problema, ainda presente, resulta da baixa participação do capital do associado em relação ao ativo real da empresa.

Em 1974, isto é, quando tiveram início as diversas incorporações, a Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó Ltda. contava com mil e quatrocentos e quarenta associados e um capital subscrito de CR\$ 2.019.319,00, dos quais CR\$ 1.343.151,50 estavam integralizados. A partir de então, como demonstra a tabela VI? 10, notamos progressivo aumento, não só do número de associados, como também do capital social subscrito. Observa-se, principalmente, a acentuada diferença entre o capital social de 1977 e o de 1978, com a entrada de apenas quatrocentos e setenta novos associados. Parte deste aumento é resultante das sobras líquidas da Cooperativa, que são invariavelmente capitalizados sob a forma de novas "quotas" partes adquiridas na proporção das negociações efetuadas entre Cooperativa e associado.

¹²⁶Arquivo Acaresc, Florianópolis, S.C. Sessão de Cooperativismo. Pasta Cooperalfa. Resolução do Encontro realizado entre dirigentes da Cooperalfa e Acaresc, 1979. s.p.

A despeito do aumento crescente do capital social subscrito, este não foi suficiente para atender às solicitações da entidade, que crescia em ritmo acelerado.

TABELA VI^o 10

NÚMERO DE ASSOCIADOS, CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO DA
COOPERATIVA REGIONAL "ALFA" 1974/1978

DATA	Nº DE ASSO.	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL INTEGRALIZADO	%
30/4/1974	1.440	CR\$ 2.019.318,00	CR\$ 1.343.151,50	66,51
31/12/1974	2.879	CR\$ 4.174.541,00	CR\$ 2.743.682,00	65,72
31/12/1975	3.837	CR\$ 6.229.378,00	CR\$ 3.927.774,00	63,05
31/12/1976	4.780	CR\$ 8.939.810,00	CR\$ 5.560.910,00	62,20
31/12/1977	5.286	CR\$ 10.863.315,00	CR\$ 6.714.360,00	61,80
31/12/1978	5.574	CR\$ 33.578.110,00	CR\$ 7.454.345,00	22,20
31/12/1979	6.182	CR\$ 73.647.480,00	CR\$ 41.698.947,00	56,61

FONTE: Balanço Geral da Cooperativa "Alfa" 30/12/1979.
Pasta Alfa 09. Arquivo Inera, Florianópolis, S.C.

Note-se que apesar do crescimento constante do capital subscrito e integralizado, a Cooperativa construiu grande parte de seu patrimônio com capital de terceiros, sendo de pouca expressão a participação do capital dos associados. Estes se limitam a entregar seus produtos na medida em que a Cooperativa, através de empréstimos por vezes vultosos, proporciona-lhes o necessário financiamento. Neste ponto, a Cooperativa tem que competir em igualdade de condições com outras empresas comerciais. Além dos financiamentos para repasse ao agricultor, também são volumosos os empréstimos destinados a financiamento de infra-estrutura básica para

agricultura. Em virtude do alto grau de endividamento, a entidade, em muitas ocasiões, apresenta-se com baixa capacidade para saldar suas dívidas, o que gera apreensões. Este foi, no momento, um risco que teve de ser assumido, num sinal evidente da necessidade de atrair associados desprovidos de capital, voltados tão somente para as vantagens imediatas que o órgão cooperativo lhes pudesse proporcionar. Sente-se, portanto, que a Cooperativa, se vê forçada a competir com a empresa privada, com risco, inclusive, de perder a batalha se não proporcionar aos associados condições favoráveis nos negócios efetuados.

TABELA VI^o 11

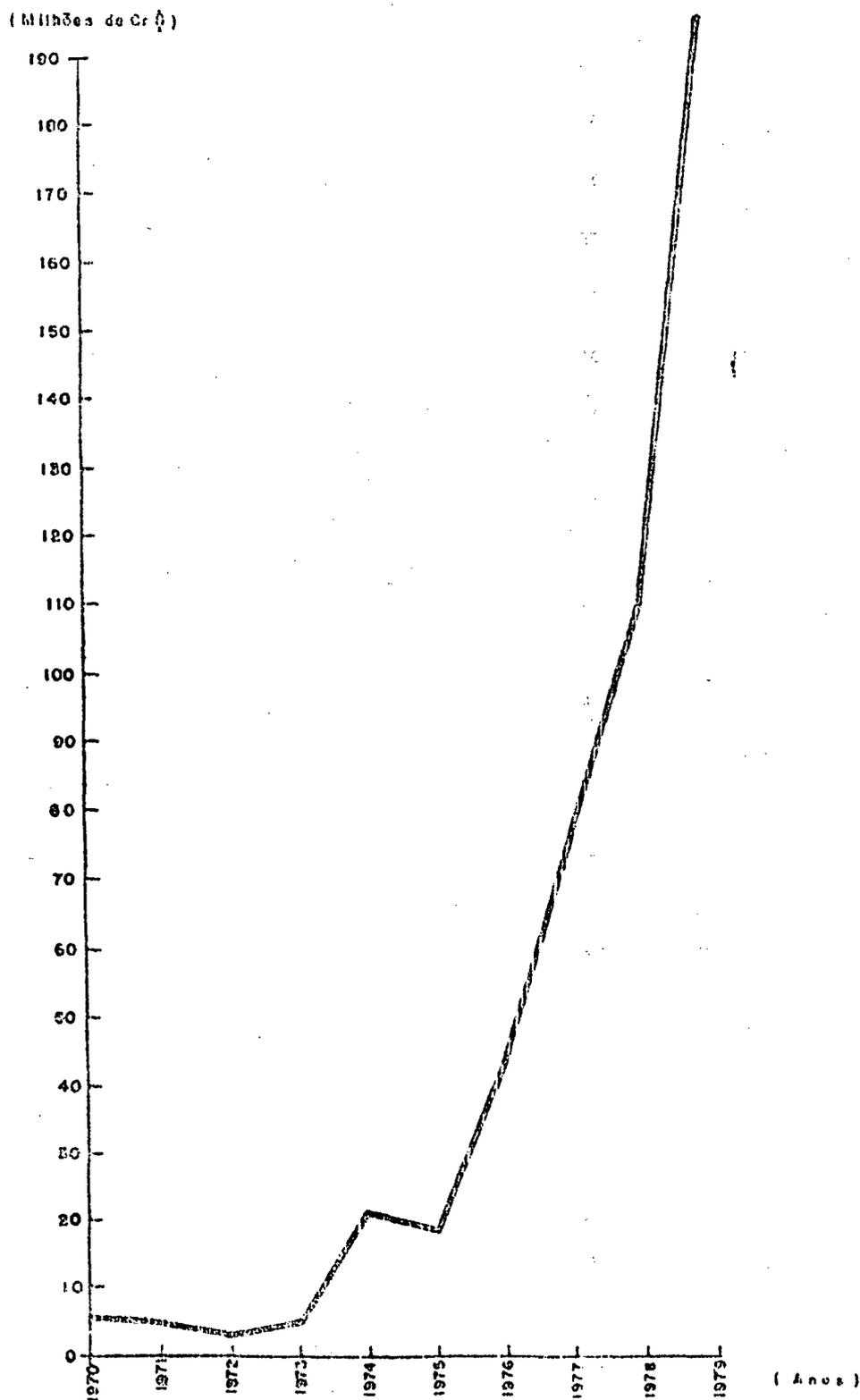
PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO DO ASSOCIADO EM RELAÇÃO
AO ATIVO REAL DA "COOPERALFA"

ANO	ATIVO REAL	CAPITAL INTEGRALIZADO	% DE PARTIC.
1974	CR\$ 39.542.627,41	CR\$ 2.743.682,00	6,9
1975	CR\$ 71.023.771,71	CR\$ 3.927.774,00	5,5
1976	CR\$ 115.498.748,46	CR\$ 5.560.910,00	4,8
1977	CR\$ 163.276.934,14	CR\$ 6.714.300,00	4,1
1978	CR\$ 283.340.632,50	CR\$ 7.454.345,00	2,6
1979	CR\$ 527.746.992,94	CR\$ 41.698.947,00	7,9

FONTE: Balanço Geral da Cooperativa Regional Alfa 1974/1979. Arquivo Inera. Pasta Alfa 09 e 10, Fátima nópolis, S.C.

Observe-se, porém, que, se de um lado há o problema do endividamento de vultosos financiamentos contraídos pela Cooperativa, é menos verdade que as mesmas constituem instrumentos através dos quais, pequenos e médios produtores rurais podem alcançar os

Fig. - 6 COOPERCHAPECÓ - COOPERALFA
Dívida por Financiamento (1970 - 79)



FONTE : RESUMO DE BALANÇOS COOPERALFA E COOPERCHAPECÓ
ARQUIVO COOPERALFA, CHAPECÓ, SANTA CATARINA.

benefícios do crédito institucionalizado.¹²⁷

Outrossim, deve-se salientar que a cooperativa analisada passou, desde 1969, a contar com a assistência da ACARESC na elaboração de projetos de crédito rural orientado, o que reduziu em muito o risco de insolvência.

Não se pode olvidar, por outro lado, que os bancos, invariavelmente, dispõem de departamentos técnicos aptos a determinar o potencial de pagamento de seus usuários, fiscalizando, inclusive, a utilização do capital fornecido, como medida de segurança.

Por último, todavia, não se deve deixar de considerar um aspecto realmente importante ligado ao crédito bancário e que, por certo, não pode ser suficientemente examinado nos limites deste trabalho. Dependendo primordialmente de financiamentos, originários, em regra, de estabelecimentos creditícios oficiais, estaria a entidade em exame à mercê de influências políticas, incompatíveis, sem dúvida, com o espírito cooperativista.

¹²⁷Utilizou-se o termo crédito formal institucionalizado para designar as atividades de crédito de instituições influenciadas por regulamentos bancários.

TABELA VI⁹ 12

ORIGENS DOS FINANCIAMENTOS DA COOPERALFA (1974/1979)

UNID. DE FINANC.	1974	1975	1976	1977	1978	1979
BANCO DO BRASIL	22,47%	56,02%	60,90%	71,87%	43,09%	42,17%
B.R.D.E.	9,74%	4,45%	9,36%	11,04%	11,26%	20,81%
B.N.C.C.	40,10%	22,44%	21,05%	14,07%	31,45%	33,31%
COOPER. CENTRAL	24,75%	5,45%	2,36%	1,18%	0,46%	0,13%
OUTROS	2,94%	11,24%	6,34%	1,84%	13,74%	3,58%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: Resumo de Balanços Cooperalfa. Arquivo Incra.

Levando-se em conta a inviabilidade da Cooperativa operar com recursos próprios, parece certo que o crédito oficial é indispensável, valendo a observação tão somente como ponto de partida para um profundo estudo da matéria, que, por certo, merece ser apreciado em trabalho específico.

CONCLUSÃO

A Cooperativa Regional Alfa, assim como suas antecessoras, teve sua origem relacionada a um movimento induzido, onde o Estado além de atuar como órgão legislador, tomou a seu cargo a difusão, controle e registro do mesmo, promovendo também, o assessoramento técnico e financeiro através de mecanismos creditícios e de incentivos fiscais.

Pode-se, mesmo, afirmar, que há forte disposição do Estado no sentido de estimular e desenvolver o sistema cooperativo, o que no entanto não significa trabalho eficiente, nem tão pouco ausência de problemas em relação ao movimento. Através do estudo da Cooperativa Regional Alfa, desde sua fase formativa até a situação atual, muitos destes problemas puderam ser identificados. A cooperativa analisada apresentou, em sua evolução, três fases distintas.

1 - FASE DE IMPLANTAÇÃO (1957/67)

O Banco do Brasil, com vistas a simplificar suas operações comerciais na zona rural, induz um pequeno número de agricultores a se unir. Não havia, na época, entretanto, órgãos governamentais de apoio efetivo para bem estruturar um movimento salutar. Os associados não receberam estímulo suficiente para desenvolver o verdadeiro espírito cooperativista, onde a participação ativa dos associados se torna essencial, não só no que tange à utilização dos serviços da cooperativa, como no que toca à participação nas assembléias gerais exercendo seus direitos e deveres conscientemente. O movimento é recebido com reserva, sendo aceito apenas de modo relativo. Isto se evidencia através de baixa frequência de associados às Assembléias Gerais e dificuldade de integralização do capital social. À essa precária participação dos associados, junta-se a falta de experiência administrativa e comercial dos dirigentes da associação, o que provoca desânimo e descrédito em relação ao movimento.

Resumindo, esta fase se caracterizou pela atuação do Estado como elemento legislador e difusor do movimento, falhando entretanto, no que toca ao assessoramento e auxílio financeiro.

O problema se acentua em 1964, quando a DOPr se lança à Campanha de Saneamento do Cooperativismo Catarinense, expurgando do seio do movimento as cooperativas economicamente inviáveis. A campanha atinge a entidade analisada que, em dezembro de 1966, coloca o registro à disposição do Incra. Termina, assim, uma das fases do cooperativismo catarinense, que pecou por associar o homem rural a uma doutrina para ele desconhecida, sem prestar-lhe o devido assessoramento e o necessário auxílio financeiro. No meio rural restaram apenas anseios e frustrações.

2 - FASE DE RECUPERAÇÃO COM ASSESSORAMENTO (1967/74)

Em 1967 porém, um grupo de trinta associados da Cooperativa Tritícola d'Oeste Ltda., liderados por Aury L. Bodanese, solicita licença para que a Cooperativa volte a funcionar sob nova razão social - Cooperativa Mista Agropastoril Ltda. Vale-se a entidade, agora, do trabalho desenvolvido pela ACARESC, que lhe presta a necessária assistência. Graças à orientação recebida, várias medidas são tomadas visando à recuperação do órgão cooperativo.

Entre essas, cumpre salientar em primeiro lugar, aquelas de ordem econômica como a capitalização das sobras não distribuídas entre os associados, para transformação em novas quotas partes e a instituição de uma taxa de 3% incidente sobre os empréstimos agropecuários efetuados através da Cooperativa.

Complementando essas medidas, são efetivadas outras de ordem administrativa como a contratação de médico veterinário para atendimento aos rebanhos dos associados, de um economista para a direção administrativa da empresa, assim como a compra de um veículo para prestação de serviços gerais.

O governo da Santa Catarina não se mantém insensível ao apelo cooperativista, e, através da Lei 4.266 de 13 de janeiro de 1969, concede incentivos fiscais equivalentes a 20% sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), desde que as cooperativas se filiem às Centrais de Cooperativas.

Tem início assim, um processo de integração vertical, que vem estimular o fortalecimento das cooperativas de primeiro grau.

Apesar do relativo processo de expansão que então se desenvolve, a cooperativa apresenta, ainda neste período, problemas oriundos do baixo índice de participação dos associados, tanto no que toca ao comparecimento às assembléias gerais, como no que diz respeito à participação no capital da empresa.

Com insuficiente capital para atender às necessidades de expansão, a entidade procura supri-las através de incentivos creditícios institucionais.

Resumindo, o período se caracteriza pela introdução de uma orientação mais efetiva, sem, no entanto, romper a barreira da falta de participação do associado.

3 - FASE DE EXPANSÃO DA SOCIEDADE ATRAVÉS DA INTEGRAÇÃO HORIZONTAL (1974/79)

Esta fase coincide com o "boom" da soja no mercado internacional. A cooperativa necessita tomar uma série de medidas visando a acompanhar o crescimento econômico da região. Neste sentido, procura, na integração horizontal, fortalecer sua estrutura financeira objetivando mais facilmente acompanhar a evolução do mercado interno e externo.

A partir das diversas incorporações, a entidade registra largo percentual de expansão, ressentindo-se, entretanto, da baixa participação do associado, problema este oriundo de um cooperativismo orientado de "cima", isto é, de uma política governamen

al que procurou resolver grande número dos problemas que atingem o homem do campo.

Ante o que se procurou expor, é possível concluir:

- um movimento cooperativista dirigido apresenta uma série de problemas, sendo o mais grave a falta de conscientização do associado que busca a sociedade visando, apenas, obter benefícios, sem participar ativamente do dia a dia de sua associação;
- no caso presente, a participação dos associados não se alterou com a expansão da sociedade, que apresentou desde logo distorções, visto que não foi constituída por um grupo de pessoas que se propuseram atender às suas necessidades sócio-econômicas, com base no esforço próprio e na ajuda mútua. O que se verifica, na realidade, é a união de pessoas induzidas pelo Estado a formar cooperativas, objetivando facilitar as operações de crédito e comercialização, assim como resolver os problemas relativos ao estabelecimento de infra-estrutura agrária;
- apesar de se estabelecer inversamente, a sociedade tem condições de crescer, desenvolver-se e prestar auxílio à comunidade rural, desde que, através de campanhas de extensão rural, se procure sanar o problema de falta de conscientização e esclarecimento sobre o ideal cooperativista;
- o estado, que propiciou a indução do movimento, deve também ampará-lo, através de incentivos fiscais e creditícios, proporcionando meios para que a entidade organize e fortaleça sua estrutura econômica. Evidentemente que a opção estatal não deve ser orientada no sentido de intervir no movimento, o que o deturparia cada vez mais, descaracterizando-o;
- as concentrações vertical e horizontal outorgam maior vitalidade ao movimento cooperativista, devendo ser estimuladas, através de campanhas esclarecedoras;

doras, partidas de organismos estatais e entidades de classe, com vistas a impedir que pequenas associações se degladiem em concorrências prejudiciais a elas mesmas e às suas áreas influenciadas;

- a congregação de associados, através de comitês, nas diversas áreas de ação da cooperativa, é medida recomendável, eis que tais comitês a par de se constituírem em verdadeiros prolongamentos da entidade, acabarão por fazer florescer em seu seio um espírito cooperativista que, lamentavelmente, não existia quando do nascimento da entidade.

FONTES DE CONSULTA

1 - FONTES PRIMÁRIAS

1.1 - ARQUIVO DA COOPERATIVA REGIONAL ALFA - CHAPECÓ

- Livro de Atas das Assembléias Gerais da Cooperativa Trit
tríticola do Oeste Ltda., 1957/72. 100p.
- Livro de Atas do Conselho de Administração da Cooperativ
va Tritícola do Oeste Ltda., 1957/68. 100p.
- Resumo de Balanços da Cooperativa Tritícola do Oeste
Ltda. Anos 1959, 1961 e 1966.
- Relatórios da Diretoria da Cooperativa Tritícola do Oes
te Ltda., 1959/1960.
- Relatório do Conselho de Administração da Cooperati
va Mista Agropastoril Ltda. apresentado em 30/4/1968.
- Relatório da Diretoria da Cooperativa Mista Agropastoril
de Chapecó Ltda., 1967/1968.

1.2 - ARQUIVO INCRA - FLORIANÓPOLIS

- Estatuto Cooperativa Tritícola do Oeste Ltda.
- Livro Federação das Cooperativas Tritícolas, 1961/1962.
- Relatório da Diretoria da Cooperativa Tritícola do Oeste
Ltda. apresentada em 30 de setembro de 1963.
- Suplemento da convocação da Assembléia Geral Ordinária
de 24/11/1964.
- Ofício do Senhor Plínio Sirena, Secretári
o da Cooperativ
va Tritícola do Oeste Ltda., dirigido ao DOPr em 16/12/
1966.
- Ofício 1/68 de Aury L. Bodanese, ao Diretor do DOPr em
8/3/1968.
- Ofício 5/2/1969 expedido por Marinato D. Paiva, do INDA
ao Presidente da Cooperativa Agropastoril de Chapecó
Ltda.

- Certidão nº 29.795 de 2/3/1969.
- Estatuto da Cooperativa Agropastoril de Chapecó Ltda., 1968.
- Boletim de Inspeção da "Copa" de 10/12/1972 a 22/6/1972.
- Processo relativo à incorporação da Cooperativa Laticínios Chapecó Ltda., 1972/1974.
- Processo relativo à incorporação da Cooperativa Mista Agrícola Xaxiense, 1974.
- Ata do Conselho Administrativo da Cooperativa Regional Alfa Ltda. de 26/8/1975.
- Relatório Final da Comissão Mista das Cooperativas Agrícola Xaxiense Ltda. e Agropastoril de Chapecó Ltda., 1974.
- Relatório do Conselho de Administração da Cooperativa Regional Alfa, 1976, 1977, 1978, 1979.
- Relatório da Diretoria da Cooperativa Regional Alfa, 1975, 1976.

1.3 - ARQUIVO ACARESC - FLORIANÓPOLIS

- Aditivo ao convênio administrativo entre a Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó Ltda. e a Acaresc, 1972.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ATLAS de Santa Catarina. Florianópolis, D.E.G.C., 1955.
- ARAÚJO, P. F. L. de & SCHUH, G. H. Desenvolvimento da agricultura. São Paulo, Pioneira, 1977. 311p.
- _____. Estudos básicos para o planejamento do desenvolvimento agrícola. Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Ceapa, Santa Catarina, Florianópolis, 1978. 150p.
- BALANÇO Geral. Cooperalfa. Chapecó, 1978. 21p.
- BALANÇO Geral. Cooperalfa. Chapecó, 1979. 24p.
- BERNARDES, Jacy. Quase um século de legislação agropecuária 1874-1963. Florianópolis, Biblioteca Pública. mimeografado.
- BOGARDUS, E. S. Cooperação; princípios. São Paulo, Ed. Lida-dor, 1960. 90p.
- BOITEUX, H. O falanstério do Sai. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 12:47-90, 1. sem. 1944. 44p.
- BULGARELLI, W. A nova legislação cooperativista brasileira. In: A PROBLEMÁTICA cooperativista no desenvolvimento econômico. Coletânea, Fundação Friedrich Naumann. Bonn, São Paulo, 1973. 359p.
- COOPERATIVA Regional Alfa. Cooperalfa. Chapecó, 1976. 36p.
- COOPERATIVA Regional Alfa. Cooperalfa. Chapecó, 1977. 23p.
- COOPERATIVA Regional Alfa. Cooperalfa. Chapecó, 1975.
- CARCERERI, A. Constituição de cooperativas mistas de produtores rurais. Boletim Econômico. Florianópolis, 33: mai., 1968.
- CASTRO, P. R. de Agropecuária: exame de algumas políticas de produção e abastecimento, 1967-76. In: BRASIL: dilemas da política econômica. Rio de Janeiro, Campus, 1977. 193p.
- CROTEAU, J. T. A economia das cooperativas de crédito. São Paulo, Atlas, 1968. 212p.
- DRIMER, Alice K. de & DRIMER, B. Las cooperativas; fundamentos, história, doutrina. 2.ed. Buenos Aires, Intercoop, 1975. 622p.
- DUBLIN, J. Uniones de crédito, teoría y práctica. AID, México. Buenos Aires, Editorial Roble, 1969. 216p.
- ESTATUTO da Cooperativa Tríticcola do Oeste Ltda. Chapecó, 1967. 11p.

FRANCO, H. Estrutura, análise e interpretação de balanços. 3.ed. São Paulo, Atlas, 1973. 334p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Curso agropecuário, Santa Catarina, 1975. Rio de Janeiro, IBGE, 1979. v.1., T.19. 702p.

GERBER, Henry H. Medidas práticas para superar os obstáculos à atuação de cooperativas nos países subdesenvolvidos. In: PROBLEMATICA cooperativista no desenvolvimento econômico. Coleção, Fundação Friedrich Naumann. Bonn, São Paulo, 1973. 359p.

GONNARD, R. História de las doctrinas economicas. Madrid, Ed. Aguilar, 1961. 641p.

WHARTON, C. R. Infra estrutura para o crescimento do setor agrícola. In: ARAÚJO, P. F. L. de & SCHUH, G. E. Desenvolvimento da agricultura. São Paulo, Pioneira, 1977. 311p.

HEILBRENER, R. L. A formação da sociedade econômica. Rio de Janeiro, 1974.

HIRSCHFELD, A. Antecedentes históricos, situación y perspectivas del movimiento cooperativo en la Republica de Costa de Marfil. Informaciones cooperativas. Ginebra, (3):51-73, 1975.

HOLYOAKES, G. J. História de los pioneiros de Rochdale. Buenos Aires, 1975. 100p. (cadernos de cultura cooperativa, 40).

HUGON, P. História das doutrinas econômicas. São Paulo, Atlas, 1952. 411p.

INCENTIVOS fiscais às cooperativas. Boletim Econômico. Florianópolis, 45:36-9, mai., 1969.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Análise econômica do projeto Iguaçu de cooperativas. Brasília, MEC, 1976. 310p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Cooperativismo no Brasil. Divisão de cooperativismo e sindicalismo. Brasília, Ed. Gráfica Alvorada Ltda., s.d. 197p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Legislação cooperativista. Acaresc, Florianópolis. 212p.

JARAMILLO, F. de P. Un ensayo de integracion cooperativista en Colombia. Informaciones cooperativas. Ginebra, (3):37-43, 1977.

JORNAL DA PRODUÇÃO. Florianópolis, Ucesc, jul., 1977. 11p.

KNIGHT, P. T. Substituição de importações na agricultura brasileira: a produção do trigo no Rio Grande do Sul. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 26(2):3-31, abr./jun., 1972.

LAFER, C. O Planejamento no Brasil; observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, B. Planejamento no Brasil. 13.ed. São Paulo, Perspectiva, 1975. 187p.

- LAGO, P. F. Santa Catarina dimensões e perspectivas. Florianópolis, U.F.S.C., 1978. 253p.
- LAGO, P. F. Santa Catarina - a terra, o homem e a economia. Florianópolis, U.F.S.C., 1968. 378p.
- LAMMING, G. N. Eficiência em administração de cooperativas. In: A PROBLEMATICA cooperativista no desenvolvimento econômico. Coletânea, Fundação Friedrich Naumann. Bonn, São Paulo, 1973. 359p.
- LEVANTAMENTO de reconhecimento dos solos do Estado de Santa Catarina. MEC, MINTER, Governo do Estado de Santa Catarina, 1973. v.1. 150.
- LIMBERGER, E. Evolução legislativa do sistema cooperativista no Brasil. Florianópolis, Oceso, 1978. s.p.
- LOVERIDGE, B. Educación y desarrollo cooperativos en Indonesia. Informaciones cooperativas. Ginebra, (3):37-43, 1977.
- MAGALHÃES, M. H. de Recuperação de cooperativas. In: A PROBLEMATICA cooperativista no desenvolvimento econômico. Coletânea, Fundação Friedrich Naumann. Bonn, São Paulo, 1973. 359p.
- MANOEL, M. L. Argumentos para incorporação de cooperativas. DAC, Secretaria da Agricultura, Série Integração, nº 1.102, São Paulo, 1976.
- MATTOS, J. A. Colonia do Sahy. In: Colonização do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Typ. D'O Dia, 1917.
- MAZY, R. C. Moderna administração de cooperativas agrárias. Porto Alegre, Fundação para o desenvolvimento de recursos humanos, 1979. 297p.
- MORAES, J. A. de O crédito como fator de desenvolvimento das cooperativas brasileiras. In: A PROBLEMATICA cooperativista no desenvolvimento econômico. Coletânea, Fundação Friedrich Naumann. Bonn, São Paulo, 1973. 359p.
- MOURA, W. Caráter e tendências do movimento cooperativo no Brasil. In: A PROBLEMATICA cooperativista no desenvolvimento econômico. Coletânea, Fundação Friedrich Naumann. Bonn, São Paulo, 1973. 359p.
- MOURAS, A. de O. Cooperativismo: as razões de uma experiência bem sucedida. Cooperativismo Catarinense. Florianópolis, 9:5-7, abr., 1971.
- NIMER, E. Clima. In: GEOGRAFIA do Brasil; região sul. Rio de Janeiro, IBGE, 1977. v.5. 583p.
- NORONHA, A. V. et alii. Cooperativismo. Curso ministrado nas faculdades integradas de Guarulhos. 144p.
- OLIVEIRA, N. P. Cooperativismo. Porto Alegre, Cebrac, 1979. 273p.

MA, D. L. Sociedades cooperativas; organização, contabilidade e legislação. São Paulo, Atlas, 1966. 265p.

A, F. W. A ocupação do oeste catarinense. Florianópolis, S.C. s.ed. 113p.

MA, F. W. Fourierismo em Santa Catarina. Blumenau em Campos. Blumenau, 13(4):63-5, abr., 1972.

TEL, R. Princípios cooperativistas. In: Incra. 20p.

O, Diva B. A Doutrina cooperativista e a problemática do desenvolvimento econômico. In: A PROBLEMÁTICA cooperativista do desenvolvimento econômico. Coletânea, Fundação Friedrich Naumann. Bonn, São Paulo, 1973. s.ed. 359p.

O, D. B. Economia e cooperativismo. São Paulo, Ed. Saraiva, 1977. 177p.

O, C. M. O Estado Brasileiro e as cooperativas. In: A PROBLEMÁTICA cooperativista no desenvolvimento econômico. Coletânea Fundação Friedrich Naumann. Bonn, São Paulo, 1973. 3p.

SNOW, J. Fusão e incorporação de cooperativas; um estudo de caso. Dissertação de Mestrado, PUC, Porto Alegre, 1978. 3p.

R, R. Organização de cooperativas agrícolas. Boletim Econômico. Florianópolis, 57:5-8, mai., 1970.

R, A. Cooperativas de Vivendas José Candija de Chile. União Panamericana. 44p.

R, H. Cooperativa Agrícola de Cotia. União Panamericana.

R CATARINA, W. Diagnósticos e perspectiva do cooperativismo na região planalto e meio oeste catarinense. Cooperativismo Catarinense. Florianópolis, 22:8-10, jul., 1972.

R, V. B. A Política de cooperativismo de eletrificação rural em Santa Catarina; o caso da cooperativa de eletrificação de Santa Maria. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, S.C., 1980. 105p.

RES, M. C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. 6.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 263p.

RIA, Carlos Cesar G. Geografia do desenvolvimento no Brasil: problemas brasileiros. 3.ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978. 265p.

Cooperative League of the U.S.A. Administração moderna de empresas e cooperativas. Brasília, USAID, 1975. 379p.

———. A expansão do cooperativismo. Rio de Janeiro, Shell, 1977. 8p.

———. Chapecô. In: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, IBGE, 1960. v.32. 423p.

- VIANA, L. W. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 288p.
- WILSON, C. M. Crédito popular e cooperativo. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura S.A., 1962. 137p.
- ZANCHIN, N. Estatísticas do cooperativismo brasileiro. Boletim Econômico. Florianópolis, 42:5, fev., 1966.
- ZANCHIN, N. & ZANUZZI, N. Anteprojeto para cursos de gerentes de cooperativas. Boletim Econômico. Florianópolis, 34: jan., 1968.
- . Projeto de fiscalização orientada. Cooperativismo Catarinense. Florianópolis, 4:12-25, nov., 1970.
- . Cooperativa do mês. Boletim Econômico. Florianópolis, 49:59-60, set., 1969.
- . Incentivos fiscais às cooperativas. Boletim Econômico. Florianópolis, 45:36-9, mai., 1969.
- . Saneamento no cooperativismo catarinense. Cooperativismo Catarinense. Florianópolis, 5:15-6, dez., 1970.
- . A cooperativa como chave para o desenvolvimento. Cooperativismo Catarinense. Florianópolis, 7:3, fev., 1971.
- . Embolo Catarinense. Cooperativismo Catarinense. Florianópolis, 2:26, set., 1970.